

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	5
--------------------------------	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	6
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010	7
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	8
----------------------------------	---

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	9
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	10
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	13
--------------------------------	----

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	15
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010	16
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	17
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	37
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	114
--	-----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2011</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	558.699
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>558.699</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	160
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>160</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
1	Ativo Total	1.936.433	1.801.758
1.01	Ativo Circulante	299.799	388.246
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	227.310	370.287
1.01.06	Tributos a Recuperar	11.582	12.288
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	11.582	12.288
1.01.07	Despesas Antecipadas	10	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	60.897	5.671
1.01.08.03	Outros	60.897	5.671
1.01.08.03.01	Dividendos e Juros sobre o Capital Proprio a Receber	60.520	4.787
1.01.08.03.03	Outros créditos	377	884
1.02	Ativo Não Circulante	1.636.634	1.413.512
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	8.916	8.431
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	36	33
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	36	33
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	8.880	8.398
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	8.880	8.398
1.02.02	Investimentos	1.622.636	1.402.336
1.02.02.01	Participações Societárias	1.622.636	1.402.336
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.376.392	1.155.488
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	246.244	246.848
1.02.03	Imobilizado	4.981	2.657
1.02.04	Intangível	101	88

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
2	Passivo Total	1.936.433	1.801.758
2.01	Passivo Circulante	15.070	17.778
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.816	4.849
2.01.01.01	Obrigações Sociais	4.816	4.849
2.01.02	Fornecedores	1.447	1.229
2.01.03	Obrigações Fiscais	327	25
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	327	25
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	117	0
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	210	25
2.01.05	Outras Obrigações	8.480	11.675
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	3	0
2.01.05.02	Outros	8.477	11.675
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	3.310
2.01.05.02.04	Outras contas a pagar	8.477	8.365
2.02	Passivo Não Circulante	2.702	2.777
2.02.03	Tributos Diferidos	2.702	2.777
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.702	2.777
2.03	Patrimônio Líquido	1.918.661	1.781.203
2.03.01	Capital Social Realizado	1.320.549	1.320.549
2.03.02	Reservas de Capital	30.527	31.149
2.03.04	Reservas de Lucros	287.348	429.505
2.03.04.01	Reserva Legal	71.600	71.600
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	215.748	357.905
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	280.237	0

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010</b>
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	97.392	261.002	68.809	492.073
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-10.206	-28.651	-9.550	-28.383
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	36	19	98	239.376
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	-203	-386
3.04.05.01	Amortização do ágio s/investimento	0	0	-203	-386
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	107.562	289.634	78.464	281.466
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	97.392	261.002	68.809	492.073
3.06	Resultado Financeiro	6.221	23.627	22.227	38.417
3.06.01	Receitas Financeiras	7.169	25.794	22.457	40.082
3.06.02	Despesas Financeiras	-948	-2.167	-230	-1.665
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	103.613	284.629	91.036	530.490
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-872	-4.392	-6.043	-11.176
3.08.01	Corrente	-897	-4.467	-6.066	-8.372
3.08.02	Diferido	25	75	23	-2.804
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	102.741	280.237	84.993	519.314
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	102.741	280.237	84.993	519.314
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,18389	0,50159	0,15213	0,92951
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,18327	0,49989	0,15161	0,92636

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-5.666	2.556
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-2.519	20.724
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	284.629	530.490
6.01.01.02	Depreciação e amortização	561	253
6.01.01.03	Amortização de ágio em investimentos	383	386
6.01.01.04	Reserva de capital - Prêmio de opções	1.542	0
6.01.01.05	Equivalência patrimonial	-289.634	-281.466
6.01.01.07	Atualização de Depósitos Judiciais	0	-396
6.01.01.08	Prêmios de Opções	0	115
6.01.01.09	Impostos sobre Custo de Emissão	0	10.578
6.01.01.10	Investimentos em Controladas	0	-239.236
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-3.147	-18.168
6.01.02.01	Empresas relacionadas	0	-7.705
6.01.02.02	Impostos a recuperar	706	-570
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-10	101
6.01.02.04	Outros créditos	507	-372
6.01.02.05	Depósitos judiciais	-482	0
6.01.02.06	Obrigações sociais	-33	101
6.01.02.07	Impostos, taxas e contribuições	185	-182
6.01.02.08	Fornecedores	218	452
6.01.02.09	Imposto de renda e contribuição social pagos	-4.350	-10.232
6.01.02.10	Outras contas a pagar	112	237
6.01.02.11	Empresas Ligadas	0	2
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	10.321	58.376
6.02.01	Dividendos recebidos	13.005	102.768
6.02.02	Aquisição de imobilizado e intangível	-2.677	-92
6.02.03	Investimentos em controladas	-7	-44.300
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-147.632	693.373
6.03.01	Aumento de capital	0	874.000
6.03.02	Custos com emissão oferta pública	0	-30.528
6.03.03	Pagamentos de dividendos e JSCP	-145.468	-150.099
6.03.04	Pagamento de ações em tesouraria	-2.164	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-142.977	754.305
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	370.287	17.522
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	227.310	771.827

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	1.320.549	31.149	429.505	0	0	1.781.203
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.320.549	31.149	429.505	0	0	1.781.203
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-622	-142.158	0	0	-142.780
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	1.542	0	0	0	1.542
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	-2.164	0	0	0	-2.164
5.04.06	Dividendos	0	0	-142.158	0	0	-142.158
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	280.237	0	280.237
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	280.237	0	280.237
5.07	Saldos Finais	1.320.549	30.527	287.347	280.237	0	1.918.660

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	466.699	0	194.302	-42.357	0	618.644
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	466.699	0	194.302	-42.357	0	618.644
5.04	Transações de Capital com os Sócios	853.850	0	0	0	0	853.850
5.04.01	Aumentos de Capital	874.000	0	0	0	0	874.000
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-20.150	0	0	0	0	-20.150
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	519.314	0	519.314
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	519.314	0	519.314
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	115	-150.099	0	0	-149.984
5.06.01	Constituição de Reservas	0	115	-150.099	0	0	-149.984
5.07	Saldos Finais	1.320.549	115	44.203	476.957	0	1.841.824

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010</b>
7.01	Receitas	19	239.376
7.01.02	Outras Receitas	19	239.376
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-11.965	-13.323
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-11.965	-12.937
7.02.04	Outros	0	-386
7.03	Valor Adicionado Bruto	-11.946	226.053
7.04	Retenções	-723	-253
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-723	-253
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-12.669	225.800
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	315.428	321.548
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	289.634	281.466
7.06.02	Receitas Financeiras	25.794	40.082
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	302.759	547.348
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	302.759	547.348
7.08.01	Pessoal	15.963	15.193
7.08.01.01	Remuneração Direta	14.816	8.487
7.08.01.02	Benefícios	779	6.374
7.08.01.03	F.G.T.S.	368	332
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.392	11.176
7.08.02.01	Federais	4.392	11.176
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.167	1.665
7.08.03.01	Juros	0	2
7.08.03.03	Outras	2.167	1.663
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	280.237	519.314
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	280.237	519.314

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
1	Ativo Total	4.225.271	4.165.776
1.01	Ativo Circulante	1.019.534	1.068.482
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	727.195	872.654
1.01.02	Aplicações Financeiras	73.153	29.800
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	73.153	29.800
1.01.02.01.03	Titulos e Valores Mobiliarios	73.153	29.800
1.01.03	Contas a Receber	158.086	127.722
1.01.03.01	Clientes	158.086	127.722
1.01.06	Tributos a Recuperar	25.422	21.851
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	25.422	21.851
1.01.07	Despesas Antecipadas	7.177	6.995
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	28.501	9.460
1.01.08.03	Outros	28.501	9.460
1.01.08.03.03	Outros créditos	28.501	9.460
1.02	Ativo Não Circulante	3.205.737	3.097.294
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	136.199	95.855
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	36.407	0
1.02.01.01.03	Titulos e Valores Mobiliarios	36.407	0
1.02.01.06	Tributos Diferidos	68.855	72.937
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	68.855	72.937
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	423	1.378
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	9	260
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	9	260
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	30.505	21.280
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	23.750	14.528
1.02.01.09.04	Ativos Indenizatorios	2.666	2.870
1.02.01.09.05	Outros créditos	4.089	3.882
1.02.02	Investimentos	47.263	43.599
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	47.263	43.599
1.02.03	Imobilizado	252.476	218.694
1.02.04	Intangível	2.769.799	2.739.146

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
2	Passivo Total	4.225.271	4.165.776
2.01	Passivo Circulante	726.043	1.112.971
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	36.763	28.663
2.01.01.01	Obrigações Sociais	36.763	28.663
2.01.02	Fornecedores	96.608	97.202
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	96.608	97.202
2.01.03	Obrigações Fiscais	21.203	22.038
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	21.203	22.038
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	20.769	21.757
2.01.03.01.03	Programa de Parcelamento Especial - PAES	434	281
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	445.370	768.580
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	65.382	450.241
2.01.04.02	Debêntures	377.719	316.995
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	2.269	1.344
2.01.04.03.01	Arrendamento Mercantil	2.269	1.344
2.01.05	Outras Obrigações	59.440	146.742
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	6.976	400
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	6.976	400
2.01.05.02	Outros	52.464	146.342
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	26	3.310
2.01.05.02.04	Contas a pagar - aquisição de empresas	0	88.025
2.01.05.02.05	Credor pela concessão	16.645	15.205
2.01.05.02.06	Outras contas a pagar	35.793	39.802
2.01.06	Provisões	66.659	49.746
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	23.119	15.266
2.01.06.01.05	Provisão para Imposto de renda e Contribuição Social	23.119	15.266
2.01.06.02	Outras Provisões	43.540	34.480
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção	32.458	24.337
2.01.06.02.05	Provisão para construção de obras futuras	11.082	10.143
2.02	Passivo Não Circulante	1.574.066	1.264.938
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.298.420	1.002.740
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	184.919	123.505
2.02.01.02	Debêntures	1.112.504	877.686
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	997	1.549
2.02.01.03.01	Arrendamento Mercantil	997	1.549
2.02.02	Outras Obrigações	61.542	69.487
2.02.02.02	Outros	61.542	69.487
2.02.02.02.04	Programa de Parcelamento Especial - PAES	0	3.286
2.02.02.02.05	Adiantamento de clientes	4.976	6.769
2.02.02.02.06	Credor pela concessão	56.566	59.432
2.02.03	Tributos Diferidos	21.983	17.629
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	21.983	17.629
2.02.04	Provisões	192.121	175.082
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	57.344	47.679
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	2.482	0
2.02.04.01.05	Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	54.862	47.679

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
2.02.04.02	Outras Provisões	134.777	127.403
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção	131.651	120.517
2.02.04.02.05	Provisão para construção de obras futuras	3.126	6.886
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.925.162	1.787.867
2.03.01	Capital Social Realizado	1.320.549	1.320.549
2.03.02	Reservas de Capital	30.527	31.149
2.03.04	Reservas de Lucros	287.347	429.505
2.03.04.01	Reserva Legal	71.600	71.600
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	215.747	357.905
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	280.237	0
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	6.502	6.664

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	471.023	1.334.701	355.342	1.060.514
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-218.516	-629.469	-145.144	-459.264
3.03	Resultado Bruto	252.507	705.232	210.198	601.250
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-44.600	-125.281	-35.665	209.220
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-44.627	-125.140	-35.744	-96.112
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	101	80	212	305.952
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-74	-221	-133	-620
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	207.907	579.951	174.533	810.470
3.06	Resultado Financeiro	-45.805	-136.829	-35.818	-153.612
3.06.01	Receitas Financeiras	23.997	84.613	31.479	65.194
3.06.02	Despesas Financeiras	-69.802	-221.442	-67.297	-218.806
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	162.102	443.122	138.715	656.858
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-58.281	-159.447	-52.849	-134.807
3.08.01	Corrente	-55.551	-152.404	-50.372	-123.822
3.08.02	Diferido	-2.730	-7.043	-2.477	-10.985
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	103.821	283.675	85.866	522.051
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	103.821	283.675	85.866	522.051
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	102.741	280.237	84.993	519.314
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.080	3.438	873	2.737
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,18389	0,50159	0,15213	0,92951
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,18327	0,49989	0,15161	0,92636

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	486.738	489.518
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	863.209	771.692
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e contr social	443.123	656.858
6.01.01.02	Depreciação e amortização	125.345	101.595
6.01.01.03	Reserva de capital - Prêmios de opções	1.543	115
6.01.01.04	Baixa do ativo imobilizado, intangível e propriedades para investimentos	1.522	3.826
6.01.01.05	Encargos financ e variação monet emprest, financ e debêntures	186.502	165.933
6.01.01.06	Variação monetária com o Poder Concedente	7.550	25.506
6.01.01.07	Constituição de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis e atualização monetária	27.302	5.956
6.01.01.08	Realização do ajuste a valor presente da provisão para obras	12.320	13.308
6.01.01.09	Constituição de provisão para construção de obras e atualização monetária	58.575	30.301
6.01.01.10	Receita sobre títulos e valores mobiliários	-573	-2.848
6.01.01.11	Ágio mais valia	0	-239.236
6.01.01.14	Impostos sobre Custo de Captação	0	10.378
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-376.471	-282.174
6.01.02.01	Clientes	-30.364	-23.311
6.01.02.03	Tributos a recuperar	-3.571	-4.816
6.01.02.04	Despesas antecipadas	773	54
6.01.02.05	Depósitos judiciais	-9.222	253
6.01.02.06	Ativo indenizatório	204	0
6.01.02.07	Outros créditos	-19.248	-1.249
6.01.02.08	Fornecedores	-594	7.460
6.01.02.09	Obrigações sociais	8.100	3.310
6.01.02.10	Impostos, taxas e contribuições a recolher	-988	-1.075
6.01.02.11	Empresas relacionadas	6.836	-1.245
6.01.02.12	Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	-20.119	-1.712
6.01.02.13	Provisão para manutenção	-54.462	-55.248
6.01.02.14	Outras contas a pagar e adiantamento de clientes	-5.802	-518
6.01.02.15	Juros pagos	-104.856	-82.190
6.01.02.16	Imposto de renda e contribuição social pagos	-143.158	-120.076
6.01.02.17	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	0	-39
6.01.02.19	Impostos diferidos	0	-1.772
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-198.575	-214.796
6.02.02	Aquisição de imobilizado e intangível	-190.515	-188.292
6.02.03	Cessão Elog	0	13.663
6.02.04	Adiantamento para futuro investimento	0	-40.000
6.02.05	Aquisição de propriedades para investimentos	-4.451	0
6.02.06	Pagamento de dividendos minoritários	-3.609	-167
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-433.622	366.595
6.03.01	Credor pela concessão	-8.976	-246.590
6.03.02	Títulos e valores mobiliários	-79.187	-30.046

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010</b>
6.03.03	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures - terceiros	434.849	395.687
6.03.04	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	-544.026	-441.284
6.03.05	Dividendos e juros sobre capital próprio	-145.442	-150.099
6.03.06	Pagamento de ações em tesouraria	-2.164	0
6.03.07	Pagamento aquisição Armazéns Gerais Columbia e Eadi Sul Terminal de Cargas	-88.025	0
6.03.08	Aumento de capital	0	874.000
6.03.10	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	-651	0
6.03.11	Custos com emissão de oferta pública	0	-30.528
6.03.12	Custos com emissão de debentures	0	-2.802
6.03.13	Custos com emissão de empréstimos	0	-1.743
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-145.459	641.317
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	872.654	389.524
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	727.195	1.030.841

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Participação dos Não Controladores</b>	<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>
5.01	Saldos Iniciais	1.320.549	31.149	429.505	0	0	1.781.203	6.664	1.787.867
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.320.549	31.149	429.505	0	0	1.781.203	6.664	1.787.867
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-622	-142.158	0	0	-142.780	-3.600	-146.380
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	1.542	0	0	0	1.542	0	1.542
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	-2.164	0	0	0	-2.164	0	-2.164
5.04.06	Dividendos	0	0	-142.158	0	0	-142.158	0	-142.158
5.04.08	Efeito de participação dos acionistas não controladores nas controladas	0	0	0	0	0	0	-3.600	-3.600
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	280.237	0	280.237	3.438	283.675
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	280.237	0	280.237	3.438	283.675
5.07	Saldos Finais	1.320.549	30.527	287.347	280.237	0	1.918.660	6.502	1.925.162

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010****(Reais Mil)**








Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	466.699	0	194.302	-42.357	0	618.644	0	618.644
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	466.699	0	194.302	-42.357	0	618.644	0	618.644
5.04	Transações de Capital com os Sócios	853.850	0	0	0	0	853.850	0	853.850
5.04.01	Aumentos de Capital	874.000	0	0	0	0	874.000	0	874.000
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-20.150	0	0	0	0	-20.150	0	-20.150
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	519.314	0	519.314	0	519.314
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	519.314	0	519.314	0	519.314
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	115	-150.099	0	0	-149.984	0	-149.984
5.06.01	Constituição de Reservas	0	115	-150.099	0	0	-149.984	0	-149.984
5.07	Saldos Finais	1.320.549	115	44.203	476.957	0	1.841.824	0	1.841.824

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010</b>
7.01	Receitas	1.449.812	1.436.674
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.449.812	1.130.722
7.01.02	Outras Receitas	0	305.952
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-474.483	-357.829
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-412.333	-291.077
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-61.929	-66.132
7.02.04	Outros	-221	-620
7.03	Valor Adicionado Bruto	975.329	1.078.845
7.04	Retenções	-125.345	-100.761
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-125.345	-100.761
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	849.984	978.084
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	84.614	65.194
7.06.02	Receitas Financeiras	84.614	65.194
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	934.598	1.043.278
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	934.598	1.043.278
7.08.01	Pessoal	158.003	97.406
7.08.01.01	Remuneração Direta	156.856	74.226
7.08.01.02	Benefícios	779	19.773
7.08.01.03	F.G.T.S.	368	3.407
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	271.477	205.015
7.08.02.01	Federais	234.114	134.807
7.08.02.02	Estaduais	2.365	0
7.08.02.03	Municipais	34.998	70.208
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	221.443	218.806
7.08.03.01	Juros	145.457	0
7.08.03.03	Outras	75.986	218.806
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	283.675	522.051
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	280.237	519.314
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	3.438	2.737



## Destaques Operacionais e Financeiros

-  O tráfego cresceu 8,1%, em veículos equivalentes pagantes, no 3T11 em relação ao 3T10 e 13,4% nos 9M11. Considerando o ajuste da bidirecionalidade nos veículos de passeio na Ecopistas, de 01 de janeiro a 17 de fevereiro de 2010, o crescimento consolidado foi de 10,6% nos 9M11.
-  A receita líquida no 3T11 e nos 9M11, excluindo a receita de construção, atingiu R\$ 422,0 milhões e R\$ 1.198,9 milhões, com crescimento de 31,0% e 29,9%, respectivamente, em relação ao apurado nos mesmos períodos de 2010.
-  O EBITDA Consolidado Ajustado, desconsiderando as contas de receita e custo de construção e provisão para manutenção, introduzidas pela aplicação do IFRS, atingiu R\$ 270,5 milhões no 3T11 (margem de 64,1%) e R\$ 764,0 milhões nos 9M11 (margem de 63,7%). **Destaque para a margem EBITDA da Elog (logística) que foi de 21,8% no 3T11.** O EBITDA Consolidado apurado, considerando o IFRS, foi de R\$ 250,3 milhões no 3T11, e de R\$ 705,4 milhões nos 9M11, atingindo, respectivamente, as margens de 53,1% e 52,8%.
-  O lucro líquido foi de R\$ 103,8 milhões no 3T11, 20,8% superior ao lucro líquido , do 3T10. Nos 9M11, o lucro líquido atingiu R\$ 283,7 milhões, 29,1% superior ao lucro líquido ajustado, desconsiderando o ganho não recorrente de equivalência proveniente da venda de participação da Elog, dos 9M10.
-  Em 08 de novembro, o Conselho de Administração da EcoRodovias aprovou o pagamento de dividendos intermediários no valor total de R\$ 140,1 milhões, com base nas Demonstrações Financeiras de 30 de setembro de 2011. O pagamento será realizado a partir de 18 de novembro de 2011.
-  A Elog S.A. celebrou, em 05 de novembro de 2011, Contrato de Compra e Venda de Cotas da Maringá Armazéns Gerais Ltda. e Maringá Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo Ltda., As empresas dedicam-se às atividades de armazenagem geral, sendo responsáveis pela operação do “Porto Seco Norte do Paraná” e do “Terminal Internacional de Cargas do Aeroporto Regional de Maringá - TECA” e atuam na execução de serviços auxiliares de transporte aéreo.
-  Em 27 de setembro de 2011, a EcoRodovias e FRAPORT AG Frankfurt Airport Services Worldwide firmaram um Memorando de Entendimentos para, em conjunto, desenvolverem



estudos e participarem do programa de licitação de aeroportos brasileiros, sob o modelo de concessão.

Em 06 de setembro de 2011, foi anunciado, em comunicado ao mercado, que a Elog passou a ser a marca corporativa das empresas Columbia e EADI Sul, adquiridas pela EcoRodovias em 2010.

Destaques	3T11	3T10	Var.	9M11	9M10	Var.
<b>Indicadores Econômicos IFRS</b> (em milhões de R\$)						
Receita Bruta	512,3	380,3	34,7%	1.449,8	1.130,7	28,2%
Receita Líquida	471,1	355,3	32,6%	1.334,8	1.060,4	25,9%
Lucro Líquido	103,8	85,9	20,8%	283,7	522,1	-45,7%
EBITDA	250,3	208,5	20,0%	705,4	605,5	16,5%
Margem EBITDA	<b>53,1%</b>	<b>58,7%</b>	<b>-5,6 p.p.</b>	<b>52,8%</b>	<b>57,1%</b>	<b>-4,3 p.p.</b>
<b>Indicadores Econômicos Ajustados</b> (em milhões de R\$)						
Receita Líquida Ajustada <sup>1</sup>	422,0	322,1	31,0%	1.198,9	922,6	29,9%
Lucro Líquido Ajustado <sup>2</sup>	103,8	85,9	20,8%	283,7	219,7	29,1%
EBITDA Ajustado <sup>3</sup>	270,5	219,1	23,5%	764,0	636,3	20,1%
Margem EBITDA Ajustada	<b>64,1%</b>	<b>68,0%</b>	<b>-3,9 p.p.</b>	<b>63,7%</b>	<b>69,0%</b>	<b>-5,3 p.p.</b>
<b>Volume de Tráfego</b> (em milhares de veículos equivalentes pagantes)	<b>50.292</b>	<b>46.513</b>	<b>8,1%</b>	<b>149.130</b>	<b>131.479</b>	<b>13,4%</b>

<sup>1</sup> Exclui Receita de Construção do saldo da Receita Líquida

<sup>2</sup> Exclui o ganho não recorrente de equivalência proveniente da venda de participação da Elog

<sup>3</sup> Exclui Receita e Custo de Construção e Provisão para Manutenção do saldo dos Custos dos Serviços Prestados

## DESEMPENHO OPERACIONAL POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

### Concessões Rodoviárias

#### Evolução do Tráfego

O tráfego consolidado de veículos equivalentes pagantes, nas concessionárias, apresentou um crescimento de 8,1% no 3T11 e 13,4% nos 9M11, quando comparado aos mesmos períodos de 2010. Considerando o ajuste da bidirecionalidade nos veículos de passeio na Ecopistas, de 01 de janeiro a 17 de fevereiro de 2010, o crescimento consolidado dos 9M11 foi de 10,6%. Os principais motivos para esta variação estão apresentados abaixo.

**Veículos comerciais** – apresentaram crescimento de 12,9% no 3T11 e de 12,1% nos 9M11, quando comparados aos mesmos períodos do ano anterior. Em São Paulo, a movimentação de cargas no Porto de Santos foi afetada pelas exportações, que registraram 1,3% de crescimento no 3T11 e um decréscimo de 1,4% nos 9M11 (em toneladas), quando comparada aos mesmos períodos de 2010. Essas variações foram impactadas principalmente pelas exportações de açúcar que apresentaram retração de 6,0% no 3T11 e de 11,8% no 9M11 (em toneladas, considerando exportações em sacos,



contêineres e granel sólido), conforme dados disponíveis no site do Porto de Santos. Na Ecopistas, o forte crescimento de tráfego é reflexo da movimentação de cargas no eixo rodoviário entre a região do Vale do Paraíba e a cidade de São Paulo. No Paraná, o crescimento do tráfego comercial foi impulsionado pelo escoamento no Porto de Paranaguá da safra regional e da safra de grãos vinda do Paraguai. No Rio Grande do Sul, o Porto de Rio Grande, atingiu 8.876 mil toneladas no 3T11, 17,3% superior ao mesmo período de 2010 devido, principalmente, ao crescimento do volume de embarque de soja, arroz e seus respectivos derivados, conforme dados divulgados pelo Porto.

**Veículos de passeio** – atingiram crescimento de 3,8% no 3T11 e de 14,7% nos 9M11, quando comparados aos mesmos períodos do ano anterior, reflexo da continuidade do forte fluxo de veículos de passeio nas regiões de turismo dos Estados das regiões Sudeste e Sul. Este desempenho é suportado também pelos dados da indústria automobilística, que no 3T11 registrou 889 mil novos veículos leves licenciados (8,6% superior ao 3T10) e 2.527 mil nos 9M11 (9,2% superior ao 9M10). Na Ecovia Caminho do Mar, a queda de tráfego de veículos de passeio, no 3T11, foi devido às precipitações pluviométricas que foram 30% superiores, em média, em relação ao mesmo período do ano anterior e ao clima de baixas temperaturas da região.

<b>Volume de Tráfego (veículos equivalentes pagantes x mil)</b>	<b>3T11</b>	<b>3T10</b>	<b>Var.</b>	<b>9M11</b>	<b>9M10</b>	<b>Var.</b>
<b>Comercial</b>						
Ecovias dos Imigrantes	6.643	6.470	2,7%	18.662	18.090	3,2%
Ecopistas	7.253	5.805	24,9%	20.644	17.024	21,3%
Ecovia Caminho do Mar	2.813	2.596	8,4%	7.940	7.182	10,6%
Ecocataratas	4.138	3.644	13,6%	11.569	10.439	10,8%
Ecosul Rodovias do Sul	4.303	3.768	14,2%	13.017	11.327	14,9%
<b>Total</b>	<b>25.150</b>	<b>22.283</b>	<b>12,9%</b>	<b>71.832</b>	<b>64.062</b>	<b>12,1%</b>
<b>Passeio</b>						
Ecovias dos Imigrantes	7.309	7.056	3,6%	23.218	21.051	10,3%
Ecopistas	13.292	12.793	3,9%	39.696	33.063	20,1%
Ecovia Caminho do Mar	783	826	-5,2%	2.815	2.682	5,0%
Ecocataratas	2.475	2.383	3,9%	7.538	6.958	8,3%
Ecosul Rodovias do Sul	1.283	1.172	9,5%	4.031	3.663	10,0%
<b>Total</b>	<b>25.142</b>	<b>24.230</b>	<b>3,8%</b>	<b>77.298</b>	<b>67.417</b>	<b>14,7%</b>
<b>Comercial + Passeio</b>						
Ecovias dos Imigrantes	13.952	13.526	3,1%	41.880	39.141	7,0%
Ecopistas	20.545	18.598	10,5%	60.340	50.087	20,5%
Ecovia Caminho do Mar	3.596	3.422	5,1%	10.755	9.864	9,0%
Ecocataratas	6.613	6.027	9,7%	19.107	17.397	9,8%
Ecosul Rodovias do Sul	5.586	4.940	13,1%	17.048	14.990	13,7%
<b>Consolidado</b>	<b>50.292</b>	<b>46.513</b>	<b>8,1%</b>	<b>149.130</b>	<b>131.479</b>	<b>13,4%</b>
Ecopistas - Passeio ajuste bidirecionalidade				39.696	36.464	8,9%
<b>CONSOLIDADO (Com ajuste Ecopistas)</b>	<b>50.292</b>	<b>46.513</b>	<b>8,1%</b>	<b>149.130</b>	<b>134.880</b>	<b>10,6%</b>

*Nota: Veículo equivalente pagante é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.*



## Tarifa Média

A tarifa média consolidada por veículo equivalente pagante apresentou crescimento de 3,5% no 3T11, comparativamente ao mesmo período de 2010. No comparativo dos nove primeiros meses, houve uma redução de 0,1% devido ao impacto do início da cobrança bidirecional dos veículos de passeio na Ecopistas. Os reajustes contratuais das tarifas básicas foram: 9,8% na Ecovias dos Imigrantes e 6,6% na Ecopistas, ambos em julho de 2011; média de 4,7% na Ecovia Caminho do Mar e na Ecocataratas, em dezembro de 2010 e 8,2% na Ecosul – Rodovias do Sul em janeiro de 2011.

Tarifa Média (em R\$ / veículos equivalentes pagantes)	3T11	3T10	Var.	9M11	9M10	Var.
Ecovias dos Imigrantes	12,72	12,10	5,1%	12,02	11,78	2,0%
Ecopistas	2,46	2,30	7,0%	2,36	2,38	-0,8%
Ecovia Caminho do Mar	11,67	11,20	4,2%	11,77	11,26	4,5%
Ecocataratas	7,68	7,37	4,2%	7,70	7,34	4,9%
Ecosul - Rodovias do Sul	6,08	5,61	8,4%	6,11	5,64	8,3%
<b>CONSOLIDADO</b>	<b>7,05</b>	<b>6,81</b>	<b>3,5%</b>	<b>6,86</b>	<b>6,87</b>	<b>-0,1%</b>

*Nota: o cálculo da Tarifa Média Consolidada é realizado através da média ponderada das tarifas médias de cada concessionária.*

## Logística

O desempenho do setor de logística da EcoRodovias está dividido nos seguintes segmentos:

**Zona Primária:** composto pelas unidades Ecopátio Cubatão e CLIA Santos. No Ecopátio Cubatão, são oferecidos, atualmente, os serviços de REDEX - recinto especial para despacho aduaneiro de exportação, DEPOT - serviço de manutenção e armazenagem de contêineres vazios e pátio regulador de caminhões. No CLIA Santos é oferecido o serviço de recinto alfandegado.

No 3T11, foram movimentados 21.594 contêineres na Zona Primária, 18,9% superior ao mesmo período de 2010. O aumento se deve ao crescimento da movimentação de REDEX no Ecopátio Cubatão e à consolidação da Unidade CLIA Santos. Nos 9M11, foram movimentados 65.870 contêineres na Zona Primária, 62,4% superior ao mesmo período de 2010.

A movimentação de carga containerizada no Porto de Santos cresceu 3,6% no 3T11 e 9,2% nos 9M11, quando comparados aos mesmos períodos do ano anterior (dados do Porto de Santos).

**Portos Secos de Interior:** composto pelas unidades de Campinas, Barueri, São Paulo e Curitiba, que oferecem os serviços de armazenagem e recinto alfandegado.



No 3T11, foram movimentados US\$ 1.425,8 milhões (Valor FOB) nos Portos Secos de Interior da EcoRodovias, correspondente a 5,8% do valor total de importação movimentado nos Estados de São Paulo e Paraná.

**Portos Secos de Fronteira:** composto pelas unidades de Foz do Iguaçu, Uruguiana, Jaguarão e Santana do Livramento que oferecem os serviços de recinto alfandegado nas fronteiras com Uruguai, Argentina e Paraguai.

No 3T11, foram movimentados US\$ 4.372,9 milhões (Valor FOB) nos Portos Secos de Fronteira da EcoRodovias, correspondente a 35,2% do valor total do intercâmbio comercial entre Brasil, Uruguai, Argentina, Paraguai e Chile.

**Transporte:** corresponde à prestação de serviços de transporte rodoviário para os clientes, por meio de frota própria, prestadores de serviços autônomos e frota terceirizada.

A receita advinda das operações de transporte representou 17% da receita do segmento de logística no 3T11 e 16% nos 9M11.

**Centros de Distribuição:** composto pelos Centros de Distribuição de Alphaville, Cajamar, Curitiba e Ecopátio Imigrantes, que oferecem os serviços de gestão de estoque de clientes.

No 3T11, a taxa de ocupação atingiu 96% do total de 106 mil m<sup>2</sup> disponíveis. Esta taxa é superior ao percentual considerado ideal, de 85%, que permitiria uma melhora da operação e produtividade na movimentação e armazenamento dos produtos.

Desempenho Operacional - Logística	3T11	3T10	Var.	9M11	9M10	Var.
Zona Primária <sup>1</sup> (contêineres movimentados)	21.594	18.161	18,9%	65.870	40.553	62,4%
Portos Secos de Interior <sup>2</sup> (Valor FOB Movimentado Importações- em milhões de US\$)	1.425,8	-	n.m	4.038,9	-	n.m
Portos Secos de Fronteira <sup>3</sup> (Valor FOB Movimentado Corrente de Comércio - em milhões de US\$)	4.372,9	-	n.m	11.859,1	-	n.m
Transporte (Participação no faturamento)	17%	-	n.m	16%	-	n.m
Centros de Distribuição (Taxa de ocupação)	96%	-	n.m	98%	-	n.m

1- Zona Primária: CLIA Santos e Ecopátio Cubatão (CLIA, REDEX, DEPOT)

2- Portos Secos de Interior: Unidades de Campinas, Barueri, São Paulo e Curitiba

3-Portos Secos de Fronteira: Unidades de Foz do Iguaçu, Uruguiana, Jaguarão e Santana do Livramento

3T11 e 9M11 : Elog Sudeste, Elog Sul e Elog

3T10 e 9M10: Elog

## STP – Sem Parar / Via Fácil

O total de tags instalados pelo sistema Sem Parar/Via Fácil atingiu 3.021 mil em 30 setembro de 2011, aumento de 30,8% em relação à 30 de setembro de 2010. Esse crescimento é sustentado pela cobertura de 93% da malha pedagiada e pelos 99 estacionamentos que aceitam o sistema (+47,8%). Do total de arrecadação consolidada de pedágios das concessionárias da EcoRodovias, 44,2% foi realizada através da cobrança eletrônica no 3T11 e 41,7% nos 9M11.



## Receita Bruta Consolidada

A Receita Bruta Consolidada, desconsiderando a Receita de Construção, atingiu R\$ 463,2 milhões no 3T11 e R\$ 1.313,9 milhões nos 9M11. O aumento em relação ao 3T10 e 9M10 foi de 33,4% e 32,3%, respectivamente.

Receita Bruta (em milhões de R\$)	3T11	3T10	Var.	9M11	9M10	Var.
Concessões Rodoviárias	369,1	325,4	13,4%	1.063,1	938,9	13,2%
Receita de Construção ICPC-01	49,1	33,2	47,9%	135,9	137,8	-1,4%
Logística	79,6	10,6	n.m.	210,0	20,0	n.m.
Receita de Serviços	14,5	11,1	30,7%	40,8	34,0	19,9%
<b>CONSOLIDADO</b>	<b>512,3</b>	<b>380,3</b>	<b>34,7%</b>	<b>1.449,8</b>	<b>1.130,7</b>	<b>28,2%</b>
<b>CONSOLIDADO excluindo Receita de Construção</b>	<b>463,2</b>	<b>347,1</b>	<b>33,4%</b>	<b>1.313,9</b>	<b>992,9</b>	<b>32,3%</b>

## Receita Bruta por Segmento de Negócio

### Concessões Rodoviárias

**Receita de Pedágio:** correspondeu a 69,2% e 70,6% da receita bruta consolidada no 3T11 e nos 9M11, respectivamente. Considerando o crescimento do volume de tráfego pedagiado e os reajustes contratuais das tarifas de pedágios já comentados anteriormente, a receita bruta com arrecadação de pedágio consolidada atingiu R\$ 354,8 milhões no 3T11, 12,0% superior em relação ao 3T10 e R\$ 1.023,4 milhões nos 9M11, 13,3% superior aos 9M10.

**Receitas Acessórias:** as receitas acessórias das concessionárias de rodovias são provenientes do monitoramento de cargas especiais, painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos, outros serviços de utilização e exploração da faixa de domínio das concessões rodoviárias e serviços prestados pelo centro de serviços compartilhados. No 3T11 e 9M11, as receitas acessórias representaram 2,8% e 2,7% da receita bruta do grupo.

**Receita de Construção:** conforme estabelecida pelo ICPC 01 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) – Contratos de Concessão, a realização de obras e melhorias na infraestrutura rodoviária gerou uma receita de R\$ 49,1 milhões no 3T11, 47,9% superior ao 3T10, e receita de R\$ 135,9 milhões nos 9M11, 1,4% inferior aos 9M10. A Companhia não reconhece margem de lucro nesta receita (margem igual a zero), sendo o valor correspondente ao mesmo contabilizado na conta de “Custo de Construção de Obras”.



Receita Bruta (em milhões de R\$)	3T11	3T10	Var.	9M11	9M10	Var.
<b>Concessões Rodoviárias</b>						
<b>Receita de Pedágio</b>	<b>354,8</b>	<b>316,9</b>	<b>12,0%</b>	<b>1.023,4</b>	<b>903,0</b>	<b>13,3%</b>
Ecovias dos Imigrantes	177,4	163,7	8,4%	503,3	460,7	9,2%
Ecopistas	50,6	42,8	18,2%	142,2	119,0	19,5%
Ecovia Caminho do Mar	42,0	38,3	9,7%	126,6	111,1	14,0%
Ecocataratas	50,8	44,4	14,4%	147,2	127,7	15,3%
Ecosul - Rodovias do Sul	34,0	27,7	22,7%	104,1	84,5	23,2%
<b>Receita Acessória - Concessionárias</b>	<b>14,3</b>	<b>8,5</b>	<b>68,2%</b>	<b>39,9</b>	<b>35,8</b>	<b>11,5%</b>
<b>Receita de Construção ICPC-01</b>	<b>49,1</b>	<b>33,2</b>	<b>47,9%</b>	<b>135,9</b>	<b>137,8</b>	<b>-1,4%</b>

## Logística

**Receita da Zona Primária:** as receitas provenientes das movimentações de contêineres ocorridas no 3T11 alcançaram R\$ 23,3 milhões. A tarifa média por contêiner movimentado foi de R\$ 1.079 no 3T11, com crescimento de 22,1% quando comparado aos R\$ 941 do 2T11, devido ao aumento da participação dos contêineres movimentados no CLIA Santos (24,6% do total de contêineres movimentados) e nas operações de REDEX do Ecopátio Cubatão (16,0% do total de contêineres movimentados). Nos 9M11 a receita atingiu R\$ 61,1 milhões e a tarifa média alcançou R\$ 928

**Receita dos Portos Secos de Interior:** as receitas provenientes da armazenagem e recinto alfandegado de interior alcançaram R\$ 24,3 milhões no 3T11 (+14,6% em relação ao 2T11) e R\$ 63,1 milhões nos 9M11.

**Receita dos Portos Secos de Fronteira:** as receitas resultantes dos serviços de recinto alfandegado nas fronteiras com Uruguai, Argentina e Paraguai alcançaram R\$ 10,4 milhões no 3T11 (+11,8% em relação ao 2T11) e R\$ 28,0 milhões nos 9M11.

**Receita de Transporte:** a receita advinda das operações de transporte rodoviário atingiu R\$ 16,7 milhões no 3T11 (+38,0% em relação ao 2T11) e R\$ 41,3 milhões nos 9M11.

**Receita dos Centros de Distribuição:** a receita dos serviços de gestão de estoque de clientes e locação de armazéns atingiu R\$ 24,9 milhões no 3T11 (+11,2% em relação ao 2T11) e R\$ 69,0 milhões nos 9M11.



Receita Bruta (em milhões de R\$)	3T11	3T10	Var.	9M11	9M10	Var.
<b>Logística</b>						
Zona Primária <sup>1</sup>	23,3	6,4	n.m	61,1	17,0	n.m
Portos Secos de Interior <sup>2</sup>	24,3	-	n.m	63,1	-	n.m
Portos Secos de Fronteira <sup>3</sup>	10,4	-	n.m	28,0	-	n.m
Transporte	16,7	-	n.m	41,3	-	n.m
Centros de Distribuição	24,9	2,5	n.m	69,0	6,1	n.m
<b>TOTAL Elog</b>	<b>99,6</b>	<b>8,9</b>	<b>n.m</b>	<b>262,5</b>	<b>23,1</b>	<b>n.m</b>
<b>TOTAL (Consolidado EcoRodovias)</b>	<b>79,7</b>	<b>7,1</b>	<b>n.m</b>	<b>210,0</b>	<b>19,6</b>	<b>n.m</b>

1- Zona Primária: CLIA Santos e Ecopátio Cubatão (CLIA, REDEX, DEPOT)

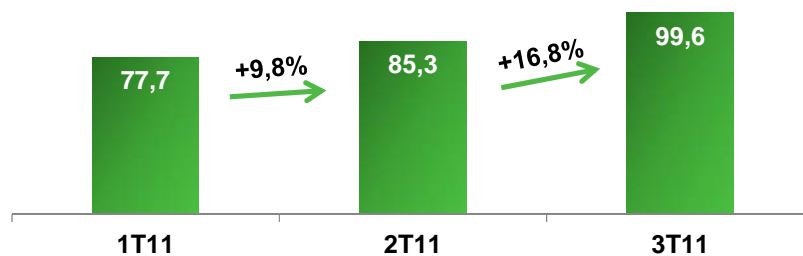
2- Portos Secos de Interior: Unidades de Campinas, Barueri, São Paulo e Curitiba

3-Portos Secos de Fronteira: Unidades de Foz do Iguaçu, Uruguaiana, Jaguarão e Santana do Livramento

3T11 e 9M11 : Elog Sudeste, Elog Sul e Elog

3T10 e 9M10: Elog

## Receita Bruta de Logística (em milhões de R\$)



## STP – Sem Parar / Via Fácil

**Receita de Serviços:** a receita bruta da STP atingiu R\$ 114,0 milhões no 3T11 (+30,7% em relação ao 3T10) e R\$ 319,8 milhões nos 9M11 (+19,9% em relação ao 9M10). A participação acionária da EcoRodovias na STP é de 12,75%, o que corresponde a uma receita bruta de R\$ 14,5 milhões no 3T11 e R\$ 40,8 milhões nos 9M11, consolidada nas demonstrações financeiras.

Receita Bruta (em milhões de R\$)	3T11	3T10	Var.	9M11	9M10	Var.
<b>Serviços</b>						
Receita de Serviços (100%)	114,0	87,2	30,7%	319,8	266,8	19,9%
Receita de Serviços (12,75%)	14,5	11,1	30,7%	40,8	34,0	19,9%



## Receita Líquida Consolidada

A Receita Líquida consolidada, desconsiderando a Receita de Construção, atingiu R\$ 422,0 milhões no 3T11, crescimento de 31,0% quando comparado aos R\$ 322,1 milhões do 3T10, e R\$ 1.198,9 milhões nos 9M11, 29,9% superior ao mesmo período de 2010. As Deduções sobre a Receita Bruta atingiram R\$ 41,3 milhões no 3T11 e R\$ 115,1 milhões nos 9M11, representando, respectivamente, 9,8% e 9,6% do total da receita bruta, desconsiderando a Receita de Construção, dos respectivos períodos

Receita Líquida (em milhões de R\$)	3T11	3T10	Var.	9M11	9M10	Var.
Concessões Rodoviárias	341,3	302,4	12,9%	986,1	870,3	13,3%
Receita de Construção ICPC-01	49,1	33,2	47,9%	135,9	137,8	-1,4%
Logística	68,3	9,6	n.m	178,5	21,2	n.m
Receita de Serviços	12,4	10,1	22,8%	34,3	31,1	10,3%
<b>CONSOLIDADO</b>	<b>471,1</b>	<b>355,3</b>	<b>32,6%</b>	<b>1.334,8</b>	<b>1.060,4</b>	<b>25,9%</b>
<b>CONSOLIDADO excluindo Receita de Construção</b>	<b>422,0</b>	<b>322,1</b>	<b>31,0%</b>	<b>1.198,9</b>	<b>922,6</b>	<b>29,9%</b>

## Custos Operacionais e Despesas Administrativas Consolidados

Os custos consolidados dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 263,1 milhões no 3T11, 45,6% superior ao apurado no 3T10.






Custos Operacionais e Despesas Administrativas (em milhões de R\$)	3T11	3T10	Var.	9M11	9M10	Var.
<b>Ecorodovias Infra Estrutura e Logística</b>						
Pessoal	53,6	30,0	78,7%	158,0	97,4	62,2%
Conservação	15,0	16,7	-10,2%	45,9	48,2	-4,8%
Serviços de Terceiros	35,9	23,6	52,1%	99,4	58,1	71,1%
Seguros, Poder Concedente e Aluguéis	26,5	14,5	82,8%	77,3	44,5	73,7%
Depreciação / Amortização	42,4	34,3	23,6%	125,3	101,0	24,1%
Provisão Manutenção ICPC 01	20,2	10,6	90,6%	58,6	30,9	89,6%
Custo de Construção de Obras ICPC 01	49,1	33,2	47,9%	135,9	137,8	-1,4%
Outros	20,4	17,8	14,6%	54,3	37,6	44,4%
<b>CONSOLIDADO EcoRodovias</b>	<b>263,1</b>	<b>180,7</b>	<b>45,6%</b>	<b>754,7</b>	<b>555,5</b>	<b>35,9%</b>



## Custos Operacionais e Despesas Admin. por Segmento de Negócio

### Concessões Rodoviárias






Custos Operacionais e Despesas Administrativas (em milhões de R\$)	3T11	3T10	Var.	9M11	9M10	Var.
<b>Concessões Rodoviárias</b>						
Pessoal	27,5	22,8	20,6%	83,0	73,4	13,1%
Conservação	14,8	16,5	-10,3%	44,8	46,0	-2,6%
Serviços de Terceiros	13,9	13,4	3,7%	40,7	39,1	4,1%
Seguros, Poder Concedente e Aluguéis	17,9	17,4	2,9%	50,3	42,5	18,4%
Depreciação / Amortização	34,8	31,9	9,1%	103,1	93,8	9,9%
Provisão Manutenção ICPC 01	20,2	10,6	90,6%	58,6	30,9	89,6%
Custo de Construção de Obras ICPC 01	49,1	33,2	47,9%	135,9	137,8	-1,4%
Outros	11,9	12,1	-1,7%	31,4	29,3	7,2%
<b>Total EcoRodovias</b>	<b>190,1</b>	<b>157,9</b>	<b>20,4%</b>	<b>547,8</b>	<b>492,8</b>	<b>11,2%</b>

-  Os custos com Pessoal atingiram o valor de R\$ 27,5 milhões no 3T11, 20,6% superior ao 3T10. Esta variação deveu-se, principalmente, aos dissídios coletivos de 5,0% a 5,5% ocorridos em março de 2011, ao aumento do quadro de colaboradores da EcoRodovias Concessões e Serviços e ao aumento das provisões de contingências trabalhistas nas concessionárias.
-  Os custos de Conservação totalizaram R\$ 14,8 milhões no 3T11 ante os R\$ 16,5 milhões do 3T10, 10,3% inferior ao registrado no mesmo período de 2010. O principal motivo desta variação foi o menor volume de obras de conservação e menores custos com sinalização na Ecovia Caminho do Mar.
-  O total das despesas de Depreciação e Amortização, no 3T11, atingiu R\$ 34,8 milhões ante os R\$ 31,9 milhões do 3T10, aumento de 9,1%. Conforme as novas normas contábeis (IFRS), as amortizações dos ativos das concessões de rodovias passam a ser calculados conforme a evolução da curva de tráfego das mesmas.
-  A Provisão para Manutenção, decorrente da aplicação do ICPC 01, apresentou um aumento de 90,6% em relação ao 3T10, devido aos maiores níveis de provisão observados nas concessionárias Ecovias dos Imigrantes, Ecocataratas e Ecosul. Esta provisão contábil acompanha os programas de manutenção previstos nas concessionárias dentro dos critérios estabelecidos pelas novas normas contábeis.
-  O Custo de Construção de obras, decorrente da aplicação do ICPC 01, foi de R\$ 49,1 milhões no 3T11, 47,9% superior ao 3T10. O valor realizado está de acordo com o cronograma de obras previsto nas concessionárias e correspondem aos mesmos valores contabilizados como Receita de Construção.



## Logística

Custos Operacionais e Despesas Administrativas (em milhões de R\$)	3T11	3T10	Var.	9M11	9M10	Var.
<b>Logística (100%)</b>						
Pessoal	23,0	1,6	n.m	65,9	4,0	n.m
Conservação	-	-	n.m	0,7	1,9	-63,2%
Serviços de Terceiros	27,3	7,2	n.m	65,4	10,1	n.m
Seguros, Poder Concedente e Aluguéis	10,2	0,1	n.m	32,0	0,7	n.m
Depreciação / Amortização	7,7	1,8	n.m	22,9	5,2	n.m
Outros	7,1	1,0	n.m	19,6	2,2	n.m
<b>Total Elog</b>	<b>75,3</b>	<b>11,7</b>	<b>n.m</b>	<b>206,5</b>	<b>24,1</b>	<b>n.m</b>
<b>Consolidado EcoRodovias</b>	<b>60,2</b>	<b>9,4</b>	<b>n.m</b>	<b>165,2</b>	<b>19,3</b>	<b>n.m</b>

-  Os custos com Pessoal atingiram o valor de R\$ 23,0 milhões no 3T11. O aumento em relação ao 3T10 deve-se à consolidação das operações das empresas Elog Sudeste e Elog Sul (antigas Columbia e EADI Sul, respectivamente), que incorporaram cerca de 1.800 funcionários ao setor de Logística.
-  Os custos com Serviços de Terceiros, no 3T11, foram de R\$ 27,3 milhões. Estes custos referem-se, basicamente, à contratação de consultorias, fretes e transportes junto a terceiros nas operações das empresas Elog Sudeste e Elog Sul.
-  Os custos com Aluguéis e Seguros, no 3T11, foram de R\$ 10,2 milhões. O aumento, em relação ao R\$ 0,1 milhão no 3T10, deve-se à consolidação das despesas de seguros e aluguéis das unidades da Elog Sudeste e Elog Sul.
-  O total das despesas de Depreciação e Amortização, no 3T11, atingiu R\$ 7,7 milhões ante o R\$ 1,8 milhão do 3T10, aumento este proveniente, principalmente, da amortização do ágio da aquisição das empresas Elog Sudeste e Elog Sul.
-  Os custos e despesas classificados como Outros se referem, às comissões com despachantes aduaneiros, energia elétrica, telefonia e materiais de consumo.

## Holding e STP

Custos Operacionais e Despesas Administrativas (em milhões de R\$)	3T11	3T10	Var.	9M11	9M10	Var.
<b>Holding e STP</b>						
Pessoal	7,8	5,9	32,2%	22,2	20,6	7,8%
Conservação	0,4	0,2	100,0%	0,8	0,7	14,3%
Serviços de Terceiros	4,5	5,4	-16,7%	11,8	12,7	-7,1%
Seguros, Poder Concedente e Aluguéis	0,5	0,4	25,0%	1,7	1,3	30,8%
Depreciação / Amortização	1,5	1,0	50,0%	4,2	2,8	50,0%
Outros	2,7	1,8	50,0%	7,0	6,4	9,4%
<b>Total EcoRodovias</b>	<b>17,4</b>	<b>14,7</b>	<b>18,4%</b>	<b>47,7</b>	<b>44,5</b>	<b>7,2%</b>



## EBITDA Consolidado e Margem EBITDA

O EBITDA Consolidado Ajustado atingiu R\$ 270,5 milhões, no 3T11, e R\$ 764,0 milhões nos 9M11, com margens de 64,1% e 63,7%, respectivamente. O EBITDA ajustado é calculado desconsiderando as contas de receita e custo de construção e provisão para manutenção, introduzidas pela aplicação do IFRS. No setor de Logística, destaque para a margem EBITDA da Elog que atingiu 21,8% no 3T11. O EBITDA Consolidado apurado considerando o IFRS, foi de R\$ 250,3 milhões no 3T11 e de R\$ 705,4 milhões nos 9M11, atingindo, respectivamente, as margens de 53,1% e 52,8%.

EBITDA IFRS (em milhões de R\$)	3T11	3T10	Var.	9M11	9M10	Var.
<b>CONSOLIDADO</b>						
Lucro Líquido	103,8	85,9	20,8%	283,7	522,1	-45,7%
Depreciação e Amortização	42,4	34,3	23,6%	125,3	100,8	24,3%
Resultado Financeiro	45,8	35,8	27,9%	136,8	153,6	-10,9%
Imposto de Renda e Contribuição Social	58,3	52,8	10,4%	159,5	134,8	18,3%
Resultado de operações não recorrentes	(0,1)	(0,3)	-66,7%	(0,1)	(305,8)	-100,0%
Amortização de Investimentos	0,1	-	n.m	0,2	-	n.m
<b>EBITDA IFRS</b>	<b>250,3</b>	<b>208,5</b>	<b>20,0%</b>	<b>705,4</b>	<b>605,5</b>	<b>16,5%</b>
<b>Margem EBITDA IFRS</b>	<b>53,1%</b>	<b>58,7%</b>	<b>-5,6 p.p.</b>	<b>52,8%</b>	<b>57,1%</b>	<b>-4,3 p.p.</b>

EBITDA Ajustado s/ IFRS (em milhões de R\$)	3T11	3T10	Var.	9M11	9M10	Var.
<b>EBITDA IFRS</b>	<b>250,3</b>	<b>208,5</b>	<b>20,0%</b>	<b>705,4</b>	<b>605,5</b>	<b>16,5%</b>
Receita de Construção	(49,1)	(33,2)	47,9%	(135,9)	(137,8)	-1,4%
Custo de Construção	49,1	33,2	47,9%	135,9	137,8	-1,4%
Provisão para Manutenção	20,2	10,6	90,6%	58,6	30,9	89,6%
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>270,5</b>	<b>219,1</b>	<b>23,5%</b>	<b>764,0</b>	<b>636,4</b>	<b>20,1%</b>
<b>Margem EBITDA Ajustada</b>	<b>64,1%</b>	<b>68,0%</b>	<b>-3,9 p.p.</b>	<b>63,7%</b>	<b>69,0%</b>	<b>-5,3 p.p.</b>

## EBITDA por Segmento de Negócio

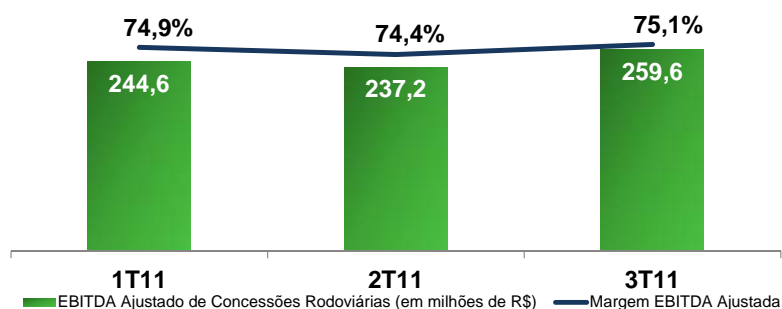
EBITDA IFRS (em milhões de R\$)	3T11	3T10	Var.	9M11	9M10	Var.
<b>Concessões Rodoviárias</b>						
Receita Líquida	394,7	339,8	16,2%	1.127,0	1.013,0	11,3%
EBITDA	239,3	213,8	11,9%	682,8	614,0	11,2%
<b>Margem EBITDA</b>	<b>60,6%</b>	<b>62,9%</b>	<b>-2,3 p.p.</b>	<b>60,6%</b>	<b>60,6%</b>	<b>0,0 p.p.</b>

EBITDA Ajustado s/ IFRS (em milhões de R\$)	3T11	3T10	Var.	9M11	9M10	Var.
<b>Concessões Rodoviárias</b>						
<b>EBITDA IFRS</b>	<b>239,3</b>	<b>213,8</b>	<b>11,9%</b>	<b>682,8</b>	<b>614,0</b>	<b>11,2%</b>
Receita de Construção	(49,1)	(33,2)	47,9%	(135,9)	(137,8)	-1,4%
Custo de Construção	49,1	33,2	47,9%	135,9	137,8	-1,4%
Provisão para Manutenção	20,2	10,6	90,6%	58,6	30,9	89,6%
<b>EBITDA</b>	<b>259,6</b>	<b>224,4</b>	<b>15,7%</b>	<b>741,4</b>	<b>644,9</b>	<b>15,0%</b>
<b>Margem EBITDA Ajustada</b>	<b>75,1%</b>	<b>73,2%</b>	<b>1,9 p.p.</b>	<b>74,8%</b>	<b>73,7%</b>	<b>1,1 p.p.</b>

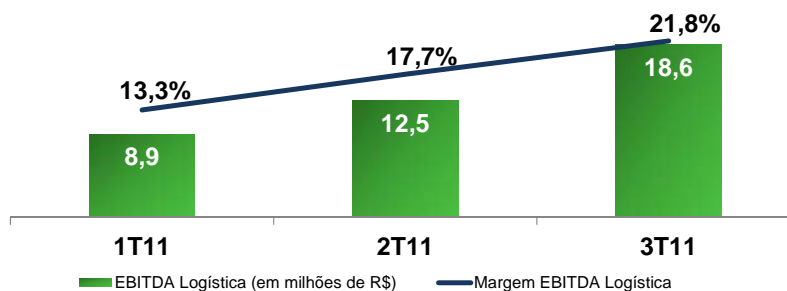


EBITDA IFRS (em milhões de R\$)	3T11	3T10	Var.	9M11	9M10	Var.
<b>Logística (100%)</b>						
Receita Líquida	85,3	8,0	n.m.	223,1	21,2	n.m.
EBITDA	18,6	(1,8)	n.m.	40,3	2,3	n.m.
<b>Margem EBITDA</b>	<b>21,8%</b>	<b>-22,5%</b>	<b>n.m.</b>	<b>18,1%</b>	<b>10,8%</b>	<b>7,3 p.p.</b>

## EBITDA Ajustado de Concessões Rodoviárias (s/IFRS)







## EBITDA Logística





## Resultado Financeiro Consolidado

O resultado financeiro líquido no 3T11 totalizou uma despesa de R\$ 45,8 milhões (+27,9%) e R\$ 136,8 milhões (-10,9%) nos 9M11. As principais variações foram:

- 
 As despesas com juros sobre debêntures, no 3T11, aumentaram 35,8%, em relação ao 3T10 devido, principalmente, às emissões de debêntures da Elog, em dezembro de 2010 e Ecopistas em março de 2011.
- 
 As despesas de juros sobre financiamento apresentaram redução de 53,0%, devido, principalmente, ao alongamento da dívida da Ecopistas, realizado através do pagamento do financiamento de curto prazo (Notas Promissórias) e emissão de debêntures, em março de 2011.
- 
 A variação monetária de debêntures foi impactada pela variação do IGP-M (+7,5% nos últimos 12 meses) e do IPCA (+7,3% nos últimos 12 meses), assim como pelas amortizações de parcelas das debêntures da Ecovias dos Imigrantes e EcoRodovias Concessões e Serviços, ocorridas no período, que ocasionaram redução da base de cálculo da variação monetária.
- 
 As despesas com a variação monetária do Direito de Outorga referem-se aos ajustes a valor presente aplicados sobre o saldo devedor dos ônus de concessão da Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas e pela correção destes mesmos saldos pelos índices de correção contratuais. A redução apresentada se deve à finalização do pagamento da outorga fixa da Ecopistas em dezembro de 2010.

Resultado Financeiro (em milhões de R\$)	3T11	3T10	Var.	9M11	9M10	Var.
Juros sobre Debêntures	(39,8)	(29,3)	35,8%	(118,6)	(83,2)	42,5%
Juros sobre Financiamentos	(7,8)	(16,6)	-53,0%	(26,9)	(47,5)	-43,4%
Varição Monetária - Debêntures e Financiamentos	(5,8)	(7,8)	-25,6%	(33,8)	(31,5)	7,3%
Varição Monetária – Direito de Outorga	(1,9)	(4,7)	-59,6%	(7,5)	(25,5)	-70,6%
Receitas de Aplic. Financeiras	21,9	30,3	-27,7%	76,7	61,6	24,5%
Ajuste a Valor Presente ICPC-01	(4,2)	(4,4)	-4,5%	(12,3)	(13,7)	-10,2%
Outros Efeitos Financeiros	(8,2)	(3,3)	n.m.	(14,4)	(13,8)	4,3%
<b>CONSOLIDADO</b>	<b>(45,8)</b>	<b>(35,8)</b>	<b>27,9%</b>	<b>(136,8)</b>	<b>(153,6)</b>	<b>-10,9%</b>



## Imposto de Renda e Contribuição Social

O total de imposto de renda e contribuição social registrado no 3T11 foi de R\$ 58,3 milhões e de R\$ 159,4 milhões nos 9M11, sendo que a taxa efetiva (IR e CS /Lucro líquido) passou de 38,1% no 3T10 para 36,0% no 3T11.

## Lucro do Período

No 3T11, a EcoRodovias apresentou lucro líquido de R\$ 103,8 milhões, 20,8% superior ao lucro líquido ajustado de R\$ 85,9 milhões no 3T10. Nos 9M11, apresentou lucro líquido de R\$ 283,7 milhões 29,1% superior ao lucro líquido ajustado, desconsiderando o ganho não recorrente de equivalência proveniente da venda de participação da Elog, de R\$ 219,7 milhões nos 9M10. Considerando este ganho não recorrente, o lucro líquido foi 45,7% inferior no 9M11.

Lucro Líquido Ajustado (R\$ milhões)	3T11	3T10	Var.	9M11	9M10	Var.
Lucro Líquido	103,8	85,9	20,8%	283,7	522,1	-45,7%
(-) Receitas não recorrentes (Elog)	-	-	n.m	-	(302,4)	-100,0%
<b>Lucro Líquido Ajustado</b>	<b>103,8</b>	<b>85,9</b>	<b>20,8%</b>	<b>283,7</b>	<b>219,7</b>	<b>29,1%</b>



## Disponibilidade e Endividamento Consolidado

A EcoRodovias encerrou setembro de 2011 com saldo de caixa disponível e aplicações financeiras em títulos e valores mobiliários de R\$ 800,3 milhões. A dívida bruta da EcoRodovias atingiu R\$ 1.743,8 milhões em 30 de setembro de 2011, aumento de 4,7% quando comparado à 30 de junho de 2011:

Os principais fatores que contribuíram para o aumento do saldo da dívida bruta foram as atualizações monetárias das debêntures da Ecovias dos Imigrantes, EcoRodovias Concessões e Serviços, e Ecopistas. No 3T11, foi liberada a segunda parcela do financiamento da Ecopistas junto ao BNDES no valor de R\$ 29,2 milhões, com taxa de TJLP+2,45 a.a. Esta liberação está destinada aos investimentos relativos à recuperação, conservação especial, implantação de melhorias e ampliação de capacidade no corredor formado pelas rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto.

Endividamento (em milhões de R\$)	30/09/2011	30/06/2011	Var.	Taxa	Moeda	Vencimento
<b>Concessões Rodoviárias</b>						
Debêntures - EcoRodovias Conc. e Serv.	547,3	529,0	3,5%	IPCA + 8,75% / CDI + 1,5%	R\$	novembro-2015
Debêntures - Ecovias dos Imigrantes	405,9	392,6	3,4%	IGP-M + 9,5% / 104,0% CDI	R\$	novembro-2014
Debêntures - Ecopistas	397,3	386,4	2,8%	IPCA+8,25%	R\$	janeiro-2023
BNDES- Ecopistas	76,6	49,7	54,1%	TJLP+2,45% a.a	R\$	junho-2021
CCB - Ecovia Caminho do Mar	5,9	5,6	5,4%	107,70% do CDI	R\$	maio-2012
CCB - Ecovia Caminho do Mar	39,3	37,6	4,5%	110,20% do CDI	R\$	novembro-2011
Leasing - Ecocataratas	0,3	-	n.m.	1,21% a.m	R\$	março-2013
CCB - Ecosul	38,3	37,0	3,5%	IPCA + 7,20% a.a.	R\$	outubro-2014
<b>Logística</b>						
Debêntures-Elog	139,7	134,8	3,6%	CDI+2,20% a.a	R\$	dezembro-2017
BNDES - Ecopátio Logística Cubatão	36,8	38,4	-4,2%	TJLP + 2,4% a.a.	R\$	abril-2017
CCI - Ecopátio Imigrantes	34,5	33,9	1,8%	IPCA + 7,20% a.a.	R\$	fevereiro-2020
Capital de Giro - Ecopátio Logística Cubatão	13,5	11,3	19,5%	TJLP + 3,90% a.a.	R\$	dezembro-2013
Elog Sudeste/Elog Sul	3,1	2,7	14,8%	TJLP+5,71% a.a ~ 22,85% a.a	R\$	novembro-2015
Equipamentos	1,2	2,0	-40,0%	VC+9,25a.a.	USD	março-2014
Equipamentos	1,1	1,2	-8,3%	9,00% a.a. + VC	EUR	setembro-2013
Outros	3,0	3,6	-16,7%	16-18% a.a.	R\$	junho-2013
<b>DÍVIDA TOTAL</b>	<b>1.743,8</b>	<b>1.665,9</b>	<b>4,7%</b>			
Caixa Disponível	800,3	699,6	14,4%			
<b>DÍVIDA LÍQUIDA</b>	<b>943,5</b>	<b>966,3</b>	<b>-2,4%</b>			

Dívida Líquida / EBITDA IFRS (em milhões de R\$)	30/09/2011	30/06/2011	Var.
EBITDA IFRS udm	912,0	869,9	4,8%
Dívida Líquida	943,5	966,3	-2,4%
<b>Dívida Líquida / EBITDA IFRS</b>	<b>1,0 x</b>	<b>1,1 x</b>	<b>-0,1 x</b>

Dívida Líquida / EBITDA Ajustado (em milhões de R\$)	30/09/2011	30/06/2011	Var.
EBITDA Ajustado udm	987,9	936,2	5,5%
Dívida Líquida	943,5	966,3	-2,4%
<b>Dívida Líquida / EBITDA Ajustado</b>	<b>1,0 x</b>	<b>1,0 x</b>	<b>-0,1 x</b>



## Capex Consolidado e por segmento de negócio

Os investimentos consolidados realizados pela EcoRodovias, no 3T11, foram de R\$ 94,4 milhões, 21,5% superior ao registrado no 3T10.

No setor de concessões rodoviárias, o total de investimentos realizados no 3T11 foi de R\$ 76,0 milhões, superior em 3,4% em relação ao mesmo período de 2010. Os principais investimentos realizados foram de pavimentações e conservação nas 5 concessionárias e restaurações da BR-277 na Ecovia Caminho do Mar

No setor de logística, o valor de investimento realizado no 3T11 foi de R\$ 15,6 milhões, sendo R\$ 6,7 milhões nas edificações do Ecopátio Cubatão e R\$ 6,5 milhões na Elog Sudeste e Elog Sul destinados à modernização dos equipamentos e edificações existentes.

Conforme os critérios de contabilização estabelecidos pelas novas normas contábeis (IFRS/ICPC) para as concessões de rodovias, os investimentos são contabilizados como Custo de Construção (Ativo Intangível) ou Custo de Manutenção (Provisão para Manutenção). Nas tabelas abaixo, apresentamos o valor total do Capex realizado e a sua segregação por conta contábil.

CAPEX (em milhões de R\$)	3T11			3T10			Var Total 3T11 x 3T10
	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	
<b>Concessões Rodoviárias</b>							
Ecovias dos Imigrantes	20,0	12,5	32,5	15,4	13,5	28,9	12,5%
Ecopistas	11,8	-	11,8	16,2	-	16,2	-27,2%
Ecovia Caminho do Mar	9,5	-	9,5	7,6	4,6	12,2	-22,1%
Ecocataratas	2,0	6,8	8,8	0,6	8,6	9,2	-4,3%
Ecosul - Rodovias do Sul	8,5	0,9	9,4	5,6	-	5,6	67,9%
EcoRodovias Conc. e Serviços	4,0	-	4,0	1,4	-	1,4	n.m.
<b>Total</b>	<b>55,8</b>	<b>20,2</b>	<b>76,0</b>	<b>46,8</b>	<b>26,7</b>	<b>73,5</b>	<b>3,4%</b>
<b>Logística</b>							
Ecopátio Cubatão	6,7	-	6,7	0,8	-	0,8	n.m
Ecopátio Imigrantes	-	-	-	0,7	-	0,7	n.m
Elog	2,4	-	2,4	0,9	-	0,9	n.m
Elog Sudeste/Elog Sul	6,5	-	6,5	-	-	-	n.m
<b>Total</b>	<b>15,6</b>	<b>-</b>	<b>15,6</b>	<b>2,4</b>	<b>-</b>	<b>2,4</b>	<b>n.m</b>
<b>Holding e STP</b>							
Holding e STP	2,8	-	2,8	1,8	-	1,8	55,6%
<b>CONSOLIDADO</b>	<b>74,2</b>	<b>20,2</b>	<b>94,4</b>	<b>51,0</b>	<b>26,7</b>	<b>77,7</b>	<b>21,5%</b>



CAPEX (em milhões de R\$)	9M11			9M10			Var
	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	Total 9M11 x 9M10
<b>Concessões Rodoviárias</b>							
Ecovias dos Imigrantes	49,1	30,5	79,6	30,3	27,4	57,7	38,0%
Ecopistas	43,9	-	43,9	85,9	-	85,9	-48,9%
Ecovia Caminho do Mar	18,7	-	18,7	21,3	9,3	30,6	-38,9%
Ecocataratas	6,1	16,1	22,2	2,4	17,7	20,1	10,4%
Ecosul - Rodovias do Sul	24,5	3,7	28,2	14,6	1,8	16,4	72,0%
EcoRodovias Conc. e Serviços	10,3	-	10,3	3,2	-	3,2	n.m
<b>Total</b>	<b>152,6</b>	<b>50,3</b>	<b>202,9</b>	<b>157,7</b>	<b>56,2</b>	<b>213,9</b>	<b>-5,1%</b>
<b>Logística</b>							
Ecopátio Cubatão	10,2	-	10,2	4,2	-	4,2	142,9%
Ecopátio Imigrantes	-	-	-	10,1	-	10,1	-100,0%
Elog	8,9	-	8,9	10,2	-	10,2	-12,7%
Elog Sudeste/Elog Sul	11,1	-	11,1	-	-	-	n.m
<b>Total</b>	<b>30,2</b>	<b>-</b>	<b>30,2</b>	<b>24,5</b>	<b>-</b>	<b>24,5</b>	<b>23,3%</b>
<b>Holding e STP</b>							
Holding e STP	7,6	-	7,6	6,1	-	6,1	24,6%
<b>CONSOLIDADO</b>	<b>190,4</b>	<b>50,3</b>	<b>240,7</b>	<b>188,3</b>	<b>56,2</b>	<b>244,5</b>	<b>-1,6%</b>

## CAPEX Estimado

CAPEX Estimado (em milhões de R\$)	2011E		
	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total
<b>Concessões Rodoviárias (100%)</b>			
Ecovias dos Imigrantes	87,7	44,2	131,9
Ecopistas	71,0	-	71,0
Ecovia Caminho do Mar	26,0	-	26,0
Ecocataratas	9,9	23,7	33,6
Ecosul - Rodovias do Sul	36,1	8,1	44,2
<b>Total</b>	<b>230,7</b>	<b>76,0</b>	<b>306,7</b>
<b>Logística (100%)</b>			
Ecopátio Cubatão	30,0	-	30,0
Ecopátio Imigrantes	47,0	-	47,0
Elog	16,2	-	16,2
Elog Sudeste/Elog Sul	26,6	-	26,6
<b>Total</b>	<b>119,8</b>	<b>-</b>	<b>119,8</b>



## RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

**Ecoviver** – O Ecoviver, programa de responsabilidade socioambiental do Grupo EcoRodovias, voltado à educação ambiental de crianças e jovens, já atendeu, desde 2006, 22 cidades, através de mais de 1.487 escolas, 5.582 professores e 216 mil alunos.

**Reconhecimento** - A EcoRodovias foi eleita, pelo terceiro ano consecutivo, uma das 150 melhores empresas para se trabalhar, pela revista Exame; e pela primeira vez, uma das 100 melhores empresas para se trabalhar da revista Época. No mês de outubro, recebeu o Prêmio Selo Empresa Cidadã, promovido pela Câmara Municipal de São Paulo e o Top Of Mind Estadão de RH, na categoria Top Responsabilidade Social.

## RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada pela EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia.

As informações no comentário de desempenho no trimestre sobre o Volume de Tráfego, Tarifa Média, Margem EBITDA, Capex e aspectos quantitativos sobre o EBIT e EBITDA não foram objeto de revisão pelos auditores independentes.

### *Disclaimer*

*Estas informações e declarações contêm considerações futuras referentes às perspectivas de negócios, que estão sujeitas a riscos e incertezas. Tais considerações refletem as crenças e perspectivas de nossa Administração e a informações que a Companhia possui acesso. As declarações sobre o futuro não são garantias de desempenho e as condições dependem, sobretudo, das condições econômicas, de mercado, políticas governamentais e fatores operacionais. Portanto, os resultados futuros das empresas do grupo poderão diferir significativamente das atuais expectativas.*

**Notas Explicativas**

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

**1. INFORMAÇÕES GERAIS**

A EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (“EcoRodovias” ou “Companhia”) é uma Sociedade por ações sede em São Paulo, SP, listada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. A Companhia iniciou suas atividades em 7 de novembro de 2000 e tem por objetivo operar ativos de logística intermodal, por meio da exploração de concessão de rodovias, assim como exploração de negócios de logística, tais como retroáreas, armazéns alfandegados, centros de distribuição, terminais portuários, entre outros, e a participação em outras empresas prestadoras de serviços relacionadas às atividades-fim.

**2. APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS****2.1. Declaração de conformidade e base de preparação**

As informações contábeis intermediárias da Sociedade, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao período findo em 30 de setembro de 2011 compreendem:

- a) As informações contábeis intermediárias consolidadas elaboradas de acordo com o CPC 21 – Demonstração Intermediária e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standard Board - IASB e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.
- b) As informações contábeis intermediárias individuais da Sociedade elaboradas de acordo com o CPC 21 – Demonstração Intermediária e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As informações contábeis intermediárias individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas informações contábeis intermediárias individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo de aquisição.

## Notas Explicativas

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis consolidadas estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado, salvo disposição em contrário.

### 2.2. Base de elaboração

As informações trimestrais foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se informado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

### 2.3. Moedas funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas informações trimestrais da controladora e de cada uma das empresas controladas incluídas nas informações trimestrais consolidadas são mensurados usando-se a moeda do principal ambiente econômico, no qual as empresas atuam (“moeda funcional”). As informações trimestrais consolidadas são apresentadas em reais, a moeda funcional da Companhia.

### 2.4. 2.4 Apresentação de relatórios por segmentos

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

### 2.5. Base de consolidação e mensuração dos investimentos

#### a) Investimentos em empresas controladas (controladora)

Nas informações trimestrais individuais (controladora), a Companhia reconhece e demonstra os investimentos em controladas por meio do método de equivalência patrimonial.

**Notas Explicativas**

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

## b) Investimentos em empresas controladas

A Companhia consolidou integralmente as informações trimestrais de todas as empresas controladas. Considera-se existir controle quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral e tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, a fim de obter benefícios de suas atividades. Nas situações que a Companhia detenha em substância o controle de outras entidades constituídas com um fim específico, ainda que não possua a maioria dos direitos de voto, estas são consolidadas pelo método de consolidação integral. A participação de terceiros no patrimônio líquido e lucro líquido das controladas é apresentada como um componente do patrimônio líquido consolidado e na demonstração consolidada do resultado na rubrica “Participação dos não controladores”, respectivamente.

## c) Investimentos em empresas com controle compartilhado

Empresas com controle compartilhado e “joint ventures” são aquelas nas quais o controle é exercido pela Companhia e por um ou mais sócios. Os investimentos em empresas com controle compartilhado são reconhecidos pelo método de consolidação proporcional, desde a data em que o controle conjunto é adquirido. De acordo com esse método, as participações financeiras sobre empresas com controle compartilhado são reconhecidas no balanço patrimonial consolidado, na proporção dos ativos, passivos e resultados à participação da Companhia. Avaliação de investimento a valor justo por perda de controle

Quando a Companhia perde o controle de uma controlada, o ganho ou a perda na alienação é calculado pela diferença entre: (i) a soma do valor justo das considerações recebidas e do valor justo da participação residual; e (ii) o saldo anterior dos ativos (incluindo ágio) e passivos da controlada e participações não controladoras, se houver. O valor justo de qualquer investimento detido na antiga controlada na data da perda de controle é considerado como o valor justo no reconhecimento inicial para contabilização subsequente ou, quando aplicável, o custo no reconhecimento inicial de um investimento em uma coligada ou controlada em conjunto.

Os componentes de ativo, passivo, patrimônio líquido, receitas e despesas das “joint ventures” são respectivamente R\$139.684, R\$104.028, R\$35.656 e R\$11.145 foram incluídos proporcionalmente à participação da controladora no capital social destas, considerando o controle compartilhado estabelecido através dos Acordos de Acionista firmado entre a Sociedade e suas parceiras nessas “joint venture”, onde nenhuma das partes, sozinha, determina as políticas financeiras e operacionais.

## Notas Explicativas

### 2.6. Combinação de negócios

#### Aquisições efetuadas em 1º de janeiro de 2009 ou após essa data

Para aquisições efetuadas em 1º de janeiro de 2009 ou após essa data, a Companhia mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida, incluindo o valor reconhecido de qualquer participação não controladora na companhia adquirida, deduzindo o valor reconhecido líquido (o valor justo) dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data de aquisição. Quando o excedente é negativo, um ganho decorrente do acordo da compra é reconhecido imediatamente na demonstração de resultado do período.

### 2.7. Instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

Em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía instrumentos financeiros ativos classificados na categoria de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

#### a) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os ativos financeiros classificados pela Companhia na categoria de recebíveis compreendem, substancialmente, os ativos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras e depósitos judiciais. Esses ativos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida por meio da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo, quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Para a classificação como caixa e equivalentes de caixa, a Companhia considera e avalia os instrumentos, cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

#### b) Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários são mensurados ao valor justo por meio do resultado

Mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação, quando adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

## Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

- Aplicações financeiras mantidas para negociação:

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem mantidos até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, de acordo com os prazos e as condições contratuais.

- c) Deterioração de instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos são avaliados a cada data de balanço, para identificação de eventual deterioração de ativos (“impairment”). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

### 2.8. Imobilizado

Os terrenos não são depreciados. As edificações, os móveis e utensílios e os equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada, da mesma forma que os ativos próprios, ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

## Notas Explicativas

### 2.9. Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são representadas por terrenos, edificações e obras em andamento mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital, conforme divulgado na nota explicativa nº 13.

As propriedades para investimento são registradas pelo custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização, como manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades, são reconhecidos como um custo na demonstração do resultado do período a que se referem.

A propriedade para investimento é baixada após a alienação ou quando esta é permanentemente retirada de uso e não há benefícios econômicos futuros resultantes da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do imóvel (calculado como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado do período em que o imóvel é baixado.

A Companhia e suas controladas contratam anualmente peritos especializados e independentes para estimar o valor justo das propriedades para investimento com base nas premissas anteriormente descritas.

### 2.10. Ativos intangíveis

A Companhia reconhece um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços quando este tem direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio de projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles relacionados, mas que não tenham sido alocados diretamente à concessão ou a outros ativos e passivos, e que tenham o benefício econômico limitado ao tempo (prazo definido) em razão de direito de concessão com vida útil definido compõem o saldo do ativo intangível são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

Os sistemas de software são registrados ao custo de aquisição, sendo a amortização registrada pelo prazo de até cinco anos de forma linear.

## Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

### 2.11. Ágio (ativo de vida útil indefinida)

Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa, ou grupos de unidades geradoras de caixa, da Companhia desde que não superem os segmentos operacionais que irão se beneficiar das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos.

Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do período. A perda por redução no valor recuperável não pode ser revertida em períodos subsequentes.

### 2.12. Provisão para recuperação de ativos de vida longa com prazos determinados

A Administração revisa o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado e os intangíveis de vida útil definida (substancialmente representados pelos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão) a serem mantidos e utilizados nas operações da Companhia, com o objetivo de determinar e avaliar sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São realizadas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de vida longa e medir a taxa potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo a possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados do negócio durante a vida remanescente estimada dos ativos, conforme o surgimento de novos acontecimentos ou novas circunstâncias. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa.

O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre: (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda; e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

## Notas Explicativas

### 2.13. Passivos financeiros

#### Instrumentos financeiros passivos não derivativos

Os passivos financeiros da Companhia e de suas controladas são substancialmente representados por fornecedores, arrendamento mercantil e empréstimos e financiamentos, incluindo debêntures. Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. Quando aplicável, serão demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando-se o método da taxa de juros efetiva.

#### Instrumentos financeiros derivativos passivos

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos passivos para administrar a sua exposição a riscos de taxa de juros, câmbio e “swaps” de indexador. A nota explicativa nº 35 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos. Os derivativos passivos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do período. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo passivo seja designado e efetivo como instrumento de “hedge”, nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de “hedge”.

Para os períodos apresentados nas informações trimestrais não houve designação de instrumento de “hedge”.

São classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

### 2.14. Empréstimos, financiamentos notas promissórias e debêntures

Reconhecidas inicialmente quando do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Posteriormente, são apresentadas pelo custo amortizado, isto é, acrescido de encargos financeiros e juros proporcionais ao período incorrido (“pro rata temporis”), líquidos dos pagamentos efetuados (vide notas explicativas nº 19 e 21).

### 2.15. Arrendamento mercantil

Os arrendamentos mercantis são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento mercantil transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos da Companhia são classificados como operacionais. Vide nota explicativa n.º 20.

## Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

### 2.16. Tributação

#### Impostos correntes

A provisão para imposto sobre a renda está baseada no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração consolidada do resultado abrangente/demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada individualmente por cada empresa do Grupo EcoRodovias, com base nas alíquotas vigentes no fim do período. Devido à aplicação do Regime Tributário de Transição - RTT, não existem efeitos relativos à aplicação dos CPC registrados em impostos correntes.

#### Impostos diferidos

O imposto sobre a renda diferido (“imposto diferido”) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no fim de cada período entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas informações trimestrais e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios, se aplicável) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período que se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada período, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual o Grupo EcoRodovias espera, no fim de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando estes estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal, e o Grupo EcoRodovias pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

#### Impostos diretos

As receitas de serviços estão sujeitas ao Imposto Sobre Serviços - ISS, ao Programa de Integração Social - PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins cumulativos. Os tributos PIS e Cofins são apresentados

## Notas Explicativas

como dedução da receita operacional bruta nas demonstrações do resultado, e o ISS é apresentado como dedução dos custos e serviços.

### 2.17. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

#### Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia e de suas controladas. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 27.

#### Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída tendo como ponto de partida os créditos vencidos há mais de 90 dias, conforme base histórica de perda.

### 2.18. Demais passivos circulante e não circulante

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços patrimoniais.

## Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

### 2.19. Benefícios a empregados - remuneração com base em ações

A Companhia e suas controladas oferecem a seus empregados planos de gratificação com base em ações, liquidados com as ações da Companhia e de suas controladas, segundo os quais a Companhia recebe os serviços como contraprestações das opções de compra de ações.

O plano de remuneração com base em ações para empregados e outros provedores de serviços similares são mensurados pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. Os detalhes a respeito da determinação do valor justo desses planos estão descritos na nota explicativa nº 28.h).

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do período durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No fim de cada período de relatório, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do período, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste ao patrimônio líquido na rubrica “Reserva” que registrou o benefício aos empregados.

### 2.20. Reconhecimento da receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- a) As receitas de pedágio são reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio, e as receitas de logística são reconhecidas quando da utilização do pátio pelos caminhões e quando da movimentação, da armazenagem e dos reparos de contêineres vazios.
- b) As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como “Receitas antecipadas”, no passivo circulante, na rubrica “Outras contas a pagar”, sendo apropriadas como receitas ao resultado do período à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.
- c) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

### 2.21. Receitas e despesas financeiras

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, conforme demonstrado na nota explicativa nº32.

## Notas Explicativas

### 2.22. Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar”, por ser considerada uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia.

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

### 2.23. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações financeiras individuais e como informação suplementar às informações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória, conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base para preparação das informações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre o pessoal, os impostos, as taxas e contribuições, a remuneração de capitais de terceiros e a remuneração de capitais próprios.

### 2.24. Novas normas, alterações e interpretações de normas

a-) Normas, interpretações e alterações de normas em vigor em 30 de setembro de 2011 e que não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor em 30 de setembro de 2011. Entretanto, não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações contábeis da Companhia:

**Notas Explicativas**

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
Melhorias nas IFRSs - 2010	Alteração de diversos pronunciamentos contábeis	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011
IFRS 1 – Adoção inicial das IFRSs	Esclarecimentos diversos sobre a adoção inicial das IFRSs como, por exemplo, isenção limitada de divulgações comparativas da IFRS 7, eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRSs	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2010
IAS 24 – Divulgação sobre Partes relacionadas	As alterações já são adotadas pelo CPC. Esclarece melhor o conceito de partes relacionadas, inclusive com exemplos sobre casos específicos.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011
IFRIC 14 – Limite de ativo de benefício definido	Pagamentos antecipados de exigência mínima de financiamento	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011
IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação	Classificação dos direitos de emissão	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de fevereiro de 2010
IFRIC 19 – Extinção de Passivos financeiros através de instrumentos patrimoniais	Esclarece a mensuração desses instrumentos financeiros através do método de fair value.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2010

- b) Normas, interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia.

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis da Companhia iniciados em 1º de abril de 2011 ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia.

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
IFRS 9 – Instrumentos Financeiros	Introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros. Esclarece outras questões referentes ao IAS 39.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação	Aumento nas exigências de divulgações das transações envolvendo ativos financeiros, visando transparência às exposições de risco quando um ativo financeiro é transferido, mas ainda existe algum risco de exposição retido na Companhia. As alterações também exigem a divulgação da transferência de ativos financeiros quando não forem igualmente distribuídos no período.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2011
IAS 12 – Tributos sobre o lucro	Impostos diferidos - recuperação dos ativos subjacentes quando o ativo é mensurado pelo modelo de valor justo de acordo com a IAS 40	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2012

**Notas Explicativas**

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
IAS 28 - Investimentos em Coligadas	Revisão do IAS 28 para incluir as alterações introduzidas pelos IFRSs 10, 11 e 12. Esclarece os conceitos de “Influência Significativa”, exemplos para aplicação do método de equivalência patrimonial e como realizar testes por impairment para coligadas e coligadas em conjunto.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IAS 27 – Demonstrações Separadas	Requerimentos do IAS 27 relacionados às demonstrações financeiras consolidadas são substituídos pelo IFRS 10. Requerimentos para demonstrações financeiras separadas são mantidos.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas	Substituiu o IAS 27 em relação aos requerimentos aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas e a SIC 12. O IFRS 10 determinou um único modelo de consolidação baseado em controle, independentemente da natureza do investimento. Adicionalmente, a IFRS 10 inclui uma nova definição de controle que contém três elementos: (a) poder sobre uma investida; (b) exposição, ou direitos, a retornos variáveis da sua participação na investida e (c) capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor dos retornos ao investidor	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRIC 20 – Custos de produção sobre Mineração	Esclarece como proceder quanto ao custo de produção associados remoção da superfície de uma mina, inclusive sobre reconhecimento inicial dos ativos, ativos não correntes, depreciação e amortização, entre outros	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 11 - Contratos Compartilhados	Eliminou o modelo de consolidação proporcional para as entidades com controle compartilhado, mantendo apenas o modelo pelo método da equivalência patrimonial. Eliminou também o conceito de “ativos com controle compartilhado”, mantendo apenas “operações com controle compartilhado” e “entidades com controle compartilhado”.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades	Expande os requerimentos de divulgação das entidades que são ou não consolidadas na quais as entidades possuem influência.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013

**Notas Explicativas**

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
IFRS 13 - Mensurações ao Valor Justo	Substitui e consolida todas as orientações e requerimentos relacionados à mensuração ao valor justo contidos nos demais pronunciamentos das IFRSs em um único pronunciamento. A IFRS 13 define valor justo, orienta como determinar o valor justo e os requerimentos de divulgação relacionados à mensuração do valor justo. Entretanto, ela não introduz nenhum novo requerimento ou alteração com relação aos itens que devem ser mensurados ao valor justo, os quais permanecem nos pronunciamentos originais.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IAS 19 - Benefícios aos Empregados	Eliminação do enfoque do corredor (“corridor approach”), sendo os ganhos ou perdas atuariais reconhecidos como outros resultados abrangentes para os planos de pensão e ao resultado para os demais benefícios de longo prazo, quando incorridos, entre outras alterações.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras	Introduz o requerimento de que os itens registrados em outros resultados abrangentes sejam segregados e totalizados entre itens que são e os que não são posteriormente reclassificados para lucros e perdas.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013

Considerando as atuais operações da Companhia e de suas controladas, a Administração não espera que essas novas normas, interpretações e alterações tenham um efeito relevante sobre as demonstrações contábeis a partir de sua adoção.

### 3. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTO

A preparação das informações trimestrais individuais e consolidadas, de acordo com a IAS 34 e o CPC 21, determina que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazo, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, perdas relacionadas a contas a

## Notas Explicativas

receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia e de suas controladas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

As estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

### Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível ou ativo financeiro e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão. As divulgações para cada contrato de concessão da Companhia e suas características estão descritos na nota explicativa nº 38.

### Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço de construção relacionado à ampliação/melhoria da infraestrutura, que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

## Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

### Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão limitado ao prazo final das respectivas concessões. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão.

A Companhia utiliza modelos econométricos para projeção de tráfego, que são periodicamente reavaliados analisando variáveis independentes para projeção, tais como variáveis macroeconômicas (Produto Interno Bruto - PIB, Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, Índice Geral de Preço de Mercado - IGP-M, dólar, exportação e importação, índices de combustíveis, índices de confiança do consumidor e Índices de Preços ao Consumidor - IPCs), setoriais (produção e venda de automóveis e veículos comerciais, PIB agrícola, PIB industrial, PIB serviços e índice ABCR), “commodities” (açúcar, soja em grão e em farelo, preço de petróleo WTI e Brent, movimentação de cargas de milho, complexo soja e fertilizantes no porte de Paranaguá), clima (pluviometria e temperatura), sazonalidade (meses do ano, quantidade de feriados no mês e dia da semana do feriado) e variáveis estruturais (novas pistas e novas praças de pedágio). A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão, nessas projeções não é considerado o potencial aumento de tráfego decorrente de realização de obras futuras.

### Determinação das receitas de construção

Quando a concessionária presta serviços de construção, esta deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado e, dessa forma, por consequência, apurar a margem de lucro. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa do Grupo EcoRodovias que efetua os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção. A Administração da Companhia entende que as receitas de construção estão registradas ao valor justo.

### Provisão para manutenção referente aos contratos de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto, para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida ao custo do período para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. O passivo, a valor presente, deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das manutenções.

## Notas Explicativas

### Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associados. Em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- a) Provisão para manutenção e obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto que varia entre 9,62% e 11,56% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações do período. Vide notas explicativas nº 23 e nº 24.
- b) Credores pela concessão decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na nota explicativa nº 25.

### Comparabilidade das demonstrações financeiras

Para permitir uma melhor comparação entre as demonstrações financeiras, foram feitas reclassificações nos saldos da demonstração do resultado, demonstração do fluxo de caixa, e demonstração do valor adicionado, referentes ao semestre findo em 30 de setembro de 2010, apresentados para fins de comparação.

## 4. INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS CONSOLIDADAS

As informações trimestrais consolidadas incluem a EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. e suas subsidiárias majoritariamente detidas e participações em entidades nas quais a Companhia é considerada a beneficiária primária, ou seja, detentora dos principais riscos e benefícios (mesmo quando a Companhia não detiver a maioria das ações com direito a voto).

**Notas Explicativas**

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

A seguir estão apresentadas as participações nas subsidiárias consolidadas:

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
<b>Participação direta:</b>		
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	100%	100%
Elog S.A.	80%	80%
Ecoporto Holding S.A.	100%	100%
Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP	12,75%	12,75%
EIL01 Participações Ltda.	100%	100%
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	100%	100%
<b>Participação indireta:</b>		
<b>Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.:</b>		
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	100%	100%
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	100%	100%
Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul	90%	90%
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	100%	100%
<b>Elog S.A.:</b>		
Ecopátio CLB Imigrantes Empreendimentos Imobiliários S.A.	50%	50%
Ecopátio Logística Cubatão Ltda.	100%	100%
ELG-01 Participações Ltda.	100%	100%
Elog Sudeste S.A.	100%	100%
Elog Logística Sul Ltda.	100%	100%
Anish Empreendimentos e Participações Ltda.	100%	100%
Paquetá Participações Ltda.	100%	100%
Bodner S.A.	-	100%

As atividades das controladas diretas e indiretas são como segue:

Controladas diretas

- A Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., anteriormente denominada EcoPorto Participações Ltda., foi constituída em 16 de maio de 2007 e tem por objetivo participar em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista. Após a incorporação das empresas ECSC - Centro de Serviços Corporativos Ltda. ("ECSC") e ECSE - Centro de Serviços de Engenharia Ltda. ("ECSE"), passaram a ser prestados serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.
- Em 19 de fevereiro de 2010 foi aprovada a proposta de investimento realizado na Elog S.A. pela Logística Brasil - Fundo de Investimento em Participações, mediante a subscrição e integralização pela Logística Brasil - Fundo de Investimento em Participações de novas ações representativas de 20% do capital social total e votante da Elog S.A., mais uma ação, representando um investimento total de R\$92.000. Dessa forma, a Companhia passou a deter 80% das ações da Elog S.A. O acordo de acionistas foi assinado em 31 de março de 2010.

## Notas Explicativas

- A Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP tem por objetivo operar os serviços de pagamento automático de pedágios e estacionamento Sem Parar, Via Fácil e Onda Livre. Responsável pela implementação do sistema de Identificação Automática de Veículos - IAV no Brasil, a STP está presente em 242 praças de pedágio no País, nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais e Santa Catarina. A Companhia detém 12,75% do capital social da STP.
- A Ecoporto Holding S.A. tem por objeto a participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
- A EIL-01 Participações Ltda. tem por objeto a participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
- A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas, constituída em 3 de novembro de 1997, tem por objeto social a exploração do Lote 003 da Rodovia BR-277, trecho de 387,1 km localizado entre o município de Guarapuava, na região central do Estado do Paraná, e o município de Foz do Iguaçu, no extremo oeste do mesmo Estado.

### Controladas indiretas

- A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objetivo social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.
- A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão, do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.
- A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de setembro de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias, nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto.
- A Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL foi constituída em 19 de janeiro de 1998, com início de suas operações em 1º de março de 2001, e tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, de determinados trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas.
- A ELG-01 Participações Ltda., constituída em 27 de novembro de 2009, tem por objeto a participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
- A Elog Sudeste S.A. tem por atividade a prestação de serviços de armazéns-gerais, com equipamentos próprios ou arrendados para a guarda e conservação de mercadorias nacionais ou importadas, inclusive em estabelecimentos de recintos alfandegados, previstos no regulamento aduaneiro, e serviços especificados de logística, que consistem no transporte de mercadorias para locais determinados por seus clientes.

## Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

- A Elog Logística Sul Ltda., tem por atividade preponderante a prestação de serviços de armazéns-gerais, com equipamentos próprios ou arrendados para guarda e conservação de mercadorias nacionais ou importadas, inclusive em estabelecimentos de recintos alfandegados, previstos no regulamento aduaneiro, e serviços especificados de logística, que consistem no transporte de mercadorias para locais determinados por seus clientes.
- A Ecopátio CLB Imigrantes Empreendimentos Imobiliários S.A. foi constituída em 2007, com o objetivo principal de atuar no mercado de propriedades comerciais e industriais no Brasil, incluindo o desenvolvimento de projetos “*build to suit*”.
- A Anish Empreendimentos e Participações Ltda. tem por objetivo empreendimentos imobiliários, administração por conta própria de bens imóveis e participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, “holding”, acionista ou cotista.
- A Paquetá Participações Ltda. tem por objetivo a administração de bens próprios, tais como, mas não limitados a, imóveis, títulos mobiliários e ativos financeiros de qualquer natureza e a participação direta ou indireta na qualidade de sócia ou acionista de quaisquer sociedades.

### Cisão

- Em 29 de dezembro de 2010, foi aprovada pelas Assembleias Gerais Extraordinárias da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. e da Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas, controladas direta e indireta, respectivamente, a cisão parcial da EcoRodovias Concessões, com as consequentes incorporações do patrimônio líquido cindido pela Ecocataratas e do acervo líquido cindido, celebradas na mesma data entre a EcoRodovias Concessões, a Ecocataratas e a Companhia, como interveniente anuente. O valor contábil do patrimônio líquido da EcoRodovias Concessões cindido e vertido para a Ecocataratas foi avaliado em R\$249.619, observada a dedução do conjunto de ações da Ecocataratas no valor de R\$23.168, anteriormente detidas pela EcoRodovias Concessões.
- Em decorrência da cisão parcial, o capital social da EcoRodovias Concessões foi reduzido a R\$205.005, mediante o cancelamento de 272.786.976 ações, que foram suportadas pela Companhia. O capital social da Ecocataratas foi aumentado para R\$291.468, mediante a emissão de 249.619.261 novas ações representativas do capital social da Ecocataratas. Essas ações foram subscritas e integralizadas, com o patrimônio cindido da EcoRodovias Concessões incorporado pela Ecocataratas, e atribuídas exclusivamente à Companhia.
- Em razão da operação anteriormente descrita, a Ecocataratas passou a ser controlada diretamente pela Companhia.

## Notas Explicativas

### Combinação de negócios

Em 7 de maio de 2010, a controlada direta Elog S.A. celebrou Contrato de Compromisso de Compra e Venda de Participações Societárias de controle da Elog Sudeste S.A., anteriormente denominada Armazéns Gerais Columbia S.A e da Elog Logística Sul Ltda. denominada anteriormente EADI Sul Terminal de Cargas Ltda.

A aquisição totalizou R\$274.666. Por ocasião da assinatura do Contrato foi depositado o valor de R\$50.000 (R\$40.000 referentes à participação de 80% da Companhia) e liquidado o valor de R\$205.414 (R\$164.331 referentes à participação de 80% da Companhia) quando da finalização das condições precedentes, entre elas, especialmente, a aprovação por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil. Do valor da liquidação foi retido dos vendedores o montante de R\$19.252 (R\$15.401 referentes à participação de 80% da Companhia), a título de garantia para possíveis provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis.

As operações logísticas da Elog Sudeste S.A., anteriormente denominada Armazéns Gerais Columbia S.A e da Elog Logística Sul Ltda., denominada anteriormente EADI Sul Terminal de Cargas Ltda. são atualmente realizadas em 11 localidades em uma área total de aproximadamente 1,1 milhões de metros quadrados, nos quais estão incluídos 210,6 mil metros quadrados de armazéns, com movimentação de cargas em centros de distribuição e recintos alfandegados.

Nessas unidades, as seguintes atividades são desenvolvidas:

- Armazenagem alfandegada, tanto no fluxo de importação como de exportação, mediante a operacionalização de diversos regimes aduaneiros.
- Centros de distribuição, desenvolvendo, além da armazenagem, gestão de estoques, montagens de kits, serviços de embalagem, etiquetagem e logística reversa, entre outros.
- Transporte rodoviário de contêineres e carga geral, em regime comum e aduaneiro.

O valor-base da transação está sujeito a ajustes contratuais usuais, e para fins de apuração do acervo líquido adquirido foram considerados os balanços patrimoniais em 28 de dezembro de 2010, cujos ativos e passivos adquiridos estão apresentados a seguir:

	<u>Saldos em</u> <u>28/12/2010</u>
Disponibilidades	5.076
Outros ativos correntes	52.433
Ativo imobilizado	32.724
Total do passivo	(57.775)
Ágio gerado na operação	77.043
Custo total da aquisição	274.666

**Notas Explicativas**

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

A Companhia efetuou uma estimativa preliminar do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, os quais estão descritos a seguir:

	<u>Valor de livros</u>	<u>Ajustes de aquisição</u>	<u>Valor justo na aquisição</u>	<u>Participação EcoRodovias 80%</u>
Ativos (passivos) líquidos adquiridos:				
Caixa e equivalentes de caixa	5.076	-	5.076	4.061
Contas a receber de clientes	24.509	-	24.509	19.607
Estoques	9	-	9	7
Outros créditos	14.453	-	14.453	11.562
Depósitos judiciais	1.429	-	1.429	1.143
Impostos diferidos	6.718	-	6.718	5.374
Ativos indenizatórios	-	3.587	3.587	2.870
Imobilizado	32.724	-	32.724	26.179
Intangível	5.315	156.495	161.810	129.448
Ágio	-	77.043	77.043	61.634
Fornecedores	(8.923)	-	(8.923)	(7.138)
Empréstimos e financiamentos	(10.247)	-	(10.247)	(8.198)
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	(8.670)	5.083	(3.587)	(2.870)
Outras contas a pagar	(29.935)	-	(29.935)	(23.948)
Preço de compra considerado	<u>32.458</u>	<u>242.208</u>	<u>274.666</u>	<u>219.731</u>

A Companhia está mensurando os valores justos de imobilizado, intangível e ágio de forma provisória, e após a obtenção de todas as informações necessárias para a adequada apuração dos respectivos valores justos, cujo prazo não excederá 12 meses a partir da data de aquisição, os valores provisórios poderão ser ajustados retrospectivamente.

**Notas Explicativas**Perda de controle em investimentos

Em março de 2010, a Logística Brasil - Fundo de Investimentos em Participações integralizou o capital da Elog S.A., então controlada integral da Companhia, em R\$92.000, representativo de 20% do capital total e votante. Concomitantemente, foi assinado um acordo em que o controle da Elog S.A. passou a ser compartilhado entre os acionistas.

Como resultado da perda de controle, o investimento remanescente de 80% foi remensurado pelo seu valor justo na data da transação, resultando em um ganho de R\$239.236, reconhecido ao resultado do período na rubrica “Outras receitas operacionais líquidas”, tendo como contrapartida os seguintes ativos e passivos identificáveis:

Imobilizado	3.582
Intangível	5.003
Ágio	230.847
Empréstimos e financiamentos	<u>(196)</u>
	<u>239.236</u>

**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Caixa e bancos-				
Em moeda nacional	94	56	19.845	19.267
Aplicações financeiras:				
Fundo exclusivo (a)	220.337	346.565	433.541	597.758
Certificados de Depósito Bancário - CDB (b)	<u>6.879</u>	<u>23.666</u>	<u>273.809</u>	<u>255.629</u>
	<u>227.310</u>	<u>370.287</u>	<u>727.195</u>	<u>872.654</u>

- (a) Fundo constituído na forma de fundo exclusivo, que se enquadra na categoria “renda fixa”, de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Para atingir seus objetivos, o Fundo deverá possuir no mínimo 80% da carteira em ativos relacionada diretamente ao seu principal fator de risco, conservador, sendo composta basicamente por títulos públicos e papéis de instituições privadas.

A composição da carteira do Fundo está representada por títulos de renda fixa de bancos de primeira linha e Letras Financeiras do Tesouro - LFT, sendo:

- 61,36% de CDB com rentabilidade atrelada ao CDI.
- 31,05% de operações compromissadas com rentabilidade atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI.
- 7,59% de LFT.

Caso o título ou valor mobiliário receba classificações diferentes, prevalecerá aquela mais conservadora.

**Notas Explicativas**

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

O Fundo não pode realizar operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido.

Além disso, o Fundo não pode estar exposto a determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos referenciados nestes, com exceção de operações que se utilizem de tais instrumentos para produzir rendimentos predeterminados.

A carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários está composta conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/09/20</u>	<u>31/12/201</u>	<u>30/09/201</u>	<u>31/12/2010</u>
	<u>11</u>	<u>0</u>	<u>1</u>	
CDB	135.199	133.961	266.021	231.057
Operação compromissada	68.415	182.629	134.614	315.000
LFT	<u>16.723</u>	<u>29.975</u>	<u>32.906</u>	<u>51.701</u>
	<u>220.337</u>	<u>346.565</u>	<u>433.541</u>	<u>597.758</u>

- (b) Os recursos não vinculados se referem substancialmente a aplicações financeiras em CDB, remunerados a taxas que variam entre 100,0% e 105,3% do CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. Os prazos de resgate variam entre um e três meses em média e possuem liquidez imediata.

## 6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - CONSOLIDADO

Os títulos e valores mobiliários são investimentos temporários de curto prazo, representados por títulos de alta liquidez.

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
CDB	<u>109.560</u>	<u>29.800</u>
Circulante	<u>73.153</u>	<u>29.800</u>
Não circulante	<u>36.407</u>	<u>-</u>

São aplicações formadas por CDB e remuneradas a taxas que variam entre 100,0% e 105,3% do CDI e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. Embora possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários por estarem vinculadas ao processo de liquidação de remuneração das debêntures da controlada indireta Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. vide nota explicativa nº 21).

**Notas Explicativas****7. CLIENTES - CONSOLIDADO**

Representados substancialmente por valores a receber de pedágio eletrônico, clientes de logística, locação de painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

a) A composição está assim representada:

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Nacional	167.410	135.474
Internacional (i)	<u>1.927</u>	<u>1.342</u>
	169.337	136.816
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (ii)	<u>(11.251)</u>	<u>(9.094)</u>
	<u>158.086</u>	<u>127.722</u>

(i) Refere-se a clientes provenientes das operações de Centro Logístico e Industrial Aduaneiro - CLIA, da controlada direta Elog Sudeste S.A.

(ii) Refere-se à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, substancialmente da operação da controlada direta Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP.

O “aging list” das contas a receber está assim representado:

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
A vencer	<u>150.854</u>	<u>125.632</u>
Vencidos:		
Até 30 dias	3.946	859
De 31 a 90 dias	2.065	1.097
Acima de 91 dias	<u>12.472</u>	<u>9.228</u>
	<u>18.483</u>	<u>11.184</u>
	<u>169.337</u>	<u>136.816</u>

**8. TRIBUTOS A RECUPERAR**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Impostos a recuperar	11.582	8.083	22.811	19.646
Outros	<u>-</u>	<u>4.205</u>	<u>2.611</u>	<u>2.205</u>
	<u>11.582</u>	<u>12.288</u>	<u>25.422</u>	<u>21.851</u>

Referem-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre aplicações financeiras e pagamentos de estimativas mensais de IRPJ e CSLL, saldo este que será utilizado para abater o passivo de IRPJ e CSLL, PIS, Cofins, IRRF e PIS/Cofins/CSLL retidos, a pagar em 2011.

**Notas Explicativas**

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

**9. DESPESAS ANTECIPADAS - CONSOLIDADO**

O saldo de R\$7.177 classificados como circulante e R\$423 como não circulante (R\$6.995 e R\$1.378 em 31 de dezembro de 2010, respectivamente) refere-se a prêmios de seguros a apropriar, alugueis e Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU.

**10. DEPÓSITOS JUDICIAIS – CONSOLIDADO.**

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia, através de suas controladas.

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Saldo no início do período/exercício	14.528	11.350
Saldos recebidos na aquisição de novas empresas (*)	-	1.143
Adições	10.456	3.507
Baixas	(2.103)	(2.398)
Atualização monetária	<u>869</u>	<u>926</u>
Saldo no fim do período/exercício	<u>23.750</u>	<u>14.528</u>

(\*) Saldos adquiridos por meio da aquisição das empresas: Elog Sudeste S.A. e Elog Logística Sul Ltda. pela controlada direta Elog S.A.

**11. ATIVOS INDENIZATÓRIOS - CONSOLIDADO**

Em 7 de maio de 2010, a controlada Elog S.A. celebrou Contrato de Compromisso de Compra e Venda de Participações Societárias de controle da Elog Sudeste S.A. e da Elog Logística Sul Ltda. O valor justo dos passivos assumidos especificamente relacionados às contingências foi avaliado em R\$19.188, para os quais há cláusula contratual de reembolso de R\$16.522, totalizando o valor líquido de R\$2.666 (R\$2.870 em 31 de dezembro de 2010).

**Notas Explicativas****12. INVESTIMENTOS - CONTROLADORA**

	Valores das investidas		Percentual de		Investimentos		Equivalência patrimonial	
	30/09/2011	Resultado do período	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	30/09/2010
Patrimônio líquido	304.865	(12.680)	80%	80%	243.892	254.101	(10.144)	58.537
Elog S.A.	827.989	266.776	100%	100%	827.989	627.750	266.776	214.322
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	164.565	82.980	12,75%	12,75%	20.982	12.537	10.580	8.367
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP	-	(3)	100%	100%	-	(4)	(3)	(5)
Ecoporto Holding S.A.	-	-	100%	100%	1	1	-	-
ELG01 Participações Ltda.	290.957	22.180	100%	100%	290.957	268.777	22.180	-
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	-	-	-	-	(7.429)	(7.674)	245	245
Lucros não realizados - Ecopátrio Logística Cubatão Ltda.	-	-	-	-	1.376.392	1.155.488	289.634	281.466

## Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

## Movimentação dos investimentos no período findo em 30 de setembro de 2011:

	<u>31/12/2010</u>	<u>Dividendos e juros sobre capital próprio</u>	<u>Aporte de capital</u>	<u>Reclassificação de dividendos e equivalência</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>30/09/2011</u>
Elog S.A.	254.101	-	-	(65)	(10.144)	243.892
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	627.750	(66.537)	-	-	266.776	827.989
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A.	12.537	(2.135)	-	-	10.580	20.982
Ecoporto Holding S.A.	(4)	-	7	-	(3)	-
EIL01 Participações Ltda.	1	-	-	-	-	1
Rodovias das Cataratas S.A. - Ecocataratas	268.777	-	-	-	22.180	290.957
Lucros não realizados - Ecopátio Logística Cubatão Ltda.	<u>(7.674)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>245</u>	<u>(7.429)</u>
	<u>1.155.488</u>	<u>(68.672)</u>	<u>7</u>	<u>(65)</u>	<u>289.634</u>	<u>1.376.392</u>

**Notas Explicativas**

Os saldos dos ágios na controladora (reclassificados para o intangível no consolidado) são os seguintes:

	<u>31/12/2010</u>	<u>Amortização</u>	<u>30/09/2011</u>
Ágio Ecosul	7.833	(383)	7.450
Ágio Elog	<u>239.015</u>	<u>(221)</u>	<u>238.794</u>
	<u>246.848</u>	<u>(604)</u>	<u>246.244</u>

**13. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO - CONSOLIDADO**

As propriedades para investimento são representadas por terrenos, edificações e obras em andamento mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital.

Ao custo

	<u>Terrenos e edificações</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>43.599</u>
Adições	23
Baixas	(52)
Depreciação	<u>(257)</u>
Saldo em 31 de março de 2011	43.313
Adições	367
Depreciações	<u>(233)</u>
Saldo em 30 de junho de 2011	43.447
Adições	4.061
Depreciações	<u>(245)</u>
Saldo em 30 de setembro de 2011	<u>47.263</u>

Valor justo considerando o tipo das propriedades

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Edificações	<u>69.736</u>	<u>69.736</u>

O valor justo das propriedades para investimento foi estimado por peritos especializados e independentes, que adotaram a metodologia básica fundamentada pela NBR-14653 - Norma Brasileira para Avaliação de Bens da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, em suas partes 1: Procedimentos Gerais e 2: Imóveis Urbanos.

**Notas Explicativas**

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Foi utilizada, ainda, a Norma para Avaliação de Imóveis Urbanos - versão 2005, publicada pelo IBAPE - Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, Departamento de São Paulo.

Todos os cálculos são baseados na análise das qualificações físicas das propriedades em estudo e das informações diversas levantadas no mercado, que são tratadas adequadamente para serem utilizadas na determinação do valor dos respectivos imóveis.

A Companhia e suas controladas contratam anualmente peritos especializados e independentes para estimar o valor justo das propriedades para investimento com base nas premissas anteriormente descritas.

**14. IMOBILIZADO****a) Controladora**

	<u>Hardware e equipamentos</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Edificações</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>214</u>	<u>100</u>	<u>235</u>	<u>1.653</u>	<u>455</u>	<u>2.657</u>
Adições	49	34	-	-	10	93
Depreciações	<u>(26)</u>	<u>(6)</u>	<u>(10)</u>	<u>(19)</u>	<u>(14)</u>	<u>(75)</u>
Saldo em 31 de março de 2011	<u>237</u>	<u>128</u>	<u>225</u>	<u>1.634</u>	<u>451</u>	<u>2.675</u>
Adições	35	-	-	-	1.331	1.366
Transferências	(22)	-	-	-	22	-
Depreciações	<u>(29)</u>	<u>(7)</u>	<u>(10)</u>	<u>(19)</u>	<u>(36)</u>	<u>(101)</u>
Saldo em 30 de junho de 2011	<u>221</u>	<u>121</u>	<u>215</u>	<u>1.615</u>	<u>1.768</u>	<u>3.940</u>
Adições	30	-	56	-	1.089	1.175
Depreciações	<u>(30)</u>	<u>(6)</u>	<u>(11)</u>	<u>(19)</u>	<u>(68)</u>	<u>(134)</u>
Saldo em 30 de setembro de 2011	<u>221</u>	<u>115</u>	<u>260</u>	<u>1.596</u>	<u>2.789</u>	<u>4.981</u>
Taxas anuais médias de depreciação	20,0	10,4	10,1	3,4	11,6	

**Notas Explicativas****b) Consolidado**

	<u>Hardware e equipamentos</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Terrenos</u>	<u>Edificações</u>	<u>Obras em andamento</u>	<u>Benfeitorias</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>53.673</u>	<u>15.623</u>	<u>6.318</u>	<u>12.461</u>	<u>92.663</u>	<u>5.670</u>	<u>3.184</u>	<u>29.102</u>	<u>218.694</u>
Adições	4.452	1.093	206	541	58	2.100	60	2.614	11.124
Baixas	(63)	(7)	(5)	-	-	-	-	(623)	(698)
Transferência	54	-	4	-	-	(330)	50	222	-
Depreciações	<u>(4.212)</u>	<u>(671)</u>	<u>(234)</u>	<u>-</u>	<u>(1.164)</u>	<u>-</u>	<u>(365)</u>	<u>(1.246)</u>	<u>(7.892)</u>
Saldo em 31 de março de 2011	<u>53.904</u>	<u>16.038</u>	<u>6.289</u>	<u>13.002</u>	<u>91.557</u>	<u>7.440</u>	<u>2.929</u>	<u>30.069</u>	<u>221.228</u>
Adições	5.464	1.392	336	-	-	4.845	224	5.399	17.660
Baixas	(46)	(9)	-	-	-	-	-	-	(55)
Transferência	(22)	-	-	-	-	(1.316)	683	655	-
Depreciações	<u>(4.491)</u>	<u>(677)</u>	<u>(236)</u>	<u>-</u>	<u>(1.163)</u>	<u>-</u>	<u>(318)</u>	<u>(1.243)</u>	<u>(8.128)</u>
Saldo em 30 de junho de 2011	<u>54.809</u>	<u>16.744</u>	<u>6.389</u>	<u>13.002</u>	<u>90.394</u>	<u>10.969</u>	<u>3.518</u>	<u>34.880</u>	<u>230.705</u>
Adições	6.708	616	704	400	1.740	7.623	89	7.420	25.300
Baixas	(58)	(25)	(3)	-	-	-	-	(47)	(133)
Transferência	-	-	-	-	5.292	(838)	838	-	5.292
Depreciações	<u>(4.720)</u>	<u>(603)</u>	<u>(242)</u>	<u>-</u>	<u>(1.204)</u>	<u>-</u>	<u>(414)</u>	<u>(1.505)</u>	<u>(8.688)</u>
Saldo em 30 de setembro de 2011	<u>56.739</u>	<u>16.732</u>	<u>6.848</u>	<u>13.402</u>	<u>96.222</u>	<u>17.754</u>	<u>4.031</u>	<u>40.748</u>	<u>252.476</u>
Taxas anuais médias de depreciação	20,0	10,4	10,1	-	5,0	-	-	17,7	

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram seu ativo imobilizado e o de suas controladas.

Em adição, o ativo imobilizado da Companhia contempla o saldo do ativo imobilizado das empresas controladas indiretas Elog Sudeste S.A. e EADI Sul Terminal de Cargas Ltda., ambas adquiridas em 28 de dezembro de 2010, cujos montantes foram avaliados por seus valores justos na data de aquisição do negócio, de forma provisória. Após a obtenção de todas as informações necessárias para a adequada apuração dos valores justos, cujo prazo não excederá 12 meses a partir da data de aquisição, os valores provisórios poderão ser ajustados retrospectivamente.

**Notas Explicativas**

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

## 15. INTANGÍVEL

## a) Controladora

	<u>Software de terceiros</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>86</u>	<u>2</u>	<u>88</u>
Adições	30	-	30
Amortizações	<u>(8)</u>	<u>(2)</u>	<u>(10)</u>
Saldo em 31 de março de 2011	<u>108</u>	<u>-</u>	<u>108</u>
Adições	9	-	9
Amortizações	<u>(9)</u>	<u>-</u>	<u>(9)</u>
Saldo em 30 de junho de 2011	<u>108</u>	<u>-</u>	<u>108</u>
Adições	4	-	4
Amortizações	<u>(11)</u>	<u>-</u>	<u>(11)</u>
Saldo em 30 de setembro de 2011	<u>101</u>	<u>-</u>	<u>101</u>
Taxas anuais de amortização	5,0	-	-

**Notas Explicativas**

## b) Consolidado

	<u>Contratos de concessão</u>	<u>Ágio Ecosul</u>	<u>Software</u>	<u>Em andamento</u>	<u>Ágio - Columbia</u>	<u>Ágio Ecopátio Cubatão</u>	<u>Ágio Elog</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>2.398.191</u>	<u>7.833</u>	<u>22.209</u>	<u>6.348</u>	<u>61.634</u>	<u>3.769</u>	<u>239.015</u>	<u>147</u>	<u>2.739.146</u>
Adições	24.869	-	1.356	1.410	-	-	-	-	27.635
Baixas	(584)	-	-	-	-	-	-	-	(584)
Amortização	<u>(30.931)</u>	<u>(127)</u>	<u>(1.749)</u>	<u>---</u>	<u>---</u>	<u>---</u>	<u>(74)</u>	<u>(33)</u>	<u>(32.914)</u>
Saldo em 31 de março de 2011	<u>2.391.545</u>	<u>7.706</u>	<u>21.816</u>	<u>7.758</u>	<u>61.634</u>	<u>3.769</u>	<u>238.941</u>	<u>114</u>	<u>2.733.283</u>
Adições	48.009	-	2.743	9.159	-	-	-	-	59.911
Transferências	77	-	-	(77)	-	-	-	-	-
Amortização	<u>(31.273)</u>	<u>(130)</u>	<u>(2.005)</u>	<u>---</u>	<u>---</u>	<u>---</u>	<u>(74)</u>	<u>(27)</u>	<u>(33.509)</u>
Saldo em 30 de junho de 2011	<u>2.408.358</u>	<u>7.576</u>	<u>22.554</u>	<u>16.840</u>	<u>61.634</u>	<u>3.769</u>	<u>238.867</u>	<u>87</u>	<u>2.759.685</u>
Adições	35.935	-	2.118	10.832	-	-	-	-	48.885
Transferências	1.063	-	-	(6.355)	-	-	-	-	(5.292)
Amortização	<u>(31.343)</u>	<u>(128)</u>	<u>(1.904)</u>	<u>---</u>	<u>---</u>	<u>---</u>	<u>(74)</u>	<u>(30)</u>	<u>(33.479)</u>
Saldo em 30 de setembro de 2011	<u>2.414.013</u>	<u>7.448</u>	<u>22.768</u>	<u>21.317</u>	<u>61.634</u>	<u>3.769</u>	<u>238.793</u>	<u>57</u>	<u>2.769.799</u>
Taxas anuais de amortização	(*)	-	5,0	-	-	-	-	-	-

(\*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão são reconhecidos ao resultado através da projeção da curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes ativos estão disponíveis para uso, este método reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem a infraestrutura rodoviária, o direito de outorga e outros.

Revisão de perda por redução ao valor recuperável

Os ágios de vida útil indefinida (Ecopátio Cubatão, Elog e Columbia) não são amortizados e são testados anualmente para avaliação da eventual perda por redução ao valor recuperável.

Os respectivos ágios foram alocados ao grupo de unidades geradoras de caixa que formam a atividade de logística.

O valor recuperável dessas unidades geradoras de caixa é determinado com base no cálculo do valor em uso utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro de cinco anos aprovado pela Administração e taxa de desconto de 15%.

A Administração acredita que qualquer tipo de mudança razoavelmente possível nas premissas-chave, nas quais o valor recuperável se baseia, não levaria o valor contábil total a exceder o valor recuperável total da unidade geradora de caixa.

**Notas Explicativas**

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

**16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL****a) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

A Companhia e suas controladas reconheceram no ativo os créditos tributários referentes à provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis e ao benefício fiscal do ágio incorporado e no passivo, os referentes às diferenças temporárias pela adoção da Lei nº 11.638/07, ao ajuste a valor presente do direito de outorga, ao ônus da concessão e à capitalização de juros de empréstimos no imobilizado. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado ao menos anualmente.

Caso ocorram fatores relevantes que modifiquem essas projeções, elas serão revisadas durante o período pela Companhia. A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis e dos demais eventos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	-	-	18.653	9.924
Efeito da contabilização dos contratos de concessão	-	-	30.116	36.499
Ágio (benefício fiscal da incorporação da Ecosul Participações)	-	-	4.264	4.484
Prejuízos fiscais	-	-	1.033	4.802
Ágio Elog	(2.702)	(2.777)	-	-
Outros	-	-	(7.164)	(401)
	<u>(2.702)</u>	<u>(2.777)</u>	<u>46.872</u>	<u>55.308</u>
Ativo diferido	-	-	68.855	72.937
Passivo diferido	<u>(2.702)</u>	<u>(2.777)</u>	<u>(21.983)</u>	<u>(17.629)</u>
	<u>(2.702)</u>	<u>(2.777)</u>	<u>(46.872)</u>	<u>55.308</u>

**Notas Explicativas**

## b) Imposto de renda e contribuição social no resultado

Foram registrados no resultado dos períodos os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

Consolidado	Trimestre findo em		Período de nove meses findo em	
	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Varição no:				
Imposto de renda corrente	(40.653)	(37.003)	(111.705)	(90.935)
Imposto de renda diferido	<u>(2.638)</u>	<u>(3.010)</u>	<u>(6.712)</u>	<u>(11.307)</u>
	<u>(43.291)</u>	<u>(40.013)</u>	<u>(118.417)</u>	<u>(102.242)</u>
Varição na:				
Contribuição social corrente	(14.898)	(13.369)	(40.699)	(32.887)
Contribuição social diferida	<u>(92)</u>	<u>533</u>	<u>(331)</u>	<u>322</u>
	<u>(14.990)</u>	<u>(12.836)</u>	<u>(41.030)</u>	<u>(32.565)</u>
Controladora	Trimestre findo em		Período de nove meses findo em	
	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Varição no:				
Imposto de renda corrente	(658)	(4.463)	(3.280)	(6.156)
Imposto de renda diferido	<u>18</u>	<u>18</u>	<u>55</u>	<u>(2.061)</u>
	<u>(640)</u>	<u>(4.445)</u>	<u>(3.225)</u>	<u>(8.217)</u>
Varição na:				
Contribuição social corrente	(239)	(1.603)	(1.187)	(2.216)
Contribuição social diferida	<u>7</u>	<u>5</u>	<u>20</u>	<u>(743)</u>
	<u>(232)</u>	<u>(1.598)</u>	<u>(1.167)</u>	<u>(2.959)</u>

**Notas Explicativas**

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

## c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado dos períodos os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

<u>Consolidado</u>	<u>Trimestre findo em</u>		<u>Período de nove meses findo em</u>	
	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	162.102	138.715	443.122	656.858
Alíquota	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(55.115)	(47.163)	(150.661)	(223.332)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:				
Avaliação de investimento a valor justo – ágio Elog S.A.	-	-	-	78.488
Amortização de ágio	-	-	-	(7.957)
Ganho de equivalência patrimonial	-	-	-	22.811
Outras	<u>(3.166)</u>	<u>(5.686)</u>	<u>(8.786)</u>	<u>(4.817)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(58.281)</u>	<u>(52.849)</u>	<u>(159.447)</u>	<u>(134.807)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente	(55.551)	(50.372)	(152.404)	(123.822)
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido	(2.730)	(2.477)	(7.043)	(10.985)
<u>Controladora</u>	<u>Trimestre findo em</u>		<u>Período de nove meses findo em</u>	
	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	103.613	91.036	284.629	530.490
Alíquota	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(35.228)	(30.952)	(96.774)	(180.367)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:				
Avaliação de investimento a valor justo – ágio Elog S.A.	-	-	-	78.488
Amortização ágio	24	24	216	2.852
Equivalência patrimonial	36.571	26.678	98.476	95.698
Outras	<u>(2.239)</u>	<u>(1.793)</u>	<u>(6.310)</u>	<u>(7.847)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(872)</u>	<u>(6.043)</u>	<u>(4.392)</u>	<u>(11.176)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente	(897)	(6.066)	(4.467)	(8.372)
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido	25	23	75	(2.804)

**Notas Explicativas****17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Impostos sobre faturamento:				
ISS	-	-	7.077	6.948
Cofins	156	-	6.631	4.656
PIS	34	-	1.438	1.009
ISS na fonte	1	1	1.010	628
Outros impostos	<u>19</u>	<u>24</u>	<u>4.613</u>	<u>8.516</u>
	<u>210</u>	<u>25</u>	<u>20.769</u>	<u>21.757</u>

**18. CONTAS A PAGAR - AQUISIÇÃO DE EMPRESAS - CONSOLIDADO**

Em 3 de janeiro de 2011 quitamos o contas a pagar remanescente de 31 de dezembro de 2010 de R\$88.025 referente às contas a pagar assumido pela controlada direta Elog S.A. proveniente da aquisição das empresas Elog Sudeste S.A. e Elog Sul Terminal de Cargas Ltda.

**19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - CONSOLIDADO**

Credor	Venciment o final	Taxa média ponderada de juros	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	
Em moeda nacional:					
BNDES	13/04/17	TJLP + 2,38% a.a.	114.255	42.410	
Capital de giro	07/04/11	107,50% do CDI	-	20.338	
Capital de giro	24/05/12	107,70% do CDI	5.928	11.692	
Capital de giro	23/11/11	110,20% do CDI	39.299	35.434	
Capital de giro	28/10/14	CDI + 2,032% a.a.	38.349	35.110	
Equipamentos	26/03/12	CDI + 2,6% aa	-	421	
Cédula de crédito imobiliário	08/02/20	IPCA + 7,20% a.a.	34.454	34.505	
Equipamentos	15/10/15	14,53% a.a.	1.435	4.131	
Notas promissórias	12/04/11	CDI + 1,20% a.a.	-	<u>373.337</u>	
			<u>233.720</u>	<u>557.378</u>	
Em moeda estrangeira: Moeda					
Capital de giro	US\$	16/12/13	6% a.a. + VC	13.470	-
Equipamentos	US\$	20/01/14	9% a.a. + VC	638	764
Equipamentos	€	25/09/13	9% a.a. + VC	565	780
Capital de giro	US\$	04/12/15	Libor + 4,20% a.a.	-	11.917
Equipamentos	US\$	10/04/15	VC + 7,25% a.a.	1.047	-
Equipamentos	US\$	15/03/14	VC + 9,25% a.a.	<u>861</u>	<u>2.907</u>
			<u>16.581</u>	<u>16.368</u>	
			<u>250.301</u>	<u>573.746</u>	
Circulante			<u>65.382</u>	<u>450.241</u>	
Não circulante			<u>184.919</u>	<u>123.505</u>	

**Notas Explicativas**

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	<u>30/09/2011</u>
2012	6.655
2013	22.327
2014	60.176
2015	21.525
2016	17.615
Posteriores a 2016	<u>56.621</u>
	<u>184.919</u>

Descrição dos principais contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

- Em 8 de dezembro de 2010, a controlada indireta Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas realizou a quinta distribuição pública de notas promissórias comerciais, com subscrição e integralização de 10 notas promissórias, em série única, no valor nominal unitário de R\$37.100, perfazendo o total de R\$371.000, com vencimento em 120 dias da emissão e remuneradas pela variação do CDI mais 1,20% ao ano.

As notas promissórias foram liquidadas em 18 de março de 2011.

- Em 8 de março de 2010, a Ecopátio Bracor Imigrantes emitiu 90 Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI, com valor nominal de R\$1.000, perfazendo na data de emissão R\$90.000 (R\$89.210, líquidos com os custos de emissão), com prazo de 119 meses. A Ecopátio Bracor Imigrantes emitiu 2 cédulas de crédito imobiliário fracionárias, sob a forma escritural de Cédulas de Crédito Imobiliário - CCI, representando a totalidade dos direitos creditórios. O contrato não requer a manutenção de índices financeiros (“covenants”).
- Em março de 2007, a controlada Ecopátio Logística Cubatão Ltda. firmou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES de R\$73.308 para financiamento de melhoria e ampliação das instalações de apoio. Foram liberadas três parcelas, totalizando R\$63.507, e a amortização, em 96 parcelas, foi iniciada em maio de 2009. Para a operação de empréstimo, foi oferecida carta de fiança com garantia de liquidação pela Companhia. O contrato requer a manutenção dos índices financeiros (“covenants”), que correspondem à relação do patrimônio líquido com o passivo total, após a fase de implantação do projeto, sendo o índice exigido a partir de 2010 até o encerramento do contrato de 0,30. Tal índice deverá ser apurado anualmente com base nas informações trimestrais da Ecopátio, tendo como avalista a Companhia. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 30 de setembro de 2011.
- Em fevereiro de 2011, a Companhia firmou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES de R\$355.396 divididos em 12 subcréditos, destinados a investimentos relativos à recuperação, conservação especial, implantação de melhorias e ampliação da capacidade, no corredor formado pelas rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto. Foi liberado o 1º subcrédito no valor de R\$79.200, e a amortização se dará mensalmente de janeiro de 2012 a setembro de 2021, em 114 parcelas. Entre outras, em garantia do empréstimo, a controlada indireta Ecopistas cedeu todos os direitos de crédito,

## Notas Explicativas

presentes e futuros decorrentes da prestação dos serviços de exploração, operação, conservação e construção das praças de pedágio instaladas no sistema rodoviário e todas as receitas acessórias associadas ou decorrentes da concessão do Corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, incluindo sem limitação, as receitas de pedágio e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do contrato de concessão. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 30 de setembro de 2011.

- O empréstimo refere-se à captação para capital de giro pelas controladas Ecocataratas, Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., Ecosul e Ecopátio Logística Cubatão, a qual não exige a manutenção de índices financeiros (“covenants”). Para os empréstimos foram oferecidos avais com garantia de liquidação pela EcoRodovias Concessões para as concessionárias e EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. e para a Ecopátio.
- Para as operações de empréstimo foram oferecidos avais como garantia de liquidação pela controladora indireta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. e a cessão dos direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios, caso o pagamento das notas promissórias não seja efetuado.
- Para o empréstimo da Ecosul é exigida a manutenção de índices financeiros (“covenants”). A razão entre seu endividamento líquido e seu EBTIDA deverá ser menor ou igual a 1,5, e a razão entre o EBTIDA e o serviço da dívida líquida deverá ser maior ou igual a 1,5. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 30 de setembro de 2011.

### 20. ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO - CONSOLIDADO

As obrigações de arrendamento são garantidas de forma eficaz, uma vez que o ativo arrendado é revertido para o arrendador no caso de inadimplência.

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento:		
Menos de um ano	2.173	1.257
Mais de um ano e menos de cinco anos	<u>997</u>	<u>1.549</u>
	3.170	2.806
Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros	<u>96</u>	<u>87</u>
Obrigações de arrendamento financeiro - saldo contábil	<u>3.266</u>	<u>2.893</u>
Circulante	<u>2.269</u>	<u>1.344</u>
Não circulante	<u>997</u>	<u>1.549</u>

A contrapartida dos saldos de arrendamento mercantil financeiro está registrada na rubrica “Ativo imobilizado” e apresenta R\$2.042 e R\$2.022 em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, respectivamente.

**Notas Explicativas**

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

**21. DEBÊNTURES - CONSOLIDADO**

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Principal corrigido	1.432.218	1.175.944
Remuneração (juros)	79.225	30.275
Custos com emissão de debêntures	<u>(21.220)</u>	<u>(11.538)</u>
	<u>1.490.223</u>	<u>1.194.681</u>
Circulante	<u>377.719</u>	<u>316.995</u>
Não circulante	<u>1.112.504</u>	<u>877.686</u>

- A controlada direta Elog S.A. concluiu, em 20 de dezembro de 2010, a emissão de R\$170.000 (R\$136.000 referentes à participação de 80% da Elog S.A.) em debêntures em série única de 170 debêntures com vencimento em 11 parcelas semestrais, com a primeira a vencer em 20 de dezembro de 2012 e vencimento final em 20 de dezembro de 2017.

A série única, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 100% do CDI, acrescido de 2,20% ao ano, paga semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

Essa operação teve classificação de risco AA- da Fitch.

- A controlada EcoRodovias Concessões concluiu, em 23 de dezembro de 2009, a emissão de R\$600.000 em debêntures em três séries, sendo a primeira de R\$460.750, com prazo de vencimento de 42 meses e vencimento final em 15 de maio de 2013, e a segunda e terceira séries no montante de R\$69.625 cada uma, com prazo de vencimento de 66 e 72 meses e vencimentos finais em 15 de maio e 15 de novembro de 2015, respectivamente.

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 100% do CDI, acrescido de 1,5% ao ano, paga semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

A segunda e terceira séries, também ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada à variação do IPCA e remuneração correspondente a 8,75% ao ano, pagas anualmente com diferença de seis meses entre elas.

Em 30 de setembro de 2011, a Companhia efetuou pagamento do valor principal da primeira série no valor total de R\$92.150 e o total de R\$38.663 referente ao valor de juros da primeira e segunda séries.

Essa operação teve classificação de risco brA+ da Standard & Poors.

## Notas Explicativas

- A controlada indireta Ecovias concluiu, em 21 de dezembro de 2006, a emissão de R\$450.000 em debêntures em três séries, sendo a primeira de R\$135.000, com prazo de vencimento de 84 meses e vencimento final em 1º de novembro de 2013, e a segunda e terceira séries de R\$157.500 cada uma, com prazo de vencimento de 90 e 96 meses e vencimentos finais em 1º de maio e 1º de novembro de 2014, respectivamente.

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 104% do CDI, paga semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

A segunda e terceira séries, também ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada à variação do IGP-M e remuneração correspondente a 9,5% ao ano, pagas anualmente com diferença de seis meses entre as duas séries.

Em 30 de setembro de 2011, a Companhia efetuou pagamento do valor principal referente a primeira e segunda série no valor total de R\$48.375 e de R\$32.548 referente ao valor de juros da primeira e segunda séries.

Essa operação teve classificação de risco brAA- da Standard & Poors.

- A controlada indireta Ecopistas concluiu, em 15 de janeiro de 2011, a emissão de R\$370.000 em debêntures em quatro séries, sendo a primeira no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 145 meses e vencimento final em 15 de janeiro de 2023, a segunda no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 136 meses e vencimento final em 15 de abril de 2022, a terceira séries no valor de R\$92.500 com prazo de vencimento de 139 meses e vencimento final em 15 de julho de 2022, e a quarta no valor de R\$92.500 com prazo de vencimento de 142 meses e vencimento final em 15 de outubro de 2022.

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada ao ICPA + 8,25%, pago semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

**Notas Explicativas**

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

As principais características das debêntures emitidas são:

<u>Descrição</u>	<u>EcoRodovias Concessões e Serviços</u>	<u>Ecovias</u>	<u>Elog S.A.</u>	<u>Ecopistas</u>
Forma e conversibilidade	Nominativa escritural, simples, não conversível em ações	Nominativa escritural, simples, não conversível em ações	Nominativa escritural, simples, não conversível em ações	Nominativas e escriturais, não conversíveis em ações
Quantidade emitida	600.000 (em três séries)	45.000.000 (em três séries)	170 (série única)	370 (em quatro séries)
Valor nominal unitário na data de emissão	R\$1.000,00	R\$10,00	R\$1.000.000,00	R\$1.000.000,00
Valor nominal unitário atualizado em 30 de setembro de 2011	1ª série - não atualizável 2ª série - R\$1.154,37 3ª série - R\$1.203,41	1ª série - não atualizável 2ª série - R\$8,17 3ª série - R\$10,90	Não atualizável	1ª série - R\$1.046,23 2ª série - R\$1.046,23 3ª série - R\$1.046,23 4ª série - R\$1.046,23
Fator de atualização do valor nominal unitário	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IPCA	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IGP-M	Não atualizável	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - Atualização Monetária anula pela variação do IPCA
Remuneração (juros e correção)	1ª série - 100% do CDI + 1,5% ao ano 2ª e 3ª séries - 8,75% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário atualizado	1ª série - 104% do CDI 2ª e 3ª séries - 9,5% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário atualizado	CDI + 2,20% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário atualizado	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - Juros Remuneratórios a serem definidos em processo de bookbuilding, com taxa teto correspondente ao cupom da NTN-B 2017 + 2,20% a.a. (252 dias úteis)
Vencimento da remuneração (juros e correção)	1ª série: parcelas semestrais (15/05/10 a 15/11/13) 2ª série: parcelas anuais (15/05/11 a 15/05/15) 3ª série: parcelas anuais (15/11/10 a 15/11/15)	1ª série: parcelas semestrais (01/05/07 a 01/05/13) 2ª série: parcelas anuais (01/05/08 a 01/05/14) 3ª série: parcelas anuais (01/11/07 a 01/11/14)	Parcelas semestrais (20/06/11 a 20/12/17)	1ª série: anualmente em 11 parcelas (15.01.13 a 15.01.23) 2ª série: anualmente em 11 parcelas (15.04.2012 a 15.04.22) 3ª série: anualmente em 11 parcelas (15.07.12 a 15.07.22) 4ª série: anualmente em 11 parcelas (15.10.12 a 15.10.22)
Vencimento da amortização	1ª série: parcelas semestrais (15/05/11 a 15/11/13) 2ª série: parcelas anuais (15/05/13 a 15/05/15) 3ª série: parcelas anuais (15/11/13 a 15/11/15)	1ª série: parcelas semestrais (01/05/10 a 01/11/13) 2ª série: parcelas anuais (01/05/10 a 01/05/14) 3ª série: parcelas anuais (01/11/10 a 01/11/14)	Parcelas semestrais (20/12/12 a 20/12/17)	1ª série: anualmente em 11 parcelas (15.01.13 a 15.01.23) 2ª série: anualmente em 11 parcelas (15.04.2012 a 15.04.22) 3ª série: anualmente em 11 parcelas (15.07.12 a 15.07.22) 4ª série: anualmente em 11 parcelas (15.10.12 a 15.10.22)

**Notas Explicativas**

<u>Descrição</u>	<u>EcoRodovias Concessões e Serviços</u>	<u>Ecovias</u>	<u>Elog S.A.</u>	<u>Ecopistas</u>
Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)	Não aplicável	Retenção em conta de depósito (aplicação) vinculado de 50% dos valores creditados em conta corrente a partir do sexto dia de cada mês até atingir o montante equivalente à parcela do valor estimado devido no mês em vigor	Não aplicável	a) Para cada subcrédito em TJLP concedido pelo BNDES por meio do Contrato BNDES até o vencimento da 1ª parcela de amortização, a quantia equivalente a 3 vezes o valor da primeira parcela vencida da amortização de principal e encargos da dívida; e após o pagamento da 1ª parcela a quantia equivalente a 3 vezes o valor da soma da última parcela vencida de amortização de principal e encargos da dívida (até 15 dias contados da data da última prestação vencida); b) Para cada subcrédito em IPCA concedido pelo BNDES por meio do contrato BNDES até o vencimento da 1ª parcela de amortização, a quantia equivalente a 1/3 do valor referente ao desembolso realizado, dividido pelo número total de prestações do subcrédito; e após o pagamento da primeira parcela de amortização de principal e encargos da dívida, a quantia equivalente a 1/4 do valor da última parcela vencida de amortização de principal e encargos de subcrédito (até 3 meses anteriores ao vencimento de cada prestação)
Instituição depositária das debêntures	Itaú Corretora de Valores S.A.	Banco Bradesco S.A.	SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.	Itaú Unibanco S.A.
Local de pagamento	CETIP e CBLC	CETIP e CBLC	CETIP	CETIP e/ou BOVESPAFIX
Instituição responsável pela conta de reserva	Não aplicável	Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.	SWL Corretora Ltda.	Itaú Unibanco S.A
Agente fiduciário	Pavarini Distrib. de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Oliveira Trust DTVM S.A.	Itaú BBA	Planner Trustee DTVM Ltda

**Notas Explicativas**

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	30/09/2011			31/12/2010		
	<u>Parcela</u>	<u>Custo</u>	<u>Total</u>	<u>Parcela</u>	<u>Custo</u>	<u>Total</u>
2012	169.721	(1.174)	168.547	316.267	(2.814)	313.453
2013	325.785	(3.563)	322.222	285.862	(2.569)	283.293
2014	199.885	(2.242)	197.643	159.962	(1.389)	158.573
2015	113.835	(1.593)	112.242	74.123	(690)	73.433
2016	61.945	(1.384)	60.561	24.727	(260)	24.467
2017	<u>257.858</u>	<u>(6.569)</u>	<u>251.289</u>	<u>24.727</u>	<u>(260)</u>	<u>24.467</u>
	<u>1.129.029</u>	<u>(16.525)</u>	<u>1.112.504</u>	<u>885.668</u>	<u>(7.982)</u>	<u>877.686</u>

O contrato da controlada indireta Ecovias requer a manutenção de índices financeiros menores que 2,2 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com EBITDA e índices financeiros maiores que 1,3 pontos em relação ao EBITDA com o serviço da dívida (correspondente aos juros e principal pagos no período), tendo como base as informações trimestrais. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Em 30 de setembro de 2011, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

O contrato da controlada direta EcoRodovias Concessões requer a manutenção de índices financeiros menores que 2,75 pontos correspondentes à relação da dívida líquida consolidada com o EBITDA e índices financeiros maiores ou iguais a 3,0 pontos em relação ao EBITDA e a despesa financeira líquida, tendo como base as informações trimestrais. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Em 30 de setembro de 2011, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

O contrato da controlada direta Elog S.A. requer a manutenção de índices financeiros em que a relação da dívida líquida e EBITDA devem ser inferiores a 2,5 pontos; o EBITDA superior a R\$130.000 e o índice de cobertura de serviços de dívida superior a 1,2 pontos. Os índices serão apurados semestralmente, com base no balanço consolidado da emissora por um período de quatro semestres consecutivos. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 30 de setembro de 2011. Para as debêntures foram oferecidos avais com garantia de liquidação pela Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.

O contrato da controlada indireta Ecopistas requer a manutenção dos índices financeiros menores que 4,00, obtido pela razão entre dívida líquida e EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses, e maiores que 1,20. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Em 30 de setembro de 2011, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

**Notas Explicativas**

A Taxa Interna de Retorno - TIR das transações está demonstrada a seguir:

<u>Emissora</u>	<u>Série</u>	<u>Data</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Despesas com emissão</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Taxa de juros</u>	<u>TIR</u>
Elog S.A. (*)	Série única	20/12/10	136.000	(1.685)	134.315	CDI + 2,2%	14,60%
EcoRodovias	Debêntures -						
Concessões e	1ª série	21/12/09	460.750	(6.308)	454.442	CDI + 1,5%	CDI + 2%
Serviços	Debêntures -						
	2ª série	21/12/09	69.625	(953)	68.672	8,75%+ IPCA	9,39% + IPCA
	Debêntures -						
	3ª série	21/12/09	69.625	(953)	68.672	8,75%+ IPCA	9,37% + IPCA
Ecovias	Debêntures -						
	1ª série	01/11/06	135.000	(2.677)	132.323	104% do CDI	107% do CDI
	Debêntures -						
	2ª série	01/11/06	157.500	(3.124)	154.376	9,5% + IGP-M	10,32%+ IGP-M
	Debêntures -						
	3ª série	01/11/06	157.500	(3.124)	154.376	9,5% + IGP-M	10,35%+ IGP-M
	Debêntures -						
	1ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	8,84% + IPCA
	Debêntures -						
	2ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	8,97% + IPCA
	Debêntures -						
	3ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	8,91% + IPCA
	Debêntures -						
Ecopistas	4ª série	15/01/11	<u>92.500</u>	<u>(3.167)</u>	<u>89.333</u>	IPCA + 8,25%	8,87% + IPCA
			<u>1.556.000</u>	<u>(31.492)</u>	<u>1.524.508</u>		

(\*) O valor total da captação das debêntures da controlada direta Elog S.A. foi de R\$170.000 (R\$136.000 são correspondem a 80% da participação da EcoRodovias).

**Notas Explicativas**

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

**22. TRANSAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS**

A Companhia e suas controladas contratam serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços de consultoria.

As transações dos períodos e os saldos correspondentes são demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	<u>Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Ativo				
Concessionárias de Rodovias do Sul S.A. – Ecosul (h)	36	33	-	-
Consórcio Serra do Mar (c)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9</u>	<u>260</u>
	<u>36</u>	<u>33</u>	<u>9</u>	<u>260</u>

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
	<u>Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Circulante</u>
Passivo				
Consórcio Planalto (a)	-	-	-	7
CR Almeida S.A. Engenharia e Obras (d)	-	-	-	87
TB Transportadora Betumes Ltda. (f)	-	-	43	35
SBS Engenharia e Serviços Ltda. (b)	-	-	1.510	-
Consórcio Serra do Mar (c)	3	-	4.573	-
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (f)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>850</u>	<u>271</u>
	<u>3</u>	<u>-</u>	<u>6.976</u>	<u>400</u>

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
	<u>Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Circulante</u>
Resultado				
TB Transportadora Betumes Ltda.(f)	19	-	19	-
SBS Engenharia e Serviços Ltda (b)	267	-	267	87
Concessionária de Rodovias do Sul S.A. (e)	<u>-</u>	<u>(286)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>286</u>	<u>(286)</u>	<u>286</u>	<u>87</u>

As operações com empresas relacionadas estão apresentadas a seguir:

- (a) O Consórcio Planalto, formado pelas empresas relacionadas da controladora indireta EcoRodovias: C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A. e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A. e pela Impregilo SPA, controladora indireta da EcoRodovias, presta serviços de ampliação da “Nova” Marginal Tietê e recuperação do pavimento flexível na Rodovia Ayrton Senna. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e o Consórcio Planalto é de R\$54.625, incluindo o aditivo contratual. Em 30 de setembro de 2011, há um saldo de R\$343 a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores.
- (b) A SBS Engenharia e Construções Ltda. possui participação acionária de 10% na Ecosul e presta serviços de pavimentação e engenharia no complexo rodoviário e manutenção nas rodovias das controladas Ecosul e Ecovia. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Ecosul e a SBS Engenharia e Construções Ltda. é de R\$40.985 e entre a Ecovia e a SBS Engenharia e Construções Ltda. é de R\$44.000, incluindo aditivo contratual em ambos os contratos. Em 30 de setembro de 2011, há um saldo de R\$11.664 a incorrer com esses contratos. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores.

## Notas Explicativas

- (c) O Consórcio Serra do Mar, formado pelas empresas relacionadas da controladora indireta EcoRodovias: C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A. e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A. e pela Impregilo SPA, presta serviços de construção de faixas operacionais, baias de emergência, travessia da terceira faixa da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, construção de viadutos na Rodovia Cônego Domenico Rangoni, pavimentação nas rodovias que compõem o Sistema Anchieta-Imigrantes e praças de pedágio da controlada Ecovias. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a concessionária e o Consórcio Serra do Mar é de R\$229.957, incluindo aditivo contratual. Em 30 de setembro de 2011, há um saldo de R\$55.998 a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores.
- (d) A C.R Almeida Engenharia de Obras S.A., empresa relacionada à EcoRodovias, presta serviços de recuperação de pavimentos flexíveis nas Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a concessionária e a C.R. Almeida é de R\$7.517. O término do contrato foi em fevereiro de 2010 e há um saldo de R\$286 a incorrer com ele. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores.
- (e) Refere-se ao aluguel de imóvel onde está localizada a sede da Ecosul, o valor mensal do aluguel é de R\$33.
- (f) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda e TB Transportadora de Betumes Ltda, formado pelas empresas relacionadas da controladora indireta EcoRodovias: C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A. e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A. e pela Impregilo SPA, controladora indireta da EcoRodovias, presta serviços fornecimento e transporte de material asfáltico a Ecovia Caminho do Mar e a Rodovias das Cataratas S.A. – Ecocataratas. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e a CBB Industria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda é de R\$7.353, incluindo o aditivo contratual. Em 30 de setembro de 2011, há um saldo de R\$4.421 a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores.
- (g) A Elog Sudeste S.A., controlada direta da Elog., presta serviços à Ecopátio Logística Cubatão Ltda., presta serviços de transporte rodoviário de contêineres vazios ou cheios. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre as partes é de R\$4.560, incluindo o aditivo contratual. Em 30 de setembro de 2011, há um saldo de R\$2.231 a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores.
- (h) A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., controlada direta da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de aproximadamente R\$111.917, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano.

### Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia e de suas controladas, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

No período findo em 30 de setembro de 2011, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados), contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (d) remuneração baseada em ações.

Em Assembléia Geral Ordinária - AGO foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 31 de dezembro de 2011 em R\$11.030 (R\$9.192 para o exercício de 2010).

**Notas Explicativas**

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

A remuneração paga aos administradores no período está demonstrada a seguir:

	Controladora	
	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Salários e ordenados	4.104	4.960
Benefícios diretos e indiretos	<u>4.397</u>	<u>5.516</u>
	<u>8.501</u>	<u>10.476</u>

**23. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO - CONSOLIDADO**

Os valores registrados como provisão para manutenção referem-se à manutenção da infraestrutura rodoviária, ajustados a valor presente a taxas que variam entre 9,62% e 11,73% ao ano. Os valores são provisionados por trecho de rodovia, e as intervenções ocorrem em um período médio de cinco anos.

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Constituição da provisão para manutenção e ajuste a valor presente	214.074	162.422
Ajuste a valor presente - realizações	<u>(49.965)</u>	<u>(17.568)</u>
	<u>164.109</u>	<u>144.854</u>
Circulante	<u>32.458</u>	<u>24.337</u>
Não circulante	<u>131.651</u>	<u>120.517</u>

**24. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS - CONSOLIDADO**

Os valores provisionados para construção de obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível.

Os valores são ajustados a valor presente a taxas que variam entre 9,62% e 11,56% ao ano.

Em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, estão demonstrados a seguir:

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Constituição da provisão para construção de obras futuras	16.940	21.179
Ajuste a valor presente	<u>(2.732)</u>	<u>(4.150)</u>
	<u>14.208</u>	<u>17.029</u>
Circulante	<u>11.082</u>	<u>10.143</u>
Não circulante	<u>3.126</u>	<u>6.886</u>

**Notas Explicativas****25. CREDOR PELA CONCESSÃO - CONSOLIDADO**

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Parcelas fixas	70.768	72.050
Parcelas variáveis	<u>2.443</u>	<u>2.587</u>
	<u>73.211</u>	<u>74.637</u>
Circulante	<u>16.645</u>	<u>15.205</u>
Não circulante	<u>56.566</u>	<u>59.432</u>

Conforme o contrato de concessão da controlada Ecovias firmado em 27 de maio de 1998, o pagamento do ônus fixo é subdividido em 240 parcelas fixas, mensais e consecutivas, com vencimentos a partir do mês de início de arrecadação, reajustáveis anualmente pela variação do IGP-M. Em 30 de setembro de 2011, restam 79 parcelas a vencer e os pagamentos corresponderam a 67,26% do total (62,92% em 31 de dezembro de 2010).

De acordo com o contrato de concessão da controlada Ecopistas firmado em 18 de setembro de 2009, o pagamento do ônus fixo é subdividido em uma parcela à vista de 20% e o saldo restante em 18 parcelas fixas mensais, iguais e consecutivas, reajustáveis pela variação do IPCA-IBGE. Em 30 de setembro de 2011, todas as parcelas haviam sido pagas.

A parcela variável é calculada mensalmente com base em 3% da receita de arrecadação nas controladas Ecovias e Ecopistas e 1% na Ecosul.

As controladas indiretas Ecovias e Ecopistas mantêm em vigor coberturas de seguros necessárias para garantir uma efetiva e abrangente cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades abrangidas pela concessão. Todas as apólices de seguro incluem o Poder Concedente e a Companhia como cossegurados e possuem como prazo mínimo de vigência o período de 12 meses. As coberturas de seguro deverão ser mantidas em plena vigência até a assinatura do termo de devolução definitivo do sistema rodoviário. Além dos seguros exigíveis pela legislação aplicável, serão contratadas e mantidas em vigor, por todo o tempo da concessão, as coberturas de seguro dos tipos riscos operacionais, riscos de engenharia e responsabilidade civil de empresas concessionárias de rodovias.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
2012	2.210	11.553
2013	11.291	10.842
2014	10.312	9.901
2015	9.417	9.042
Posteriores a 2016	<u>23.336</u>	<u>18.094</u>
	<u>56.566</u>	<u>59.432</u>

**Notas Explicativas**

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

**26. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS**

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>31/03/2011</u>
Salários e outras obrigações a pagar	3.021	3.351	9.447	16.739
INSS a recolher	333	173	3.777	1.958
FGTS a recolher	41	60	744	567
IRRF a recolher	126	259	723	988
Provisão de férias	620	741	10.030	6.113
Provisão de 13º salário	332	-	5.305	-
Contribuição sindical a recolher	-	-	61	25
Encargos sobre provisões de 13º salário	104	-	1.800	-
Encargos sobre provisões	<u>239</u>	<u>265</u>	<u>4.876</u>	<u>2.273</u>
	<u>4.816</u>	<u>4.849</u>	<u>36.763</u>	<u>28.663</u>

As provisões de salários e encargos foram registradas no resultado da Companhia nas rubricas “Custos dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”, de acordo com a alocação do empregado.

**27. PROVISÃO PARA PERDAS TRIBUTÁRIAS, TRABALHISTAS E CÍVEIS - CONSOLIDADO**

Os diversos processos em andamento são de natureza trabalhista, cível e tributária, decorrentes do curso normal dos negócios da Companhia e de suas controladas. A provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis foi constituída para os processos cujas possibilidades de desembolso de caixa foram avaliados como prováveis com base na opinião dos advogados e consultores legais da Companhia.

O saldo da provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis está demonstrado a seguir:

<u>Processos</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Cíveis (a)	35.571	31.268
Tributários (b)	2.197	863
Trabalhistas (c)	<u>17.094</u>	<u>15.548</u>
Não circulante	<u>54.862</u>	<u>47.679</u>

**Movimentação entre os períodos findos em 31 de dezembro de 2010 a 30 de setembro de 2011.**

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões / Pagamentos</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>30/09/2011</u>
Cível (a)	31.268	10.147	(7.754)	1.910	35.571
Tributária (b)	863	1.371	(338)	301	2.197
Trabalhista (c)	<u>15.548</u>	<u>13.055</u>	<u>(12.027)</u>	<u>518</u>	<u>17.094</u>
	<u>47.679</u>	<u>24.573</u>	<u>(20.119)</u>	<u>2.729</u>	<u>54.862</u>

## Notas Explicativas

### (a) Processos cíveis

Correspondem principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia e suas controladas têm outras provisões para perdas de natureza cível que totalizam R\$24.180 em 30 de setembro de 2011 (R\$10.990 em 31 de dezembro de 2010), avaliadas como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

Na operação de logística encontram-se principalmente processos envolvendo pleitos de indenização por avarias ou perdas, oriundos de sinistros ocorridos na operação de logística. A Companhia constitui provisão para os processos avaliados como perda provável no total de R\$1.296 (R\$790 em 31 de dezembro de 2010).

### (b) Processos tributários

Em 30 de setembro de 2011, existem também outros processos de natureza tributária que totalizam R\$12.924 (R\$12.465 em 31 de dezembro de 2010), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão, os principais processos tributários são conforme segue:

- a) Processo administrativo fiscal decorrente de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em São Bernardo do Campo - SP, por ter a fiscalização desconsiderado o regime de caixa no reconhecimento das receitas de variação cambial e, por consequência, exigido os valores devidos a título de IRPJ e CSLL. A defesa administrativa apresentada foi apreciada em dezembro de 2009, e o auto foi julgado de forma parcialmente favorável à Ecovias, para reduzir o valor originalmente discutido de R\$81.000 para R\$11.400, para o qual não foi constituída provisão contábil, tendo em vista o entendimento dos consultores legais responsáveis pela condução do processo de que as chances de perda para esse caso são remotas com relação à discussão do principal do tributo e à multa de 75% e são possíveis com relação à imputação de juros proporcionais.
- b) Processos administrativos fiscais decorrentes de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em Pelotas - RS, pelo não recolhimento de valores de IRPJ e CSLL relativos ao pagamento de participação nos lucros e resultados a diretores da Ecosul e ao questionamento quanto à taxa de depreciação de benfeitorias realizadas em imóveis objeto da concessão, cuja perda foi avaliada como possível pelos consultores legais.

Para a operação de logística, existem outros processos de natureza tributária que totalizam R\$446, os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão, sendo o principal processo tributários o que segue:

- c) Processo administrativo decorrente de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil imputando alíquotas de 50% de Imposto de Importação e de 50% de IPI sobre base de cálculo arbitrada, alegando descrição genérica de produtos, além de extravio ou consumo de mercadorias importadas por terceiros, totalmente desvinculados e distintos da Companhia, mera prestadora de serviços de armazenagem e sem relação alguma com a operação de importação desses terceiros. O valor está previsto em R\$15.357. O processo encontra-se em análise no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e não houve constituição de provisão contábil, tendo em vista o entendimento dos consultores legais responsáveis pela condução do processo de que as chances de perda para esse caso são remotas.

**Notas Explicativas**

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

## (c) Processos trabalhistas

Correspondem, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 30 de setembro de 2011, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$13.707, (R\$18.833 em 31 de dezembro de 2010), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

A controlada indireta Ecocataratas possui uma ação de responsabilidade subsidiária referente à reclamação trabalhista contra a Qualix Serviços Ambientais S.A., empresa pertencente ao Grupo Sideco (ex-acionista da controlada). A ação foi julgada procedente em primeira instância contra a reclamada, e o valor da condenação atualizado em 30 de setembro de 2011 é de R\$5.202 (R\$5.192 em 31 de dezembro de 2010). Por força do contrato de compra e venda celebrado entre a Sideco S.A. e a Companhia, há o dever de indenização por parte dos ex-acionistas em caso de materialização da perda. Os consultores legais e a Administração avaliam a causa como perda possível, razão pela qual não foi constituída provisão. Em 1º de agosto de 2011 a Ecocataratas ofereceu Carta de Fiança pela qual o Banco Bradesco S.A. afiançou o valor da execução de R\$ 6.439.

**28. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

## a) Capital social

Em 30 de setembro de 2011, o capital social subscrito e integralizado de R\$1.320.549 está representado por 558.699.080 ações ordinárias sem valor nominal.

## b) Capital autorizado

Conforme o Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social para até R\$2.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

## c) Oferta pública de ações

Em 6 de abril de 2010, o capital social foi integralizado em R\$874.000, mediante a oferta pública de 92.000.000 de ações ordinárias, todas nominativas e escriturais, sem valor nominal, no valor unitário de R\$9,50. Como consequência, o capital social da Companhia passou de R\$466.699 para R\$1.320.549, mediante a emissão de 92.000 ações ordinárias.

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2010</u>
Ações primárias	92.000
Preço de emissão - R\$	<u>9,50</u>
Aumento de capital	<u>874.000</u>
Ações secundárias	33.220
Lote suplementar - secundária	18.783

## Notas Explicativas

De acordo com o Contrato de Adesão assinado com a BMF&BOVESPA, a Companhia cumpriu o requisito de que 25% de ações de sua emissão estejam em circulação no mercado.

Em 30 de abril de 2010, o Coordenador Líder exerceu a opção exclusiva que lhe foi outorgada pela Companhia e por seu acionista Primav Construções e Comércio S.A., para a distribuição de um lote suplementar de ações (“ações do lote suplementar”), tendo sido colocadas 18.783.000 ações de titularidade unicamente da Primav Construções e Comércio S.A. (ações secundárias), nas mesmas condições e preço da oferta inicial das ações. Esse lote suplementar foi destinado exclusivamente a atender ao excesso de demanda. A oferta totalizou R\$1.368.028.

### d) Custos de captação

São os gastos relativos à oferta pública de ações. Esses gastos incorridos totalizaram R\$20.150, líquidos dos efeitos fiscais.

### e) Reserva de lucros - legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do período ajustado, limitada a 20% do capital social.

### f) Reserva de retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros em 2010 foi constituída em conformidade com o art. 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previsto em orçamento de capital que será submetido às Assembleia Geral Ordinária, e também para proposta de dividendos adicionais ao mínimo obrigatório.

Em 26 de abril de 2011, a Companhia destinou R\$142.158 da reserva de retenção de lucros para dividendos a pagar.

### g) Dividendos propostos

De acordo com o Estatuto Social, o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 25% do lucro líquido remanescente do período, após constituição da reserva legal prevista em lei e da reserva estatutária.

### h) Plano de opções de compra de ações

Conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária - AGE com data de 31 de agosto de 2010, foi aprovado Plano Geral para Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia aos diretores e empregados. O Conselho de Administração é o responsável por definir e administrar o referido plano.

O plano de opção de compra de ações tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da Companhia de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos da Companhia. São elegíveis para participar membros do Conselho de Administração, diretores da Companhia e de suas controladas e empregados-chave que não sejam administradores estatutários, incluindo aqueles das controladas da Companhia.

**Notas Explicativas**

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de até 2% de ações ordinárias do capital social efetivamente emitidas pela Companhia, ações estas que deverão ser apenas ações em tesouraria.

O Conselho de Administração fixará os termos e as condições de cada opção em contrato de outorga de opção de compra de ações (“contrato”), a ser celebrado entre a Companhia e cada beneficiário.

O preço das opções corresponderá ao valor da ação da Companhia, atualizado monetariamente pelo IPCA ou outro índice de base de apuração equivalente que seja escolhido pela Assembleia Geral da Companhia.

O Conselho de Administração disponibilizou 1.897.809 ações ordinárias para esse plano, como segue:

	<u>1ª Outorga</u>	<u>2ª Outorga</u>
Data	31/08/2010	21/03/2011
Quantidade de opções de ações	685.764	1.212.045
Preço de período - R\$ por ação	R\$9,95	R\$13,06
Índice de reajuste	IPCA	IPCA

A Companhia reconhece no resultado, durante o período de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo Black-Scholes para a precificação do valor justo das opções. No período findo em 30 de setembro de 2011, foi registrado na rubrica “Prêmio de opções” o valor de R\$1.572.

A Companhia efetuará a liquidação desse plano de opções entregando ações de sua própria emissão que serão mantidas em tesouraria até o efetivo período das ações por parte dos beneficiários.

As variações nas quantidades de opções de compra de ações estão apresentadas a seguir:

	<u>1ª Outorga</u>	<u>2ª Outorga</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2010	685.764	-	685.764
Outorgadas	-	1.212.045	1.212.045
Exercidas	(10.506)	-	(10.506)
Canceladas	<u>(17.553)</u>	<u>-</u>	<u>(17.553)</u>
Em 30 de Setembro de 2011	<u>657.705</u>	<u>1.212.045</u>	<u>1.869.750</u>

O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data de concessão das opções utilizando-se o modelo de precificação de opções Black-Scholes.

Em 2011, foram exercidas 10.506, correspondentes a 10.506 ações ordinárias, pelo preço médio de R\$13,46 por ação.

## Notas Explicativas

A aquisição do direito ao período da opção ocorrerá na forma e nos prazos apresentados a seguir:

<u>Ano</u>	<u>Preço médio de exercício por ação em R\$</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Valor justo médio da opção em R\$</u>	<u>Total</u>	<u>Prazo para exercer</u>
2011	10,73	171.441	2,16	370	11 meses
2012	12,07	474.452	4,42	2.097	23 meses
2013	12,07	474.452	5,79	2.747	35 meses
2014	12,07	474.452	6,98	3.312	47 meses
2015	<u>13,41</u>	<u>303.012</u>	<u>3,66</u>	<u>1.109</u>	59 meses
		<u>1.897.809</u>	<u>4,60</u>	<u>9.635</u>	

As condições para período das opções estão demonstradas a seguir:

<u>Condições</u>	<u>Prazo</u>
25% das opções (do total de 1.897.809 ações)	Após 12 meses de prestação de serviço
25% das opções (do total de 1.897.809 ações)	Após 24 meses de prestação de serviço
25% das opções (do total de 1.897.809 ações)	Após 36 meses de prestação de serviço
25% das opções (do total de 1.897.809 ações)	Após 48 meses de prestação de serviço

O valor justo das opções de ações concedidas, conforme plano aprovado em 31 de agosto de 2010 foi reconhecido como despesa no período de 2010 (períodos em que o direito foi adquirido). A contrapartida é registrada a crédito na rubrica “Reserva de capital - outorga de opções de ações”, no patrimônio líquido. O montante reconhecido para o período findo em 30 de setembro de 2011 foi de R\$1.572.

### i) Reserva de capital

Em 31 de agosto de 2010, o Conselho de Administração aprovou um programa de recompra de ações. A recompra das ações da Companhia se dará na medida dos recursos disponíveis, sem redução de capital social e com a utilização de reservas, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como para revenda, recolocação no mercado ou lastro para planos de ações para opção de ações da Companhia, observadas: (i) as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis, em especial o Artigo 30, parágrafo 1º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1980, conforme alterada (“Instrução CVM 10”); (ii) o Artigo 14, inciso XIV do Estatuto Social da Companhia; e (iii) os termos e condições abaixo:

**Notas Explicativas**

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Prazo: 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias a contar de 31.08.2010.

Quantidade de ações em circulação no mercado: 144.003.000 (cento e quarenta e quatro milhões e três mil ações) ordinárias em circulação no mercado

Quantidade de ações a serem adquiridas: serão adquiridas, no máximo 4.000.000 (quatro milhões) de ações ordinárias.

A Companhia mantém em tesouraria 160.398 (cento e sessenta mil, trezentos e noventa e oito) ações ordinárias calculadas com base na cotação média do último dia de pregão em 30 de setembro 2011 no valor de R\$ 2.164 mil. O valor total destas ações, calculando-se com base na cotação média do pregão de 30 de setembro de 2011 é de R\$2.206.

j) Reserva de capital

A Companhia constituiu reserva para futura compra de ações para seu plano de remuneração de ações a empregados no valor de R\$30.292, transferido para a rubrica “Reserva de capital”, conforme determinado em Estatuto Social.

## 29. IMPOSTOS SOBRE SERVIÇOS - ISS

### ECOVIAS

Em 1999, os serviços de exploração de rodovias foram incluídos na lista de serviços tributados pelo ISS. A Companhia iniciou negociações com o Poder Concedente para obter reequilíbrio financeiro do contrato, visto que não foi considerada a incidência desse imposto na tarifa de pedágio. Em 2001, a Companhia iniciou o recolhimento do ISS para as prefeituras dos municípios abrangidos pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, conforme regulamentação por parte destas (exceto para a Prefeitura do Município de São Paulo, a qual não regulamentou o imposto naquele ano).

Uma vez que esse tributo não foi previsto na proposta da concessão, a Companhia, por meio dos preceitos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e aprovação pelo Poder Concedente, compensou no período findo em 31 de março de 2010, o valor de R\$25.706 pago às prefeituras com os valores referentes ao ônus da concessão. Do início do reequilíbrio econômico-financeiro até 30 de setembro de 2011, o valor total compensado foi de R\$226.074 (R\$194.700 em 31 de dezembro de 2010).

**Notas Explicativas****30. RECEITA LÍQUIDA - CONSOLIDADO**

	<u>Trimestre findo em</u>		<u>Período e nove meses findo em</u>	
	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Receita com arrecadação de pedágio:				
Pedágio em numerário	160.897	159.930	490.391	472.758
Pedágio por equipamento eletrônico	156.239	122.417	425.206	330.278
Vale-pedágio e pedágio em cupons	36.732	33.836	105.176	97.821
Outras	<u>830</u>	<u>735</u>	<u>2.518</u>	<u>2.225</u>
	354.698	316.918	1.023.291	903.082
Receitas com construção	49.080	33.198	135.850	137.839
Receita de logística e de prestação de serviços (a)	94.186	21.672	250.819	53.999
Receitas acessórias (b)	<u>14.347</u>	<u>8.545</u>	<u>39.852</u>	<u>35.802</u>
	157.613	63.415	426.521	227.640
Receita bruta	<u>512.311</u>	<u>380.333</u>	<u>1.449.812</u>	<u>1.130.722</u>
Deduções de receita	<u>(41.288)</u>	<u>(24.991)</u>	<u>(115.111)</u>	<u>(70.208)</u>
Receita líquida	<u>471.023</u>	<u>355.342</u>	<u>1.334.701</u>	<u>1.060.514</u>

- (a) Refere-se à receita das empresas de logística relativas ao pátio de estacionamento de caminhões, depósito e reparos de contêineres e de Recinto Especial para Despacho Aduaneiro de Exportação - Redex e às receitas de prestação de serviços da controlada Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP relativas a taxas de adesão e manutenção de pedágio eletrônico.
- (b) Referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa e domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos e outros.

**Notas Explicativas**

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

**31. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA**

	Controladora			
	Trimestre findo em		Período de nove meses findo em	
	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Pessoal	5.524	4.081	15.963	15.193
Conservação e manutenção	191	112	361	323
Serviços de terceiros	3.150	4.308	8.323	9.756
Seguros	27	45	83	129
Depreciação e amortização	271	86	723	253
Locações	396	309	1.363	936
Outros	<u>647</u>	<u>609</u>	<u>1.835</u>	<u>1.793</u>
	<u>10.206</u>	<u>9.550</u>	<u>28.651</u>	<u>28.383</u>
Classificados como:				
Despesas gerais e administrativas	<u>10.206</u>	<u>9.550</u>	<u>28.651</u>	<u>28.383</u>
	Consolidado			
	Trimestre findo em		Período de nove meses findo em	
	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Pessoal	53.643	29.999	158.002	97.406
Conservação e manutenção	14.955	16.675	45.923	48.224
Serviços de terceiros (*)	35.920	23.879	99.361	58.426
Seguros	3.442	2.806	9.584	9.013
Depreciação e amortização	42.412	35.046	125.345	101.595
Poder Concedente	12.904	11.704	35.892	26.595
Locações	10.129	2.548	31.805	8.332
Provisão para manutenção	20.240	10.631	58.575	30.891
Custo de construção de obras	49.080	33.198	135.850	137.839
Outros	<u>20.418</u>	<u>14.402</u>	<u>54.272</u>	<u>37.055</u>
	<u>263.143</u>	<u>180.888</u>	<u>754.609</u>	<u>555.376</u>
Classificados como:				
Custo dos serviços prestados	218.516	145.144	629.469	459.264
Despesas gerais e administrativas	<u>44.627</u>	<u>35.744</u>	<u>125.140</u>	<u>96.112</u>
	<u>263.143</u>	<u>180.888</u>	<u>754.609</u>	<u>555.376</u>

(\*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulância, resgates e remoções, serviços de consultoria e serviços de limpeza.

**Notas Explicativas****32. RESULTADO FINANCEIRO**

	Controladora			
	Trimestre findo em		Período de nove meses findo em	
	30/09/2011	30/09/2011	30/09/2011	30/09/2010
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	6.800	22.305	24.491	39.351
Variação monetária sobre financiamentos	369	-	1.303	529
Outras	-	152	-	202
	<u>7.169</u>	<u>22.457</u>	<u>25.794</u>	<u>40.082</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre financiamentos	-	-	-	(2)
Despesas bancárias	(21)	(3)	(37)	(216)
Outras	(927)	(227)	(2.130)	(1.447)
	<u>(948)</u>	<u>(230)</u>	<u>(2.167)</u>	<u>(1.665)</u>
Resultado financeiro	<u>6.221</u>	<u>22.227</u>	<u>23.627</u>	<u>38.417</u>

	Consolidado			
	Trimestre findo em		Período de nove meses findo em	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	21.908	30.284	76.720	61.590
Variação monetária sobre financiamentos	1.240	288	4.684	938
Outras	849	907	3.209	2.666
	<u>23.997</u>	<u>31.479</u>	<u>84.613</u>	<u>65.194</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures	(39.817)	(29.253)	(118.602)	(83.177)
Juros sobre financiamentos	(7.772)	(16.667)	(26.856)	(47.531)
Variação monetária sobre debêntures	(7.067)	(8.063)	(38.517)	(32.416)
Variação monetária sobre direito de outorga	(1.925)	(4.797)	(7.550)	(25.506)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(1.190)	(827)	(3.427)	(2.731)
Ajuste a valor presente ICPC01	(4.169)	(4.436)	(12.321)	(13.703)
Despesas bancárias	(755)	(384)	(1.904)	(3.714)
Outras	(7.107)	(2.870)	(12.265)	(10.028)
	<u>(69.802)</u>	<u>(67.297)</u>	<u>(221.442)</u>	<u>(218.806)</u>
Resultado financeiro	<u>(45.805)</u>	<u>(35.818)</u>	<u>(136.829)</u>	<u>(153.612)</u>

**Notas Explicativas**

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

**33. LUCRO POR AÇÃO**

	Controladora			
	Trimestre findo em		Período de nove meses findo em	
	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Lucro básico por ação das operações	<u>0,18</u>	<u>0,15</u>	<u>0,50</u>	<u>0,93</u>
Lucro diluído por ação das operações	<u>0,18</u>	<u>0,15</u>	<u>0,50</u>	<u>0,93</u>

	Consolidado			
	Trimestre findo em		Período de nove meses findo em	
	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Lucro básico por ação das operações	<u>0,18</u>	<u>0,15</u>	<u>0,50</u>	<u>0,93</u>
Lucro diluído por ação das operações	<u>0,18</u>	<u>0,15</u>	<u>0,50</u>	<u>0,93</u>

**a) Lucro básico por ação**

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	Controladora e Consolidado			
	Trimestre findo em		Período de nove meses findo em	
	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Lucro do período atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	<u>102.741</u>	<u>84.993</u>	<u>280.237</u>	<u>519.314</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	<u>560.597</u>	<u>528.261</u>	<u>560.597</u>	<u>528.261</u>

**b) Diluído**

O lucro utilizado na apuração do lucro por ação diluído é o seguinte:

	Controladora e Consolidado			
	Trimestre findo em		Período de nove meses findo em	
	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Lucro utilizado na apuração do lucro básico e diluído por ação	<u>102.741</u>	<u>84.993</u>	<u>280.237</u>	<u>519.314</u>

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído é conciliada com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, como segue:

**Notas Explicativas**

	Controladora e Consolidado			
	Trimestre findo em		Período de nove meses findo em	
	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizadas na apuração do lucro básico por ação	558.699	558.699	558.699	558.699
Opções de empregados	<u>1.898</u>	<u>686</u>	<u>1.898</u>	<u>686</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro diluído por ação	<u>560.597</u>	<u>528.261</u>	<u>560.597</u>	<u>528.261</u>

**34. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS**

A Companhia e suas controladas têm como política a administração de participação nos resultados a seus empregados, vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho e com o sindicato da categoria. No período findo em 30 de setembro de 2011, a participação nos lucros e resultados foi de R\$7.055 (R\$6.002 em 30 setembro de 2010), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”.

**35. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS - CONSOLIDADO**

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco da taxa de câmbio e da taxa de juros), de crédito e de liquidez, e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, utilizando instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A Companhia avaliou seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado e/ou realização, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas não deveria ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

**Considerações gerais**

- A Administração da Companhia e de suas controladas elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como ativos mantidos para negociação.

**Notas Explicativas**

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários: são formados por CDB, remunerados a taxas que variam entre 100,0 a 105,3% do CDI e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como mantidos até o vencimento e estão registrados pelos valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil: registrados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos seus valores contratuais de cada operação, conforme demonstrado nas notas explicativas nº 19 e nº 20.

## a) Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado no balanço patrimonial

A Companhia aplica a alteração à IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros consolidados da Companhia e de suas controladas em 30 de setembro de 2011 são como segue:

	<u>Classificação</u>	<u>Saldo</u> <u>Contábil</u>	<u>Valor</u> <u>justo</u>
<b>Ativos:</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	19.845	19.845
Clientes (i)	Empréstimos e recebíveis	158.086	158.086
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários (ii)	Empréstimos e recebíveis	816.910	816.910
<b>Passivos:</b>			
Fornecedores (i)	Custo amortizado	96.608	96.608
Empréstimos e financiamentos (iii)	Custo amortizado	250.301	248.655
Arrendamento mercantil	Custo amortizado	3.266	3.266
Debêntures (iv)	Custo amortizado	1.490.223	1.498.119
Credor pela concessão (v)	Custo amortizado	73.211	92.236

- Os saldos de clientes e fornecedores possui prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias, portanto se aproxima do valor justo esperado pela Companhia.
- Os saldos de aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários se aproximam ao valor justo na data do balanço.
- Calculado através de fluxo de caixa descontado, com base nas parcelas a vencer.
- Calculado através das cláusulas de recompra ou resgate antecipado incluídas nos prospectos das debêntures.
- Calculado excluindo o ajuste a valor presente das parcelas fixas da rubrica credor pela concessão.

## Notas Explicativas

### a) Riscos da taxa de câmbio

O risco da taxa de câmbio é decorrente da possibilidade de oscilação das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela controlada indireta Ecopátio Logística Cubatão, com quem possui os contratos de financiamento de equipamentos em moeda estrangeira.

Em 30 de setembro de 2011, a Ecopátio Logística Cubatão possui os seguintes contratos em moeda estrangeira:

<u>Credor</u>	<u>30/09/2011</u>	
	<u>R\$</u>	<u>Moeda</u>
Nordea Bank Finland PLC	638	US\$
Nordea Bank Finland PLC	565	€
Citibank	15.378	US\$

### b) Risco da taxa de juros

O risco da taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, debêntures e notas promissórias de curto e longo prazos em que são remunerados por taxas de juros variáveis.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

### c) Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia e suas controladas à concentração de risco de crédito consistem em clientes.

A Companhia e suas controladas vêm aplicando recursos em instituições financeiras de baixo risco avaliadas por empresas de “rating”, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros de caráter especulativo nem em nenhum outro ativo de risco.

### d) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa da Companhia é realizada na área de tesouraria. Essa área monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração planos de financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais (por exemplo, restrições de moeda).

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para a área de tesouraria, a qual investe o excesso de caixa em CDB, LFT e operações de debêntures (compromissadas), escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem necessária, conforme determinado pelas previsões anteriormente mencionadas. Em 30 de setembro de 2011, a Companhia mantinha aplicações de curto prazo de R\$227.310 (R\$370.287 em 31 de dezembro de 2010).

**Notas Explicativas**

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

- e) Eventuais expectativas da Companhia de redução ou aumento na exposição a riscos relevantes

A Companhia tem como prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, sua situação financeira e os resultados de suas operações. A Companhia está constantemente monitorando mudanças no cenário político e setorial que possam influenciar suas atividades, através de acompanhamento dos principais indicadores de performance.

- f) Instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de setembro de 2011, a controlada indireta Ecopátio Logística Cubatão Ltda. possui financiamento em moeda estrangeira para aquisição de equipamentos operacionais para utilização em suas operações, que representam valores nominais de US\$8.939. Esses contratos apresentam vencimentos em dezembro 2015 tendo como contraparte Citibank N.A. A operação de “swap” em 30 de setembro de 2011 consiste na troca da variação da Libor acrescida de 4,20% ao ano por uma taxa fixa de 6,00% ao ano, registrada na rubrica “Despesas financeiras”.

Análise de sensibilidadeRisco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, da TJLP e do IGP-M, principais indicadores das debêntures contratadas pela Companhia e por suas controladas:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Juros a incorrer</u>		
		<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
Juros sobre a 1ª série das debêntures	Alta do CDI	14.310	17.128	19.709
Juros sobre a 2ª e 3ª séries das debêntures	Alta do IGP-M	58.409	64.554	70.691
Juros sobre a 1ª, 2ª e 3ª séries das debêntures	Alta do IPCA	106.028	122.147	138.133
Juros sobre a 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries das debêntures	Alta do IPCA	356.277	396.889	437.518
Juros sobre debêntures - série única	Alta do CDI	75.842	91.276	106.513
Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI	1.749	2.096	2.536
Empréstimos e financiamentos	Alta da TJLP	8.479	10.599	12.719

Os empréstimos em moeda estrangeira em aberto em 30 de setembro de 2011 possuem taxa fixa de juros e foram mensurados ao custo amortizado.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia e suas controladas estão apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente.

## Notas Explicativas

Análise de sensibilidade

Risco de mudança nas taxas de câmbio

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Juros a incorrer</u>		
		<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
Empréstimos e financiamentos	Alta do US\$	2.575	2.821	2.871
Empréstimos e financiamentos	Alta do EUR	325	356	362

As taxas consideradas foram às seguintes:

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
CDI (a)	11,88%	14,85%	17,82%
IGP-M (b)	6,39%	7,99%	9,58%
IPCA (c)	6,51%	8,14%	9,77%
TJLP (d)	1,97%	2,47%	2,96%
US\$ (e)	1,85	2,09	2,14
EUR (f)	2,49	2,73	2,78

(a) Refere-se à taxa do CDI em 30 de setembro de 2011.

(b) Refere-se à taxa do IGP-M em 30 de setembro de 2011.

(c) Refere-se à taxa do IPCA em 30 de setembro de 2011

(d) Refere-se à TJLP em 30 de setembro de 2011.

(e) Refere-se à taxa do dólar norte-americano em 30 de setembro de 2011.

(f) Refere-se à taxa do euro em 30 de setembro de 2011

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

### 36. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Em setembro de 2006, foi implantado o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são perfeitamente previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual a Companhia e o empregado contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$2,6, até o limite de 8% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do empregado. No período findo em 30 de setembro de 2011, a Companhia e suas controladas contribuíram com a quantia de R\$1.080 (R\$772 em 30 de setembro de 2010), registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

**Notas Explicativas**

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

**37. SEGUROS CONTRATADOS**

A Companhia e suas controladas têm cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração, em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles, problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

Em 30 de setembro de 2011 a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Cobertura</u>
Seguro-garantia	R\$574 milhões
Empilhadeiras e Equipamentos	R\$2,5 milhões
All Risk - Resp Civil	R\$1.492 milhões
All Risk - Patrimoniais	R\$5.199 milhões
Seguro-sede	R\$5 milhões
All Risk - Perda Receita	R\$1.273 milhões
Veículos	Tabela FIPE
All Risk - Risco Engenharia	R\$148 milhões

**38. CONTRATOS DE CONCESSÃO**Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão, do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, totalizando 136,7 km, constituídos por: (a) Rodovia BR-277, trecho entre a cidade de Curitiba e o Porto de Paranaguá, em uma extensão de 85,7 km; (b) Rodovia PR-508, trecho entre a BR-277 e o município de Matinhos, em uma extensão de 32 km; e (c) Rodovia PR-407, trecho desde a BR-277 até Praia de Leste, em uma extensão de 19 km. O objeto da concessão consiste na recuperação, no melhoramento, na manutenção, na operação e na exploração das rodovias pelo período de 24 anos, sendo a vigência da concessão até novembro de 2021, mediante a cobrança de tarifas de pedágio e de fontes alternativas de receita que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia e de suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviço e lazer, inclusive as decorrentes de publicidade e multas por excesso de peso.

A controlada assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Pagamento da verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais durante o período do contrato, sendo de R\$60 mensais do início até o 11º ano e de R\$66 mensais do 12º ano até o final do contrato.

## Notas Explicativas

- b) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária. A verba destina-se a aparelhamento e equipamentos de uso da Polícia Rodoviária e será paga pelo valor de R\$10 mensais até o 11º ano e de R\$11 mensais do 12º ano ao final do contrato.
- c) Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso, conforme a seguir (exceto operação):
- 2,6 km da Rodovia PR-804, trecho entre a BR-277 e a PR-408.
  - 13,2 km da Rodovia PR-408, trecho entre Morretes e a BR-277.
  - 9,6 km da Rodovia PR-408, trecho entre a PR-340 e Morretes.
  - 13 km da Rodovia PR-411, trecho entre a PR-410 (São João da Graciosa) e Morretes.

Os valores anteriormente mencionados são corrigidos na mesma proporção e data do reajuste das tarifas de pedágio.

O contrato de concessão da Ecovia foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>Trimestre findo em</u>		<u>Período de nove meses findo em</u>	
	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Receita de construção	8.720	2.080	17.100	20.867
Custos de construção	<u>(8.720)</u>	<u>(2.080)</u>	<u>(17.100)</u>	<u>(20.867)</u>
	<u>=</u>	<u>=</u>	<u>=</u>	<u>=</u>

De acordo com o contrato de concessão, a Ecovia não possui compromissos futuros; as obras realizadas são para manutenção do sistema rodoviário.

### Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

O Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, é constituído basicamente por: (a) Rodovia Anchieta (SP-150 - entre o km 9,7 e o km 65,6); (b) Rodovia dos Imigrantes (SP-160 - entre o km 11,5 e o km 70,0); (c) Interligação Planalto (SP-041 - em uma extensão de 8 km); (d) Interligação Baixada (SP-059 - em uma extensão de 1,8 km); (e) Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055/170 - entre o km 270,6 e o km 292,2); e (f) Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055/248 - entre o km 0 e o km 8,4 e entre o km 248,0 e o km 270,6).

**Notas Explicativas**

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

A concessão, pelo prazo de 20 anos e mediante a cobrança de pedágio, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, recuperação das rodovias existentes, construção de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágio.

Em 21 de dezembro de 2006, através do Termo Aditivo e Modificativo nº 10, a controlada obteve a prorrogação do prazo de concessão por mais 70 meses, em virtude do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. O contrato de concessão possui vigência até março de 2024.

A controlada assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

## a) Ampliação principal:

- Duplicação da Rodovia dos Imigrantes entre o km 41,0 e o km 58,0 (pista descendente), com término inicialmente previsto para o primeiro semestre de 2003. Esse compromisso foi cumprido antecipadamente em 17 de dezembro de 2002, com a entrega da obra.

## b) Pagamento de:

- Direito de outorga, em parcelas mensais de valores definidos durante o período de concessão, no total de R\$87.000 (R\$44.857 ajustados a valor presente), acrescido de atualização monetária com base na variação do IGP-M.
- 3% da arrecadação sobre as receitas derivadas da exploração do sistema rodoviário.

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

O contrato de concessão da Ecovias foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>Trimestre findo em</u>		<u>Período de nove meses findo em</u>	
	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Receita de construção	21.829	12.837	47.333	25.971
Custos de construção	<u>(21.829)</u>	<u>(12.837)</u>	<u>(47.333)</u>	<u>(25.971)</u>
	<u>-----</u>	<u>-----</u>	<u>-----</u>	<u>-----</u>

Em 30 de setembro de 2011, os investimentos para atender aos compromissos futuros da Ecovias estão estimados em R\$451.425 (R\$517.075 em 31 de dezembro de 2010).

## Notas Explicativas

### Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas foi constituída em 3 de novembro de 1997 e tem por objeto social a exploração do Lote 003 da Rodovia BR-277 (trecho de 387,1 km localizado entre o município de Guarapuava, na região central do Estado do Paraná, e o município de Foz do Iguaçu, no extremo oeste do mesmo Estado), conforme disposto em contrato de concessão assinado em 14 de novembro de 1997, resultante da concorrência pública internacional nº 003/96 DER/PR, concedida pelo Estado do Paraná, mediante a cobrança de pedágio e a prestação de serviços inerentes, acessórios e complementares à concessão, incluindo, mas sem limitação, obras e serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, operação, expansão da capacidade de operação e exploração da rodovia principal e recuperação, conservação e manutenção de trechos rodoviários de acesso do Lote 003, bem como desenvolvimento e aplicação de sistemas de sinalização, informação, comunicação, segurança, serviços de pesagem, atendimento mecânico, resgate e atendimento médico de primeiros socorros. Com relação a esse contrato de concessão, diversos aspectos estão sendo discutidos, inclusive judicialmente, desde o final do ano 2002, pela Administração da Ecocataratas e pelo Governo do Estado do Paraná.

O prazo de duração da Ecocataratas é indeterminado, mas será estendido, no mínimo, pela vigência de 24 anos da concessão (o prazo final da concessão é 13 de novembro de 2021).

Em 7 de fevereiro de 2008, a Ecocataratas teve seu controle acionário adquirido pela EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., com transferência de 100% das ações representativas do capital social.

A Ecocataratas assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- a) Pagamento de verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais de R\$77 durante o período do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio. Em 30 de setembro de 2011, a parcela reajustada é de R\$216 (R\$205 em 31 de dezembro de 2010).
- b) Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso conforme segue (exceto operação):
  - 7,64 km da Rodovia PR-474, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Campo Bonito - PR.
  - 37,03 km da Rodovia PR-180, trecho de acesso entre a BR-277 e o distrito de Juvinópolis, município de Cascavel - PR.
  - 13,58 km da Rodovia PR-590, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Ramilândia - PR.
  - 13,59 km da Rodovia PR-874, trecho de acesso ao terminal turístico do município de Santa Terezinha de Itaipu - PR.

Os valores anteriormente mencionados são corrigidos na mesma proporção e data do reajuste das tarifas de pedágio.

**Notas Explicativas**

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Os bens que integram a concessão são as rodovias e os trechos rodoviários de acesso que compõem o sistema, compreendendo todas as edificações e demais bens móveis e imóveis que poderão ser cedidos pelo Departamento de Estradas de Rodagem - DER à Ecocataratas, de forma provisória, para que não ocorram interrupções nos serviços.

O contrato de concessão da Ecocataratas foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>Trimestre findo em</u>		<u>Período de nove meses findo em</u>	
	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Receita de construção	244	115	2.483	387
Custos de construção	<u>(244)</u>	<u>(115)</u>	<u>(2.483)</u>	<u>(387)</u>
	<u>=====</u>	<u>=====</u>	<u>=====</u>	<u>=====</u>

Não ocorreram mudanças no contrato de concessão no decorrer do período.

De acordo com o contrato de concessão, a Ecocataratas não possui compromissos futuros; as obras realizadas são para manutenção do sistema rodoviário.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas iniciou suas atividades em 18 de setembro de 2009, sendo a vigência do contrato até setembro de 2039, e tem como objeto social, pelo regime de concessão, a exploração, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias, nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna-Carvalho Pinto, respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos, compreendendo:

- a) SP-070 - Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto: início do trecho entre o km 11 e o km 190, no final da Marginal Tietê, São Paulo - SP; e final do trecho entre o km 130 e o km 400, no entroncamento com a BR-116, entre o km 117 e o km 400, Taubaté - SP.
- b) SP-019: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-070, entre o km 19 e o km 300, Guarulhos - SP; e final do trecho entre o km 2 e o km 400, início do Sítio do Aeroporto de Cumbica, Guarulhos - SP.
- c) SPI-179/060 - interligação Ayrton Senna x Rodovia Presidente Dutra: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a BR-116, entre o km 179 e o km 000, Guararema - SP; e final do trecho entre o km 5 e o km 400, no entroncamento com a SP-070, entre o km 60 e o km 300, Guararema - SP.
- d) SPI-035/056 - interligação Itaquaquecetuba: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-056, entre o km 35 e o km 000, Itaquaquecetuba - SP; e final do trecho entre o km 0 e o km 880, no entroncamento com a SP-070, entre o km 35 e o km 700, Itaquaquecetuba - SP.

## Notas Explicativas

- e) SP-099 - Rodovia dos Tamoios: início do trecho entre o km 4 e o km 500, São José dos Campos - SP; e final do trecho entre o km 11 e o km 500, São José dos Campos - SP.
- f) SP-070 - trecho rodoviário a ser construído, de 6,8 km: prolongamento até a SP-125, Taubaté - SP.
- g) Segmentos transversais, trechos, obras de arte e instalações complementares do tipo urbano ou rodoviário da Rodovia SP-070 (Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto), outorgados à Dersa Desenvolvimento Rodoviário S.A. durante seu período de concessão, que totalizam aproximadamente 2 km e estão localizados no km 45 (intersecção com a SP-088) e no km 111 (intersecção com a SP-103).

A Ecopistas assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

O pagamento de direito de outorga, no total de R\$595.157 (R\$570.422 ajustados a valor presente), acrescido de atualização monetária com base na variação do IPCA, dos quais R\$118.800 foram pagos em setembro de 2009 e o saldo restante a ser pago em 18 parcelas mensais.

Sempre que houver direito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, ela será implantada tomando como base os efeitos dos fatos que lhe deram causa, por meio de:

- a) Prorrogação do prazo de concessão.
- b) Revisão tarifária.
- c) Revisão do cronograma de investimentos.
- d) Utilização do ônus fixo.
- e) Emprego de verbas do tesouro.
- f) Utilização conjugada de uma ou mais modalidades.

Os bens integrantes da concessão são todos os equipamentos, máquinas, aparelhos, acessórios e, de modo geral, todos os demais bens vinculados à exploração e manutenção do sistema existente, transferidos à concessionária, bem como os bens adquiridos pela concessionária, ao longo de todo o prazo da concessão, utilizados na exploração do sistema rodoviário.

Extinta a concessão, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário, transferidos à Companhia ou por ela implantados no âmbito da concessão.

O contrato de concessão da Ecopistas foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das obrigações, mediante ação judicial movida especialmente para esse fim, porém os serviços prestados pela Ecopistas não poderão ser interrompidos ou paralisados até a decisão judicial, decretando a rescisão do contrato.

**Notas Explicativas**

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>Trimestre findo em</u>		<u>Período de nove meses findo em</u>	
	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Receita de construção	10.300	12.907	45.160	76.923
Custos de construção	<u>(10.300)</u>	<u>(12.907)</u>	<u>(45.160)</u>	<u>(76.923)</u>
	<u>          -</u>	<u>          -</u>	<u>          -</u>	<u>          -</u>

Em 30 de setembro de 2011, os investimentos para atender aos compromissos futuros da Ecopistas estão estimados em R\$355.699 (R\$387.702 em 31 de dezembro de 2010).

Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

A Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - Ecosul foi constituída em 19 de janeiro de 1998, tendo a assinatura de seu contrato de concessão ocorrido em 15 de julho de 1998, o início de suas operações em 24 de julho de 1998 e o início da cobrança de pedágio em 4 de março de 2001. A Ecosul tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, das seguintes rodovias e trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas:

<u>Rodovia</u>	<u>Trecho</u>	<u>Extensão (km)</u>
BR-116	Pelotas/Camaquã	123,4
BR-116	Pelotas/Jaguarão	137,1
BR-293	Pelotas/Bagé	161,1
BR-392	Pelotas/Rio Grande	73,8
BR-392	Pelotas/Santana da Boa Vista	128,4

A concessão, pelo prazo de 25 anos (a partir do início da cobrança de pedágio) e mediante a cobrança de pedágio, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, conservações preventivas, implantação de sistemas de controles de tráfego e atendimento aos usuários. Ao término do período de concessão em março de 2026, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Taxa de fiscalização: é calculada pela aplicação de 1% sobre a receita de arrecadação de pedágio, sendo provisionada mensalmente em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.
- Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos cinco trechos rodoviários que compõem o polo, totalizando 623,8 km de extensão conforme as previsões dos cronogramas de custos operacionais e investimentos de seu programa de exploração.

O contrato de concessão da Ecosul foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

## Notas Explicativas

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>Trimestre findo em</u>		<u>Período de nove meses findo em</u>	
	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Receita de construção	7.988	5.259	23.773	13.691
Custos de construção	<u>(7.988)</u>	<u>(5.259)</u>	<u>(23.773)</u>	<u>(13.691)</u>
	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>

Em 30 de setembro de 2011, os investimentos para atender aos compromissos futuros da Ecosul estão estimados em R\$78.983 (R\$103.569 em 31 de dezembro de 2010).

Não ocorreram mudanças no contrato de concessão no decorrer do período.

### 39. INFORMAÇÕES SOBRE O CONTRATO DE CONCESSÃO DAS CONTROLADAS ECOVIA E ECOCATARATAS

As controladas Ecovia e Ecocataratas fazem parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras quatro concessionárias (o prazo final da concessão de ambas é novembro de 2021). A anterior Administração do Governo do Estado do Paraná buscou atingir intento em reduzir ou suprimir o programa de concessões rodoviárias no Estado, através de ações administrativas e judiciais. O litígio estende-se pelas seguintes principais frentes: encampação das concessões, desapropriação das ações de controle, tentativa de caducidade dos contratos, negativa de reajuste de tarifa nos anos 2003 a 2010, tentativa de nulidade de aditivos contratuais vigentes e consideração de dados contábeis em detrimento de dados contratuais regulares. Em todas as frentes de litígio restam, por ora, vitoriosas as concessionárias do Estado do Paraná, seja por decisões liminares, seja por sentenças ou também por recursos em instância superior. Ou seja, os contratos de concessão não foram atingidos.

Os reajustes tarifários contratuais dos anos 2003 a 2010, sistematicamente negados pelo Estado do Paraná, foram implementados e estão vigentes, parte deles por meio de liminares, a maioria já confirmada em todas as instâncias, parte por meio de sentenças de mérito. Houve ainda, em 2007, a edição de duas leis estaduais para a concessão de isenções tarifárias a categorias determinadas de usuários das rodovias. Em ambos os casos, as decisões judiciais nas ações que discutiram a validade de tais leis foram favoráveis às concessionárias, inclusive com trânsito em julgado no mandado de segurança impetrado em razão da lei que pretendia isenção tarifária aos veículos emplacados nos municípios das praças de pedágio. Tanto a Ecovia como a Ecocataratas buscam, por meio de ações judiciais na Justiça Federal, ter reconhecidos em seu favor eventos que desequilibraram os contratos de concessão de cada uma dessas concessionárias, mas que foram omitidos ou não reconhecidos pela anterior Administração Estatal. Caso reconhecidos, tais eventos conduzirão ao direito de restabelecimento da dimensão original das equações econômico-financeiras dos contratos, seja por aumento de tarifa ou redução de obras, seja por aumento no prazo da concessão, ou seja, por compensação pecuniária direta do poder público, podendo ocorrer também a combinação dessas possibilidades.

## Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados ao julgamento final das ações em andamento, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante a situação patrimonial e financeira e o resultado das operações da Companhia e de suas controladas não é provável e que, no momento, não é possível prever o prazo para o encerramento das ações em andamento, não sendo esperadas, no entanto, decisões finais nos próximos 12 meses.

### 40. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

#### a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

#### b) Informações suplementares

As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa.

### 41. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Os segmentos operacionais da Companhia são reportados de forma consistente com os relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais (“Chief Operating Decidion-maker - CODM”).

Para fins de avaliação de desempenho é analisado o conjunto de informações dos segmentos e alocação de recursos.

A principal segmentação dos negócios da Companhia é baseada em:

#### a) Concessões

O modal rodoviário é o mais extenso e desenvolvido dos modais de transporte do País. As concessões rodoviárias interligam grandes centros industriais, de produção, de consumo e de turismo nacionais, bem como os três maiores portos do Brasil (Santos, Paranaguá e Rio Grande), além de darem acesso a outros países do Mercosul.

#### b) Logística

Os sistemas logísticos são formados pela integração entre as concessões rodoviárias do Grupo e situadas em áreas estratégicas do território brasileiro com plataformas logísticas, que visam integrar terminais logísticos intermodais, terminais portuários, terminais retroportuários, centros de distribuição, recintos alfandegários e portos, bem como a prestação de serviços intergradados de logística, sempre buscando um diferencial de valor agregado.

#### c) Holding e Serviços

A Holding refere-se a EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

## Notas Explicativas

O segmento compreende na operação dos serviços de pagamento automático de pedágios e estacionamento Sem Parar, Via Fácil e Onda Livre. Responsável pela implementação do sistema de Identificação Automática de Veículos - IAV no Brasil.

A receita líquida por segmento está representada da seguinte forma no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011:

- Concessões: 84,06%
- Logística: 13,37
- Holding e Serviços: 2,57%

As práticas contábeis de cada segmento são as mesmas descritas na nota explicativa nº 2 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2010, descrição do negócio da Companhia e políticas contábeis significativas. O desempenho dos segmentos da Sociedade foi avaliado com base nas receitas operacionais líquidas, no lucro líquido do exercício e no ativo não circulante. Essa base de mensuração exclui os efeitos de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

Nas tabelas a seguir há informação financeira sumariada relacionada aos segmentos para 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010. Os valores fornecidos ao Comitê Executivo com relação ao resultado e ao total de ativos são consistentes com os saldos registrados nas informações intermediárias, bem como as políticas contábeis aplicadas:

### Contas de resultado

	30/09/2011					
	<u>Receita líquida</u>	<u>Lucro/ (Prejuízo) Líquido</u>	<u>Depreciação e amortização</u>	<u>Receita Financeira</u>	<u>Despesa Financeira</u>	<u>Imposto de renda e contribuição social</u>
Concessões	1.121.938	3.002	(102.880)	44.860	(190.513)	(141.777)
Logística	178.501	(10.144)	(18.313)	11.754	(27.926)	(7.875)
Holding e Serviços	<u>34.262</u>	<u>290.817</u>	<u>(4.152)</u>	<u>27.999</u>	<u>(3.003)</u>	<u>(9.795)</u>
Consolidado	<u>1.334.701</u>	<u>283.675</u>	<u>(125.345)</u>	<u>84.613</u>	<u>-221.442</u>	<u>(159.447)</u>

	30/09/2010					
	<u>Receita líquida</u>	<u>Lucro/ (Prejuízo) Líquido</u>	<u>Depreciação e amortização</u>	<u>Receita Financeira</u>	<u>Despesa Financeira</u>	<u>Imposto de renda e contribuição social</u>
Concessões	1.008.180	4.502	(94.675)	20.399	(205.381)	(118.919)
Logística	21.213	(1.765)	(4.121)	3.119	(7.825)	(616)
Holding e Serviços	<u>31.121</u>	<u>519.314</u>	<u>(2.799)</u>	<u>41.676</u>	<u>(5.600)</u>	<u>(15.272)</u>
Consolidado	<u>1.060.514</u>	<u>522.051</u>	<u>(101.595)</u>	<u>65.194</u>	<u>(218.806)</u>	<u>(134.807)</u>

**Notas Explicativas**

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Contas patrimoniais

	30/09/2011			31/12/2010		
	Ativo não circulante	Ativo total	Passivo circulante	Ativo não circulante	Ativo total	Passivo circulante
Concessões	1.155.180	1.658.830	582.578	1.534.037	1.886.155	895.052
Logística	400.216	541.645	61.140	379.956	630.725	135.176
Holding e Serviços	<u>1.650.341</u>	<u>2.024.796</u>	<u>82.325</u>	<u>1.183.301</u>	<u>1.648.896</u>	<u>82.743</u>
Consolidado	<u>3.205.737</u>	<u>4.225.271</u>	<u>726.043</u>	<u>3.097.294</u>	<u>4.165.776</u>	<u>1.112.971</u>

## 42. EVENTO SUBSEQUENTE

A controlada direta Elog S.A., celebrou, em 5 de novembro de 2011, Contrato de Compra e Venda de Cotas da Maringá Armazéns Gerais Ltda., e Maringá Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo Ltda.

O valor total base da aquisição é de R\$15 milhões, fundamentando-se na premissa de que as sociedades alvo estarão livres de dívidas, passivos ou contingências. O contrato está sujeito a condições suspensivas e outras avenças, dentre as quais, a aprovação da Secretaria da Receita Federal do Brasil para alteração do controle acionário.

## 43. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As informações trimestrais individuais e consolidadas da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 8 de novembro de 2011.

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

### RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas e Administradores da  
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.  
São Paulo - SP

#### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("Companhia") e de suas controladas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado para o trimestre e período de nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas demonstrações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

#### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

#### Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

#### Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas Informações Trimestrais - ITR anteriormente referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e a IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

#### Outros assuntos

##### Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado ("DVA"), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade de sua administração, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações intermediárias foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 8 de novembro de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Ismar de Moura

Audidores Independentes Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8 CRC nº 1 SP 179631/O-2

As folhas das ITR, por nós revisadas, estão rubricadas tão somente para fins de identificação.